

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Instituto de História**

**Programa de Pós-Graduação em História**

**DERMEVAL MARINS DE FREITAS**

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ  
- RJ (c. 1750- c.1808)**

**Niterói-RJ**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Instituto de História**

**Programa de Pós-Graduação em História**

**DERMEVAL MARINS DE FREITAS**

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ  
– RJ (c. 1750-1808)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Jonis Freire

**Niterói-RJ**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**

**Programa de Pós-Graduação em História**

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ  
(c. 1750- c. 1809)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em 31 de agosto de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jonis Freire  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maísa Faleiros da Cunha  
Universidade Estadual de Campinas /NEPO

Niterói

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

F862f Freitas, Dermeval Marins de  
Famílias Escravas na Freguesia de Santo Antônio de Sá ?  
RJ (c. 1750-1808) / Dermeval Marins de Freitas ; Jonis  
Freira, orientador. Niterói, 2018.  
189 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.12469713722>

1. Economia e demografia da escravidão. 2. Família  
escrava. 3. Compadrio escravo. 4. Santo Antônio de Sá. 5.  
Produção intelectual. I. Título II. Freira, Jonis ,  
orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de  
História.

CDD -

Biblioteca responsável: Angela Albuquerque de Instran - CRB7/2318

## AGRADECIMENTOS

A produção de uma pesquisa histórica geralmente é um ato solitário, porém durante todo este percurso em que estive no programa de Pós-graduação em História Social da UFF pude contar com ajuda de muitas pessoas, que me auxiliaram diretamente e indiretamente, seja através do diálogo com a pesquisa, seja com o apoio emocional.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Jonis Freire, pela paciência e dedicação que teve durante todo o percurso de confecção desta dissertação de mestrado. Apesar de todas as minhas dificuldades com os prazos, desde a entrega dos relatórios até a entrega da dissertação, manteve o comprometimento com o trabalho, me auxiliando o quanto pode.

Agradeço ao financiamento desta pesquisa realizado pelo CAPES, através da concessão de bolsa de estudos. Assim como agradeço a todos os professores do departamento de História Universidade Federal Fluminense, campus Gragoatá, igualmente agradeço igualmente aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela contribuição do debate historiográfico sobre o tema.

O diálogo com pesquisadores voltado aos estudos sobre a escravidão na região do Recôncavo do Rio de Janeiro, também foi de fundamental importância, portanto, agradeço aos professores Vinicius Maia Cardoso e Gilciano Menezes.

De fato, sem a minha família não teria chegado até aqui. Portanto gostaria de agradecer primeiramente meus pais, Silvia Pinheiro Marins que dedicou sua vida para o desenvolvimento dos seus filhos, e por muito tempo, sozinha. Ao meu falecido pai, Demócrito Garcia de Freitas, que mesmo não tendo participado de boa parte da minha vida, contribuiu, enquanto esteve vivo,

para a minha formação e não tenho dúvida, o quanto ele estaria orgulhoso de mim. E, por fim, ao meu irmão, Carlos Marins de Freitas.

## RESUMO

Este estudo visa compreender a forma como os escravizados, tanto os vindos da diáspora como daqueles nascidos na colônia conseguiram, apesar de todos os infortúnios, sobreviver na sociedade colonial, estabelecendo laços familiares entre os seus companheiros das senzalas e com os forros, libertos e livres da freguesia de Santo Antônio de Sá, localizada no Recôncavo da Guanabara, em fins do período colonial (c.1750 – c. 1808). Nesse sentido, temos como objetivo, através da análise da formação da família escrava e de seus laços de compadrio recuperar as estratégias desenvolvidas pelos escravos. Busco compreender que tais estratégias estiveram relacionadas ao grau de antiguidade dos escravos a sociedade colonial. Utilizamos como fontes básicas, o mapa populacional de 1797, os registros paroquiais de batismo e casamento de escravos no período de 1756-1809 e os diversos censos populacionais e econômicos produzidos no último quartel do século XVIII e início do XIX.

Palavras-chaves: Economia e demografia da escravidão; Família escrava; Compadrio escravo; Santo Antônio de Sá; Século XVIII.

## **ABSTRACT**

This study aims to understand how the enslaved, both those from the diaspora and those born in the colony succeeded, despite all the misfortunes, to survive in colonial society, establishing family ties between their companions of the slave quarters and the liners, freed and free from the parish of Santo Antônio de Sá, located in the Recôncavo da Guanabara, at the end of the colonial period (c.1750 - c.1808). In this sense, we have as objective, through the analysis of the formation of the slave family and their ties of compadrio to recover the strategies developed by the slaves. I try to understand that such strategies were related to the degree of antiquity of the colonial society slaves. We used as basic sources, the population chart of 1797, the parish registers of baptism and marriage of slaves in the period 1756-1809 and the various population and economic censuses produced in the last quarter of the eighteenth and early nineteenth centuries.

Keywords: Economics and demography of slavery; Slave family; Compadrio slave; Santo Antônio de Sá; XVIII century.



## SUMÁRIO

Introdução.....	17
Capítulo 1 – O Rio de Janeiro e a Vila de Santo Antônio de Sá (c.1750-c.1808) .....	26
1.1 - A Vila de Santo Antônio de Sá .....	34
1.2 - A população do distrito de Santo Antônio de Sá e o problema dos “censos” populacionais .....	40
A) A visita pastoral de 1774 .....	44
B) A Relação de Marques de Lavradio de 1778 .....	50
C) O censo durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcellos (1779-1789).....	52
D) Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro de 1795 .....	57
E) Mapa populacional do distrito de Santo Antônio de Sá de 1797 .....	60
F) População do distrito de Santo Antônio de Sá em 1804 .....	61
G) Evolução da População do distrito de Santo Antônio de Sá: uma visão de conjunto (1774-1804).....	64
1.3 - Economia.....	68
1.4 - O crescimento da Economia Canavieira no distrito de Santo Antônio de Sá .....	71
1.5 - A madeira .....	78
Capítulo 2 - Estrutura da Posse de Escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797) .....	82
2.1 - Fogos com e sem escravos .....	85
2.2 - Da posse de escravos.....	<b>87</b>
2.3 - Senhores e senhoras de escravos .....	<b>91</b>

2.4 - Os escravos.....	103
Capítulo 3 – Família escrava: casamentos, batismos e compadrio .....	116
3.1 - Padrinhos e madrinhas de escravos .....	122
3.2 - Demografia escrava nos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão .....	134
3.3 - Legitimidade e compadrio entre os escravos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão .....	140
3.4 - Comadres e comadres dos escravos de D. Maria e do C. Brás .....	142
3.5 - Quando os padrinhos eram livres .....	146
3.6 - Os padrinhos forros .....	154
3.7 - Os padrinhos escravos preferidos.....	156
Conclusão .....	161
FONTES.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	165

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População total (livre e escrava) no distrito de Santo Antônio de Sá (1774) .....	45
Tabela 2 - População Livre e Escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1774).....	48
Tabela 3 - Razão de Sexo no distrito de Santo Antônio de Sá (1774).....	50
Tabela 4 - Número de domicílios no Distrito de Santo Antônio de Sá (1774-1778).....	52
Tabela 5 - População do distrito de Santo Antônio de Sá em 1789 .....	55
Tabela 6 - População livre e escrava no distrito de Santo Antônio de Sá , 1789.....	56
Tabela 7 - Razão de sexo da população livre e escrava do distrito de Santo Antônio de Sá, 1789 .....	57
Tabela 8 - População do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1795 .....	59
Tabela 9 - Condição social da população do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	61
Tabela 10 - População escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá por sexo e faixa etária, 1797 .....	61
Tabela 11 - População do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1804 .....	63
Tabela 12 - População livre e escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1804.....	63
Tabela 13 - População total das freguesias do Distrito de Santo Antônio de Sá (1774-1804)	67
Tabela 14 - Produção agrícola em alqueires do Distrito de Santo Antônio de Sá, em 1779 ...	70
Tabela 15 - Produção agrícola em alqueires do distrito de Santo Antônio de Sá, 1779 e 1797 .....	71
Tabela 16 - Evolução dos engenhos no distrito de Santo Antônio de Sá (1778-1799).....	75
Tabela 17 - Produção de açúcar em caixas e arroubas no distrito de Santo Antônio de Sá, 1778 .....	76
Tabela 18 - Produção de aguardente em pipas no distrito de Santo Antônio de Sá, 1778.....	77
Tabela 19 - Receita da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1800 e 1801.....	78

Tabela 20 - Estimativas de Entradas decenais de escravos no Porto do Rio de Janeiro (1751-1810).....	80
Tabela 21 - Características dos fogos com ou sem escravos, 1797.....	87
Tabela 22 - Posse de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	89
Tabela 23 - Atividades produtivas, proporção de proprietários, número de escravos e média de escravos possuídos, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797.....	90
Tabela 24 - Status Conjugal dos chefes de fogos escravistas (1797).....	92
Tabela 25 - Proporção de homens e mulheres por faixa de tamanho de Posses no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	93
Tabela 26 – Tamanho das posses de escravos por sexo e estado conjugal dos proprietários, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	94
Tabela 27 - Proporção de escravos possuídos por homens e mulheres em diferentes faixas de tamanho de posse .....	95
Tabela 28 - Proporção de escravos possuídos por homens e mulheres de diferentes estatutos conjugais (1797).....	96
Tabela 29 – Proporção de homens e mulheres por atividade produtiva, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	97
Tabela 30– Tamanho da posse de escravo por atividade produtiva do chefe de domicílio, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	99
Tabela 31 – Posse de escravos nos engenhos de açúcar do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1778 e 1797) .....	100
Tabela 32 – Proporção de homens e mulheres escravas por tamanho de posse de cativos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797) .....	104

Tabela 33 – Razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e faixa de tamanho de posses, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	104
Tabela 34 – Proporção de homens e mulheres escravos e razão de sexo nas pequenas escravarias, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	106
Tabela 35 – Proporção de crianças e adultos escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (1797) .....	109
Tabela 36 – Proporção de crianças e adultos escravos por sexo e por faixa de tamanho de posses de escravos (1797).....	112
Tabela 37 – Proporção de escravos por atividade produtiva e faixa de tamanho de posses de escravos, distrito de Santo Antônio de Sá, 1797 .....	114
Tabela 38 - Média de batismos e casamentos de escravos por década e percentual de legitimidade na freguesia de Santo Antônio de Sá, 1771-1809 .....	118
Tabela 39 – Condição Jurídica dos padrinhos e madrinhas de filhos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá, 1771 a 1809 .....	123
Tabela 40 - Condição jurídica de padrinhos e madrinhas segundo a condição de filiação das crianças batizadas em Santo Antônio de Sá, entre 1771 e 1809 .....	130
Tabela 41 - Padrinhos livres e escravos por faixa de registro de batismos de escravos (1771-1809).....	132
Tabela 42 - Padrinhos livres, escravos e forros dos filhos das mães escravas (1771-1809)..	133
Tabela 43 - Distribuição dos escravos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo, 1797 .....	138
Tabela 44 - Distribuição dos cativos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão em grandes faixas de idade, 1797.....	139

Tabela 45 - Distribuição dos escravos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo, excluindo as crianças, 1797 .....	139
Tabela 46 - Distribuição dos escravos casados dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com a procedência.....	140
Tabela 47 - Distribuição dos escravos casados de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo e a procedência.....	140
Tabela 48 - Distribuição dos batismos de escravos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com suas faixas de idade .....	141
Tabela 49 - Distribuição das crianças batizadas nas propriedades de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão, por filhos de casais e filhos de mães solteiras.....	142
Tabela 50 - Condição social dos padrinhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão.....	144
Tabela 51 - Origem dos padrinhos e madrinhas escravas de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão .....	145

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Proporção de homens escravos segundo o sexo dos proprietários e de acordo com o tamanho de posses .....	108
Gráfico 2 - Batismos, casamentos de escravos na Vila de Santo Antônio de Sá (1756-1809) .....	117

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1- Freguesias da Capitania do Rio de Janeiro (século XVIII e início do XIX) .....	35
Mapa 2 - Localização dos engenhos dos engenhos do distrito de Santo Antônio de Sá (1767) .....	73

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACMRJ** - Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

**AHU** - Arquivo Ultramarino Português

**BNRJ** - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

**RIHGB** – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**STDB** – Slave Trade Database



## Introdução

Este estudo visa compreender a forma como os escravizados, tanto os vindos da diáspora como daqueles nascidos na colônia conseguiram, apesar de todos os infortúnios, sobreviver na sociedade colonial, estabelecendo laços familiares entre os seus companheiros das senzalas e com os forros, libertos e livres da freguesia de Santo Antônio de Sá, localizada no Recôncavo da Guanabara, em fins do período colonial (c.1750 – c. 1808). Nesse sentido, temos como objetivo, através da análise da formação da família escrava e de seus laços de compadrio recuperar as estratégias desenvolvidas pelos escravos. Busco compreender que tais estratégias estiveram relacionadas ao grau de antiguidade dos escravos a sociedade colonial.

A escolha em estudar uma das freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e XIX deve-se ao fato de que poucos são os estudos referentes as transformações demográficas nas áreas rurais da capitania do Rio de Janeiro durante esse período. Aliado aos estudos de ordem mais econômica que visam esclarecer o desenvolvimento passado por esta capitania, nosso estudo procura compreender de que modo tais transformações afetaram o comportamento demográfico e as relações sociais estabelecidas pelos diversos sujeitos situados nesta região. Outros estudos foram produzidos sobre esta região, mas voltam-se sobretudo ao século XIX.<sup>1</sup>

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas diversas fontes produzidas no período, principalmente os livros de registros de batismos e casamento de escravos da freguesia de Santo

---

<sup>1</sup> Cf. entre outros: COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do Rio Macacú (1833-1875)*. Niterói, 2013. f.197. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Niterói, 2009. f.275. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009; ROSA JUNIOR, Ailton Fernandes da. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Nova Iguaçu, 2014. f.127. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

Antônio de Sá, disponibilizados pelo site Ecclesiastical Sources in Slave Societies cujo segmento Brasil digitalizou a documentação do Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.<sup>2</sup> Com o uso de tais fontes será permitido realizarmos ora uma análise quantitativa, ora qualitativa.

O livro de registros de casamento de escravos da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá (1756 a 1809) foi totalmente transcrito e está praticamente completo em suas 160 folhas, faltando somente as cinco primeiras folhas. Enquanto isto, o livro de registro de batismos de escravos da mesma matriz, que se encontra também totalmente digitalizado, foi só parcialmente transcrito, faltando os anos de 1763 a 1770 (folhas 1 a 61). Ao todo foram realizadas 860 cerimônias de casamento e 1.996 batismos.

Com base nestes registros criamos uma base de dados com o uso do Microsoft Excel, anotado para cada batismo, as seguintes informações: data do batismo (dia, mês e ano), local do batismo, idade do batizando (criança ou adulto), sexo do batizando, legitimidade do batizando, cor/origem do batizando, do pai, da mãe, do padrinho e da madrinha, condição social do batizando, do pai, da mãe, do padrinho e da madrinha, nome dos batizados, pais, mães, padrinhos, madrinhas e dos proprietários dos escravos.

Para os registros de matrimônio retiramos as seguintes informações para a composição do nosso banco de dados: data do casamento (dia, mês e ano), local do casamento, cor/origem dos noivos, condição social dos noivos, nomes dos noivos, do senhor de escravos e das testemunhas.

---

<sup>2</sup> Sobre o projeto ver em <http://www.vanderbilt.edu/esss/> e para o segmento Brasil conferir <http://www.uff.br/curias/apresenta-o>, o livro de casamento dos escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá se encontra em <http://diglib.library.vanderbilt.edu/esss-brazil.pl>, acesso em 24.06.2018.

De acordo com Maria Yeda Linhares a metodologia da História Quantitativa seria uma

expressão para designar métodos e técnicas de pesquisa no âmbito de uma história delimitada em determinado espaço historicamente construído, caracterizando-se pelo emprego de séries documentais e pela tentativa de abranger em amplitude, no decorrer de uma longa duração – *la longue durée* – um espaço determinado (um recorte) e uma temática, diante da possibilidade concreta de trabalhar fontes numerosas e suscetíveis de tratamento estatístico.<sup>3</sup>

O método da História Quantitativa no nosso trabalho servirá para a análise demográfica da freguesia de Santo Antônio de Sá. Nesse sentido, mais que uma história quantitativa, o nosso objetivo é realizar um estudo demográfico, do comportamento da população escrava, com base nas fontes eclesiásticas.

Se, num primeiro momento as atas de batismos e de casamento, através do método quantitativo permitirão compreender o movimento geral da população escrava estudada, vislumbrando assim algumas tendências, após este estudo preliminar, tais registros nos possibilitarão apreender as redes que os indivíduos estabeleceram no decorrer do tempo.

A partir das alianças matrimoniais e dos laços de compadrio estabelecidas no ato do batismo de crianças e adultos nos é permitido observar as relações familiares, de sociabilidade e de solidariedade estabelecidas pelos escravos e, ainda sob viés da história quantitativa, observar algumas tendências e particularidades destas mesmas relações.

Contudo, é necessário ir além da simples contagem e analisar as estratégias desenvolvidas por estes sujeitos na formalização de suas uniões matrimoniais e no estabelecimento dos laços de compadrio. Para isso, utilizamos o método micro-analítico para poder tentar buscar explicações por trás das escolhas destes sujeitos.

---

<sup>3</sup> LINHARES, Maria Yeda de. “Introdução” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.p.14

Desse modo realizamos uma mudança da escala de análise preconizada pela micro-história<sup>4</sup>. De acordo com Geovanni Levi a escolha da microanálise “se usa para entender la historia general. Se parte de que es posible al reducir el grado de escala y observar cosas aparentemente más generales”<sup>5</sup>

Contudo isso não significa uma oposição do macro com o micro. De acordo com Jacques Revel “não existe hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global.”<sup>6</sup> Portanto, não há divisão entre o “macro” e o “micro”. A redução de escala “é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.”<sup>7</sup> Essa mudança das escalas de análise produz diferentes efeitos de conhecimento como numa máquina fotográfica, que ao ampliar o foco da lente objetiva, não só aumenta o objeto mas a própria maneira de apresentar a sua forma. Essa variação de escala, para Paul-André Rosental, é justamente o que diferencia a micro-história das outras abordagens.<sup>8</sup>

O objetivo da redução da escala de análise tem como objetivo perseguir os indivíduos a partir dos indícios deixados nas fontes

---

<sup>4</sup> Sobre a micro-história conferir, entre outros: REVEL, Jacques (org.). “Microanálise e construção do sócia” In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992; GINZBURG, Carlo. “Prefácio à edição italiana. In: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni, Entrevista concedida por G. Levi a Juan José Marin. *Revista de História*, n.º. 41, Enero-Junio del 2000. EUNA-EUCR. s/p. (Heredia –Costa Rica). Disponível em: [http://escuelahistoria.fcs.ucr.ac.cr/contenidos/mod-his/e-levi-cost.htm#\\_ftn1](http://escuelahistoria.fcs.ucr.ac.cr/contenidos/mod-his/e-levi-cost.htm#_ftn1), acesso em 10.07.2018,

<sup>6</sup> REVEL, Jacques (org.). “Microanálise e construção do sócia” In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 28.

<sup>7</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.137.

<sup>8</sup> ROSENTAL, Paul-André. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microhistoria”*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 151-152.

de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariane que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue de um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome<sup>9</sup>.

Cruzando e articulando diversas fontes (como os assentos de casamento e batismo de escravos, assim como do uso de uma lista nominativa e outros documentos produzidos pelo período), tendo como guia o nome foi possível reconstituir as trajetórias de algumas propriedades escravistas, dos seus senhores, dos escravos que lá trabalhavam e viviam, assim como identificar as características dos padrinhos escolhidos na cerimônia do batismo.

Através dos livros de paroquiais de casamento e de batismo de escravos foi nos permitido acompanhar as trajetórias dos escravos na formalização de suas uniões conjugais e no estabelecimento das relações de compadrio. Para identificar as atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores e seus escravos contamos com uma lista nominativa que apresenta informações sobre o perfil produtivo do domicílio e o tamanho das escravarias o que vai permitir definir as características da posse de escravos na região. Com o auxílio de outras fontes é nos permitido acompanhar o aumento ou a diminuição da quantidade de escravos de alguns senhores, exclusivamente os senhores de engenho de açúcar.

Dispomos de apenas uma lista nominativa produzida no ano de 1797 denominada *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797.*<sup>10</sup> Nesta lista são discriminados todos os domicílios do distrito de Santo Antônio de Sá, acompanhado pelo nome dos chefes destes domicílios, e enumeração dos filhos maiores e

---

<sup>9</sup> GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. pp.173-174.

<sup>10</sup> *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797.* Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

menores, agregados, escravos e a quantidade de gêneros produzidos naquele ano. Este documento faz parte do Arquivo Histórico Ultramarino, e pode ser encontrado em sua versão digital no site: <http://resgate.bn.br/>.

Para compreendermos como eram construídas as relações familiares entre os escravos é necessário o exame das estratégias construídas por estes indivíduos na construção e ampliação de suas redes de solidariedade por meio das alianças matrimoniais e dos laços de compadrio constituídas com os diversos segmentos da sociedade colonial. Para isso lançamos mão do conceito de estratégia concebido por Geovanni Levi.

Para Levi, as estratégias são concebidas através da racionalidade seletiva e limitada que era “empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural”.<sup>11</sup> A ação social, baseada nestas estratégias, segundo este autor é “resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.”<sup>12</sup>

Geovanni Levi foi inspirado pelas ideias de Frederick Barth, que concebia a sociedade simultaneamente como fragmentada e aberta, ou nas palavras de Barth, as sociedades seriam “sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento”<sup>13</sup>. Desse modo, a sociedade é composta por “pessoas situadas em posições diferentes podem acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação, ou seja, podem viver juntas, mas em mundos diferentemente construídos”.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.45.

<sup>12</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.p.136.

<sup>13</sup> BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In T. Lask (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000.p. 172.

<sup>14</sup> *Ibidem*.p.176.

Tal compreensão pode ser útil na compreensão da sociedade colonial. Nesta sociedade, senhores e escravos realizavam suas ações com base em seus sistemas valorativos, isto é, realizavam escolhas frutos de suas estratégias. Contudo, suas ações eram condicionadas, pelas normas sociais, consideradas múltiplas e contraditórias, e pelo acesso aos recursos. As interações entre os diversos atores sociais são atravessadas por conflitos e tensões, justamente porque possuem interesses diversos. Nesse sentido, tanto o matrimônio e o estabelecimento do parentesco fictício através das relações de compadrio teriam sentidos diferentes para os diversos grupos sociais e eram concebidas tendo em vistas estratégias também diferentes.

Considerando a importância do contexto histórico que possibilitou a formação destes laços iremos iniciar o **Capítulo 1** com a análise da conjuntura política e econômica que passava na capitania do Rio de Janeiro naquele momento. Perceberemos que as transformações vividas naquele período geraram um desenvolvimento econômico e demográfico no distrito de Santo Antônio de Sá.

Com base nos “censos” populacionais produzidas no final do século XVIII e início do XIX será possível perceber o comportamento demográfico da região, tanto da população livre como da escrava, assim como a proporção de homens e mulheres de ambos os segmentos. Como consideramos tais “censos” como estimativas foi necessária cautela na utilização dos mesmos, assim como alguns ajustes, tendo como base os métodos e técnicas da demografia histórica.

Os censos populacionais foram encontrados em diferentes arquivos, boa parte delas se encontrava publicada na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), como a *Relação do Marques de Lavradio de 1779*<sup>15</sup> e as *Memórias Públicas e Econômicas da Cidade*

---

<sup>15</sup> LAVRADIO, Marquês de. “Relação do Marques do Lavradio – parte II” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.76, 1946, pp.289-360.

do Rio de Janeiro de 1789<sup>16</sup>, outra foi encontrada no próprio acervo do IHGB, denominada *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*,<sup>17</sup> de 1774 e no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) as *Visitas Pastoraes de Monsenhor Pizarro de 1795* e o no Arquivo Histórico Ultramarino a *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797*.<sup>18</sup>

Pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII o distrito de Santo Antônio de Sá caracterizava-se por uma importante região produtora de diversos gêneros alimentícios, além da própria cana-de-açúcar, assim como pelo comércio de madeira. Para a produção destas mercadorias foi fundamental a mão-de-obra escrava e isto transparece pelo aumento constante deste contingente populacional no período assim como na intensificação do tráfico de cativos.

Como veremos, no **segundo capítulo**, em quase todos os setores da economia do distrito de Santo Antônio de Sá havia o uso do escravo como um importante fator de produção, apesar de também haverem propriedades com nenhum escravo, cuja produção se fazia unicamente

---

<sup>16</sup> MEMÓRIAS públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do Vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 47, 1884.

<sup>17</sup> *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*. IHGB – 1, 3, 13.

<sup>18</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.



com o uso da força de trabalho familiar. Para tal análise, empreendemos um estudo quantitativo das fontes.

A dispersão da mão-de-obra cativa foi uma realidade nesta localidade, contudo, alguns proprietários e setores da economia colonial, concentravam boa parte deste segmento populacional. O desenvolvimento da economia de gêneros alimentícios e da cana-de-açúcar permitiram que tanto pequenos lavradores como grandes fazendeiros pudessem ter acesso a escravos e aumentarem suas escravarias.

Ter em vista a distribuição da posse de cativos permitirá compreender as tendências de legitimidade das crianças cativas e das relações de compadrio estabelecidas pelos escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá, que será analisado no **terceiro capítulo**.

Através dos registros de casamentos e batismos da freguesia de Santo Antônio de Sá será possível analisar a formação das famílias escravas nucleares (formadas por pais e filhos), como extensas (pelas relações de compadrio) ao longo do período. Para isso daremos um tratamento quantitativo das fontes com vista a chegar nas tendências das taxas de legitimidade e a condição social dos padrinhos.

Diminuindo ainda mais a lente de observação, focaremos no final do terceiro capítulo, as relações de compadrio estabelecidas por duas grandes escravarias: a da Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão, ambos senhores de engenho. Aliando análises quantitativas e qualitativas, compreenderemos que mesmo em grandes posses de escravos, haveriam diferenças importantes nas escolhas dos padrinhos das crianças escravas.

Nem sempre foi possível saber mais que o nome dos padrinhos, seja pela ausência dos nomes nas outras fontes, seja pela quantidade de pessoas com os mesmos nomes e com a

ausência de sobrenomes. Apesar destas dificuldades, acreditamos que, através deste cruzamento nominal, ser possível identificar alguns destes sujeitos e sua posição dentro daquela sociedade, permitindo uma compreensão melhor das relações de compadrio que não seriam possíveis apenas pelo tratamento serial das fontes.

## **Capítulo 1 – O Rio de Janeiro e a Vila de Santo Antônio de Sá (c.1750-c.1808)**

A capitania do Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII, passou por mudanças significativas. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, o Rio se transformou em um importante entreposto de abastecimento de alimentos para as Minas e de escoamento do ouro. Tal era a sua importância que, em meados do século XVIII, se tornará o principal porto mercantil da América Lusa.<sup>19</sup> De modo que em 1763, a sede do governo do Vice-Reino é transferida da Bahia para o Rio de Janeiro.

Há diversas controvérsias sobre o desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro durante o final do período colonial ou, como alguns pesquisadores preferem denominar, o Colonial Tardio<sup>20</sup>. Foram utilizadas distintas periodicidades para delinear esta expressão, porém tendo como base o final dos setecentos. Dauril Alden utiliza o recorte de 1750 a 1808<sup>21</sup>, enquanto Fragoso, 1790 a 1830<sup>22</sup>, Fábio Pesavento, de 1750 a 1790<sup>23</sup> e Diogo de Carvalho Cabral, de 1760 a 1830.<sup>24</sup>

---

<sup>19</sup> FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>20</sup> De acordo com Fragoso os primeiros autores a utilizarem este conceito para se referir a América Portuguesa no final do Período Colonial foram: ALDEN, Dauril, “El Colonial tardio”, In: BETHELL, Leslie (Org.) *História de América Latina*. Vol.3, Barcelona: Editorial Critica, 1990, pp.306-358; SCHWARTZ, Stuart, “Elite Politics and the growth of a peasantry in Late Colonial Brazil” in: RUSSEL-WOOD, A.R. *From Colony to Nation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975, pp. 133-154. Cf.: FRAGOSO, João. “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial” *Locus, Revista de História*, n. 10, Juiz de Fora, UFJF, 2000a. Além destes, temos PESAVENTO, Fábio. “O Colonial Tardio e a Economia do Rio de Janeiro na Segunda Metade dos Setecentos: 1750-90” *Estudos Econômicos* (São Paulo. Impresso), v. 42, p. 581-614-614, 2012.

<sup>21</sup> ALDEN, Dauril, op. cit. 1990.

<sup>22</sup> Para uma crítica a esta periodização ver: MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo; NETTO, Mário Danieli. “Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

<sup>23</sup> PESAVENTO, Fábio, op. cit. Devemos ter em mente que Pesavento utiliza este corte cronológico para tentar fechar as lacunas dos trabalhos de Sampaio e de Fragoso e Florentino. Cf. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, 1650-1750*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002; FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>24</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. “A economia madeireira no colonial tardio fluminense: uma primeira aproximação.” *História Econômica & História de Empresas*, v. X, p. 5-48, 2007.

Dauril utiliza tal expressão para explicar o comportamento da sociedade e da economia brasileira no final do período colonial. De acordo com este autor, o colonial tardio iniciaria com o *boom* da produção aurífera até a sua decadência e depois pelo retorno a agricultura de exportação, considerado então como um “renascimento agrícola”. Ainda durante este período perpassaram as políticas pombalinas de fomento a diversificação agrícola.

Por seu turno, Fragoso, utiliza tal noção para se referir exclusivamente ao Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, que

compreenderia, pelo menos, dois movimentos intimamente ligados: a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômico da região tratada; e a transformação do Rio na principal praça mercantil do Atlântico Sul, tendo a seu redor circuitos mercantis, que abrigavam o comércio de importação-exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) no Brasil e o comércio colonial interno do Sudeste/Sul coloniais<sup>25</sup>

Desse modo, a expressão Colonial Tardio, não seria marcado apenas pela conjuntura econômica do ouro e da agro exportação, como também das mudanças econômicas e sociais “sob a hegemonia das relações sociais de produção escravista”, que sobreviveriam até fins do século XIX.<sup>26</sup>

Fábio Pesavento, por sua vez, utiliza tal expressão para o período que vai de 1750 a 1790, tentando cobrir a lacuna que os estudos mais recentes - como o de Antonio Carlos Jucá, entre 1650 a 1750, e Fragoso e Florentino, de 1790 a 1830. O Colonial Tardio é utilizado para compreender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro após a queda da extração aurífera.

---

<sup>25</sup> FRAGOSO, João, op. cit., 2000a. p.12.

<sup>26</sup> Ibid., p.11.

Conforme exposto acima, Dauriel Alden argumenta que a colônia passará por uma grande crise econômica após a queda da extração aurífera na região de Minas Gerais, seguida pelo retorno a produção agrícola. Desse modo, o autor afirma que haveria um ressurgimento da economia agrícola em finais do século XVIII, com a recuperação da economia açucareira e do tabaco e, com o crescimento das novas culturas de exportação, como o café e o anil.

Entre os primeiros que criticaram esta visão Antonio Carlos Jucá Sampaio argumentou que, “no caso da capitania fluminense, não se pode falar num ‘renascimento’ ou ‘ressurgimento’ de sua agricultura simplesmente porque ela nunca ‘morre’ ou some”<sup>27</sup>, pois apesar da retração econômica no setor açucareiro, a produção de alimentos passa por um grande crescimento compensando a ‘decadência’ da primeira. Desse modo, a expansão da produção açucareira,

“não somente não se deu sobre uma ‘terra arrasada’, como também não representou a retração da produção de alimentos, que, mesmo com a decadência dos circuitos auríferos, continuou encontrando um importante mercado para seus produtos na nova capital da colônia.”<sup>28</sup>

Apesar destas suas conclusões, é importante salientar que o recorte cronológico de sua pesquisa é anterior à crise da produção aurífera, e retrata principalmente a economia do Rio de Janeiro na década de 1740, não desenvolvendo sua análise para o período posterior.

Para preencher esta lacuna, isto é, o desenvolvimento da economia fluminense na segunda metade do século XVIII, Fábio Pesavento, por meio da análise de escrituras públicas e outras fontes do período, concluiu que a economia carioca “não experimentou uma crise ou depressão econômica, mas sim uma estagnação. Além disso, verificou-se um revigoreamento das atividades agrícolas fluminenses.”<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá, op. cit. p.103.

<sup>28</sup> Ibid. p.103.

<sup>29</sup> PESAVENTO, Fábio, op. cit. p.606.

Para tentar compreender o peso da queda da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro, Pesavento, analisou a evolução de algumas atividades econômicas do Rio de Janeiro, e concluiu que durante 1760-69, houve uma forte retração dos valores dos bens urbanos e do volume dos empréstimos concedidos, e que mesmo com uma recuperação durante as décadas de 1770 e 1780, o desempenho destes mercados foram menores que na década de 1750.

Por outro lado, o valor médio dos bens rurais se valorizou na medida em que o declínio da extração aurífera se intensificava, principalmente na década de 1760. Contudo, quando se verifica a arrecadação de dízimos da Coroa, Pesavento, demonstra que no período de 1760-69 não ocorreu um declínio de sua arrecadação média. Desse modo, ao menos em algumas atividades (bens urbanos e de crédito) pode se estabelecer a relação entre a queda da mineração e a economia do Rio de Janeiro.

Diante dessa conjuntura, Pesavento argumenta a favor do revigoramento da agricultura, não a partir do zero, como pensava Dauril, mas sim por meio da existência de uma rede de abastecimento interno no Rio de Janeiro anterior a queda da extração aurífera e por meio das políticas de fomento a agricultura estabelecidas durante a segunda metade do século XVIII. As políticas de fomento a diversificação agrícola, estabelecidas durante o período pombalino (1750-70) permitiram que novos produtos fossem incluídos na pauta de exportação, o que compensaria em parte a queda da extração aurífera nas Minas Gerais.

Tais políticas de fomento atuaram principalmente na implementação de novas culturas, como o arroz, anil, cochonilha e linho de cânhamo. Porém, ele salienta que foram principalmente o arroz e o anil os produtos que receberam maiores estímulos.

Sobre a exportação desses novos produtos, Pesavento, com base em alguns relatórios da produção exportada pelo Rio de Janeiro para Lisboa, verifica a importância dos mesmos na

receita entre os anos de 1777-89, demonstrando que em “termos de participação percentual, as novas culturas (algodão, goma, anil, arroz, café, canela, cochonilha e linho cânhamo) somam expressivos 23%”<sup>30</sup>. Contudo, somente o anil e o arroz, representavam “19% da receita de exportação fluminense”.<sup>31</sup>

Por fim, caberia a citar a crítica de Stuart Schwartz sobre a autonomia do mercado interno proposta por Florentino e Fragoso. De acordo com este autor este período foi fortemente marcado pelos desdobramentos políticos e econômicos da Revolução do Haiti em 1792, momento no qual se verifica, com maior intensidade, o fortalecimento dos comerciantes portugueses e brasileiros resultado das reformas políticas e econômicas estabelecidas pelo Marquês de Pombal, (1750 a 1777). Além disso, a expansão da economia escravista exportadora ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do mercado interno de gêneros alimentícios.<sup>32</sup>

Não é nosso objetivo retomar a discussão em torno do grau de autonomia da Colônia e a dependência econômica do Rio à conjuntura econômica “internacional”. Consideramos pertinente a conclusão à qual chegou Fábio Pesavento, o qual argumenta que diante da forma como diferentes mercados se desenvolveram durante a segunda metade do século XVIII, isso pode ser explicado devido ao fato de que “a economia fluminense não se restringia apenas a oscilação da economia colonial ou da economia internacional, mas sua conjugação”.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Niterói, 2009. f.226. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 76.

<sup>31</sup> *Ibid.* p. 76.

<sup>32</sup> SCHWARTZ, Stuart. “Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil.” *Latin American Research Review*. Minnesota, v. 31, n.1, p. 113-134, 116, 1996.

<sup>33</sup> PESAVENTO, Fábio, op. cit. 2012. p. 606.

Por outro lado, ainda há muitas lacunas referentes ao comércio do Brasil com a África, apesar de estudos apontarem sobre a importância de alguns produtos para o tráfico de escravos como a jeribita (cachaça) e a farinha de mandioca.<sup>34</sup> Desse modo, temos uma terceira via de comércio que aos poucos diversos historiadores tem se dedicado.

Por fim, existem diversas dificuldades em caracterizar as economias locais, isto é, das freguesias, na medida em que há poucos vestígios referentes das transações econômicas delas com as principais Vilas e cidades, como por exemplo, as relações das freguesias em torno do Recôncavo da Guanabara com o Rio de Janeiro.

Francisco Carlos Teixeira argumenta que a produção das freguesias do Recôncavo e o sertão da Capitania do Rio de Janeiro era voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e “respondiam com 75% de toda a produção de farinha da capitania; 86% de todo o arroz; 81% do milho e 60,6% da produção de feijão”<sup>35</sup>.

Do mesmo modo, Flávio Gomes, ressalta a importância da produção de gêneros alimentícios das freguesias do Recôncavo para o mercado interno, e salienta que apenas 20%

---

<sup>34</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, ver especialmente o capítulo 7; FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 341-378, 2001; DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; SOARES, Mariza de Carvalho. “O vinho e a farinha, "zonas de sombra" na economia atlântica no século XVII.” In: Fernando de Sousa. (Org.). *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE - Afrontamento, 2008, p. 215-232.; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional. 2010; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011a; Nielson Rosa Bezerra. “Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra”. In: Mariza Soares e Nielson Bezerra (orgs). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011b, p. 195-216;

<sup>35</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)*. Niterói, 1990. f.410. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990. p 167.



dos cativos estavam empregados no cultivo e fabricação do açúcar, sendo a maioria voltada para a produção de alimentos, e o restante para a extração de lenha e fabricação de tijolos.<sup>36</sup>

Contudo, como apontamos acima, é provável que tais produções não servissem apenas para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. A própria Vila de Santo Antônio de Sá, que analisaremos a seguir, foi uma importante área produtora de farinha desde o século XVII, para o comércio com a África. De acordo com o padre Jacomé Monteiro nesta localidade, no ano de 1610, haveria uma abundância de gêneros alimentícios, principalmente de farinha de mandioca, “da qual se carregam para Angola, todos os anos, a troco de peças, quarenta mil alqueires”<sup>37</sup>.

Apesar deste relato ser bem anterior ao nosso período de estudo, consideramos que a expressiva produção da mandioca na Vila, durante a segunda metade do século XVIII, tenha se desenvolvido em parte, devido a este comércio com a África. Contudo, há alguns estudos que apontam para a importância da farinha já no século XVIII no tráfico de cativos. Conforme argumenta Nielson Rosa Bezerra, o comércio com a farinha de mandioca

ganhou maior proporção durante os séculos XVIII e XIX, considerando que a farinha de mandioca tornou-se uma das mercadorias que tinha lugar no valioso mercado atlântico, cuja função entre outras, era a sua comercialização nos complexas atividades econômicas protagonizadas pelo tráfico africano de escravos.<sup>38</sup>

Isso explicaria em parte o porquê que no “final do século XVIII e início do século XIX, a produção e o comércio de farinha de mandioca eram as principais atividades praticadas no Recôncavo da Guanabara.”<sup>39</sup> Se em

algumas propriedades isso se dava apenas para o consumo, mas em outras fazendas, havia grandes casas de farinha onde essa mercadoria era produzida com vista para o

---

<sup>36</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: cia. das Letras, 1996. p.265.

<sup>37</sup> MONTEIRO, Padre Jacomé. “Relação da Província do Brasil.” In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VIII, Rio de Janeiro, 1965. p. 399.

<sup>38</sup> BEZERRA, Nielson Rosa, op. cit. 2010. p.7.

<sup>39</sup>Ibid. p.9.

abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e para o comércio nos mercados atlânticos.<sup>40</sup>

Na montagem desse grande quebra-cabeça que era a economia da Capitania do Rio de Janeiro no final do século XVIII, percebemos uma complexidade de relações econômicas que aos poucos está sendo desvendada. Ter em mente esta complexidade nos auxiliará a compreender o que se passava na Vila de Santo Antônio de Sá na segunda metade do século XVIII e o seu papel dentro da capitania do Rio de Janeiro.

### **1.1 - A Vila de Santo Antônio de Sá**

A Vila de Santo Antônio de Sá se localizava no fundo da Baía da Guanabara, ao longo dos rios Macacu, Casseribú e Guapimirim. A Vila teve origem na antiga freguesia de Santo Antônio de Casseribú, que de acordo com Matoso Maia Forte “foi a das primeiras das criadas no recôncavo e, mais antiga do que ela, só apontava a da Sé do Rio de Janeiro”<sup>41</sup>. Desta freguesia, isto é, de Santo Antônio de Casseribú, depois renomeada para Santo Antônio de Sá, se desmembraram a freguesia de São João de Itaborahy, a de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade e Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, que formavam o termo da dita vila, que foi criada em 1697. Posteriormente a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim ou Aguapehy-mirim foi anexada a Vila de Magé em 1789.<sup>42</sup>

No mapa abaixo, produzido por Valter Luiz de Macedo para Fania Fridman a partir das informações coletadas por Monsenhor Pizarro temos representadas as freguesias da capitania

---

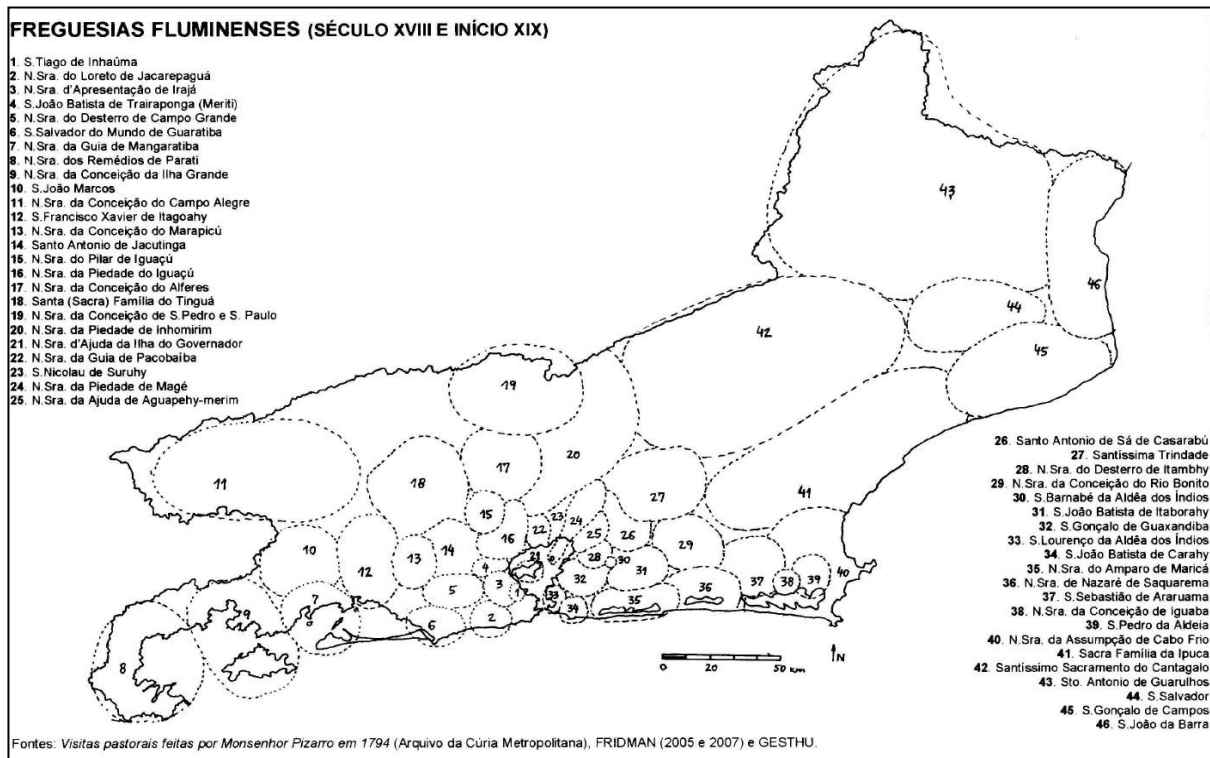
<sup>40</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *Ibid.* 2010. p.10.

<sup>41</sup> FORTE, Matoso Maia. MAIA FORTE, José Matoso. *Vilas Fluminenses Desaparecidas – Santo Antônio de Sá*. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1980. p.37

<sup>42</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

do Rio de Janeiro. As freguesias que compunham a Vila de Santo Antônio de Sá estão representadas pelos números 25 ao 31.<sup>43</sup>

### Mapa 1- Freguesias da Capitania do Rio de Janeiro (século XVIII e início do XIX)



A sede desta Vila ficava localizada no cruzamento dos principais rios da região: o Macacu e o Caceribú. Por isso as vezes, a freguesia homônima ora era registrada como Santo Antônio do Caceribú, ora Santo Antônio de Macacu. Não foi aleatório a escolha do local de constituição da vila: além de ser uma das freguesias mais antigas do Rio, Santo Antônio de Sá, era um ponto estratégico de penetração no interior da capitania do Rio de Janeiro, facilitada pela extensa rede fluvial que desembocavam na baía da Guanabara. Além disso, como afirma Diogo Cabral,

<sup>43</sup> FRIDMAN, Fania. “Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII”. In: *ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL*. Mnome – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. p.7.

o rio Macacu foi um importantíssimo eixo de comunicação, por ser um dos caminhos de acesso ao norte do atual estado do Rio de Janeiro (Cantagalo, Nova Friburgo), ao sul de Minas e à região dos Lagos. Pelo rio Macacu e seus afluentes, como o Caceribu, circulavam mercadorias e pessoas, transportadas por pequenas e grandes canoas, em viagens que duravam dias.<sup>44</sup>

Atesta também para sua importância o historiador Francisco Varnhagem que afirma que o maior dos rios que desaguam na Baía de Guanabara é o Rio Macacu, e argumenta que se a baía fosse de fato um rio deveria ter sido nomeada de Macacu.<sup>45</sup>

Na data da criação da vila de Santo Antônio de Sá, em 1697, o próprio rio se tornaria referência para o estabelecimento do *termo*<sup>46</sup>:

Villa de Santo Antonio de Saa a qual tera por termo desde a boca da barra do Rio chamado Macacu todo o seu comprimento athe a dita Villa e tambem he termo da dita Villa e lhe pertensem toda a pavoasão morada cazal ou terra que esta pellos lados do Rio, tendo o seu adito sahida e serventia pello Mesmo Rio por vallas ou riachos ou qualquer caminho de terra de que os moradores costumem usar e com melhor comodo com declarasão que este dito termo dos lados do Rio nunca excedera a distansia de seis legoas da dita Villa salvo aquella terra lugar morada ou pavoasão que ficar por sima da mesma Villa contra a cidade de maneira que seja mais certo caminhar p<sup>a</sup> a Villa do que caminhar p<sup>a</sup> a cidade em razão de lhe ficar a dita Villa primeyro.<sup>47</sup>

Desse modo, a extensão da Vila abrangeria, *grosso modo*, a bacia hidrográfica do Macacu. De acordo com Diogo Cabral, *bacia hidrográfica* ou *bacia de drenagem* seria um “sistema hierárquico de canais responsável pela captação de toda a água que se dirige a um

---

<sup>44</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e árvores no ecúmeno colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.p.130.

<sup>45</sup> VARNHAGEM, Francisco. Vol. 1. P.131

<sup>46</sup> De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca vila significaria o “núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara” e o termo era “o território de jurisdição dos oficiais camarário, que inclui geralmente várias outras localidades”. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.29.

<sup>47</sup> Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v - 134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil. Agradeço a Vinicius Maia Cardoso por ter gentilmente me cedido este documento.

único rio.”<sup>48</sup> Nesse sentido, houve “um substancia grau de coincidência entre os traçados das bacias hidrográficas e àqueles das unidades de gestão territorial”.<sup>49</sup>

Apesar de utilizarmos principalmente a delimitação territorial militar, isto é, um dos distritos milicianos em que estava dividido a capitania do Rio de Janeiro como recorte espacial - como apontamos na introdução, corresponderia as freguesias de Santíssima Trindade, Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e o antigo aldeamento de São Barnabé - , é fundamental perceber que tal espaço englobava a bacia hidrográfica do Macacu<sup>50</sup>.

A extensa rede fluvial permitia o transito de pessoas e mercadorias na região. Segundo o redator do Mapa populacional de 1797, havia dezesseis rios que perpassam o território do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá e todos estes eram navegáveis e, dos 48 riachos, apenas 5 permitiam embarcações. Os principais rios eram o Macacu e o Guapiaçu.

A nascente do rio Macacu localiza-se na Serra dos Órgãos, no trecho da Serra da Boa Vista, e correndo no sentido nordeste-sudoeste, recebe as águas do Rio Batatal antes de se encontrar com o rio Guapiaçu, através do canal denominado Rio dos Morros. Mais adiante afluem os rios Caceribú e o Aldeia, antes do Macacu desaguar na Baía de Guanabara conforme podemos observar no mapa 1. No mapa de 1797 o autor cita o rio Porto das Caixas, na verdade, como podemos perceber no mapa de Manuel Vieira Leão, o Porto das Caixas estava situado nas margens do rio Aldeia. De acordo com Cabral, tal configuração foi modificada com a construção do Canal Imunana, a partir dos anos de 1940, construído pelo extinto Departamento

---

<sup>48</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit. 2007. p.141. Através do anexo 1 nos é permitido visualizar toda a bacia hidrográfica do Macacu.

<sup>49</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit. 2007. p. 133-4.

<sup>50</sup> Para o estudo que elenca a bacia hidrográfica do Macacu como recorte espacial ver Cabral, Diogo, op. cit. 2007.

Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), desviando-se o curso do rio Macacu e unindo-o ao rio Guapimirim e o rio Caceribú, que era afluente do Macacu ganhou, a partir das obras do DNOS, desembocadura independente.<sup>51</sup>

O rio Guapiaçú também surgia da Serra dos Órgãos e recebia águas de diversos rios, no mapa de Vieira Leão consta o rio Piracinanga, Hurindi e Rabelo. Balthasar da Silva Lisboa cita, o Orindyassú, Orindymirim, Riacho do Rabelo, Etinga Grande, Etinga Pequena e Taperyti. Os mesmos rios citados também no mapa de 1797.

Além destes existiam os Rios Magemirim, Sernambetiba e Guapimirim, na porção leste da Vila, próximo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. E, por último, o rio Guaxindiba, situado mais abaixo da foz do rio Macacu, servindo de limite para o antigo Aldeamento de São Barnabé.

Conforme o mapa de 1797,

Pelas margens destes Rios navegáveis há bastantes Portos com comodidade para todas as embarcações de que usão estes povos, para condução da Carga da sua negociação, aos quais são Barcas, Lanchas grandes, a semelhança das da Pesca, Barcos grandes e pequenos e Canoas também grandes e pequenas, e não se faz menção da denominação destes Portos p.r q.e nem todos a tem, e ser grande o número.<sup>52</sup>

Anos antes, em 1779, Marques do Lavradio expunha a importância dos rios para o transporte da produção enumerando o número de portos de cada uma das freguesias que compunham o distrito. Na freguesia de Santo Antônio de Sá, havia 12 portos,

Conduzem nestes portos todos 17 barcos, e 1 barca, the altura da V.<sup>a</sup> pode chegar barcas, e dahi p.<sup>a</sup> Sima alguás Legoas chegão barcos a carregar madeira, e destes três portos para sima, tanto no R.<sup>o</sup> Goapyasú, como no R.<sup>o</sup> chamado Macacu ha vários portos, e uzão os Lavradores de canoas p.<sup>a</sup> conduzirem os mantimentos p.<sup>a</sup> a Cid.e, e indo as madeira athe o porto da Villa.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit., 2007. p.145

<sup>52</sup> *Discripção do que contém [...]*, op. cit., capítulo 2.

<sup>53</sup> Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB (76), Pt. 1*, p. 293.

Em Itamby, havia 4 portos, entre os rios Macacu e Aldeia, com um total de 5 barcos. A freguesia da Santíssima Trindade utilizava dos mesmos portos da freguesia sede da vila. Em Guapimirim, diz Pizarro havia 7 portos, “além de outros portos, q’ se seguem p.<sup>a</sup> cima por donde só navegação canoas.”<sup>54</sup> Ao todo foi contabilizado no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 70 barcos de Carvão, 400 barcos de lenha, 150 barcos de madeira de falqueijo, 24 portos, 35 barcos de conduzir mantimentos e uma barca.<sup>55</sup>

De acordo com Ailton Fernandes da Rosa Junior é possível dividir o Vale do Rio Macacu em duas regiões geograficamente distintas: uma de baixada, bastante alagadiça e de clima quente (o que corresponderia hoje aos municípios de Itaboraí, Rio Bonito e parte de Guapimirim) e por outra região, mais elevada e de relevo serrano (correspondendo ao município de Cachoeiras de Macacu e outra parte do Guapimirim)<sup>56</sup>.

Diogo Cabral argumenta que os tipos de relevo encontrados no território do distrito da Vila podem ser classificados em quatro “compartimentos”:

as escarpas pouco dissecadas do complexo montanhoso da Serra do Mar, posicionadas paralelamente ao litoral e funcionando como divisores de água ao norte; os esporões rebaixados (também chamados contrafortes) deste conjunto, que se prolonga da serra perpendicularmente, em direção aos oceanos; as colinas isoladas ou agrupadas em pequenos aglomerados (mar-de-morros); e os fundos planos ou quase planos das depressões entre essas colinas, áreas que se alagavam quando da chegada das fortes chuvas que caíam sobre a Serra do Mar, de outubro a março, formando um extenso e marcante ambiente de várzea.<sup>57</sup>

Tais enchentes foram comentadas pelo redator do mapa de 1797, que afirmou serem de grande prejuízo para a lavoura, principalmente a canavieira, para a locomoção da população e

---

<sup>54</sup> Ibid, p.291.

<sup>55</sup> Ibid. p.293.

<sup>56</sup> ROSA JUNIOR, Ailton Fernandes, op. cit. p.28.

<sup>57</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. “Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – Evidências empíricas para a região do Vale do Macacu”, *Ambiente & Sociedade*, vol. VII, n.º2, jul./dez., 2004. p.131.

para os comerciantes de madeira que viam suas mercadorias serem levadas pelas correntezas do rio quando as mesmas se encontravam nos portos.

As mesmas enchentes ainda alagavam diversas estradas da região. De acordo com o mapa de 1797 as estradas,

principalmente as Reallengas, nem sempre se conservão prontas, e limpas; porque em quanto os Povos não cuidão na Reedificação dellas, quando se arruinão, se encontrão em varias partes dificuldades para a passage; que são águas encharcadas, Estivas arruinadas de alguns Córregos, que as atravessão, e as de alguns Brejos por onde indispensavelmente passão as sobreditas Estradas em varias partes, por não haverem lugares para se disviarem por causa da ellevação de alguns Montes, que se encontrão, Grotas, e Dispinhadeiros, por onde hé na verdade difícil a sua formação; e de tal sorte, que tem havido occasioens de se experimentar prejuisos na perda de alguns Animaes; [...]<sup>58</sup>

Sobre a vegetação da região Diogo Cabral afirma que “A Mata Atlântica *stricto sensu* começava a surgir à medida que o nível de alagabilidade ia diminuindo.”<sup>59</sup> Enquanto que, em “todo o baixo e uma parte do médio curso do rio Macacu eram cobertos por manguezais – assim como nos demais rios da bacia”.<sup>60</sup>

## **1.2 - A população do distrito de Santo Antônio de Sá e o problema dos “censos” populacionais**

Os levantamentos populacionais da capitania do Rio de Janeiro começaram a ser realizados com maior frequência a partir da segunda metade do século XVIII. De acordo com Maria Luiza Marcílio, a Coroa portuguesa para realizar tais levantamentos “recorreu às duas maiores instituições existentes nesse território: a Igreja, em primeiro lugar, e o Corpo Militar,

---

<sup>58</sup> *Discrição do que contém [...]*, op. cit., capítulo 3.

<sup>59</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit., 2007. p.150.

<sup>60</sup> *Ibid.* p.168.



constituído pelas Companhias de Ordenanças da terra.”<sup>61</sup> Além disso, outras instituições foram convocadas, como as câmaras de vereadores das vilas estabelecidas pelo território colonial.

Através destas fontes é possível analisar a evolução da população livre e escrava, e a proporção de homens e mulheres no interior de cada um destes grandes segmentos populacionais. Além do número de domicílios existentes em uma determinada data.

Diversos historiadores têm destacado que tais levantamentos do final do século XVIII representam uma nova reorientação da Coroa Portuguesa com relação aos seus domínios ultramarinos demonstrando uma necessidade de conhecer seus súditos afim de organiza-los de acordo com seus interesses econômicos e militares. <sup>62</sup>

As primeiras estatísticas se desenvolveram por ordem religiosa. As paróquias eram responsáveis pela administração religiosa e cível da população sujeita a sua jurisdição. Os bispos do Rio de Janeiro ao visitarem as paróquias solicitavam, aos padres responsáveis por elas, informações referentes a população da região, com objetivo de obter conhecimento do “estado das almas”, isto é, o número de pessoas sujeitas ao sacramento cristão.

Conforme salientou Marcílio, estas primeiras estatísticas “não passam de estimativas grosseiras e subjetivas, normalmente aceitas, na falta de outras”<sup>63</sup>. Nesse sentido, ao utilizarmos as informações disponíveis nestas “Visitas”, temos como objetivo obter, ainda que de modo grosseiro, um panorama da população local do distrito de Santo Antônio de Sá. Infelizmente

---

<sup>61</sup> MARCÍLIO, Luíza Maria. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitente, Edusp, 2000. p.33.

<sup>62</sup> Conferir entre outros: MARCÍLIO, Luíza Maria. *Ibid.* p. 44; MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e. “A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820.” *Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano*, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr. 2015. p. 75; BOTELHO, Tarcísio R. “A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais”. *Anais de Historia de Alem-Mar* . 2015, Issue 16, p. 80.

<sup>63</sup> MARCÍLIO, Luíza Maria. *Ibid.* p.33.

poucas foram as “Visitas” que sobreviveram ao tempo. Tais visitas eram regulares, como atestam os livros paroquiais, só na segunda metade do século XVIII, encontramos referência a treze visitas no livro de casamento de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá.<sup>64</sup>

Diversas foram as formas de dividir o território da Capitania do Rio de Janeiro, porém, para efeito de análise comparativa, iremos utilizar a divisão territorial por distritos.<sup>65</sup>

A capitania do Rio de Janeiro era dividida em dez distritos, em cada qual havendo um “terço” que compõe as tropas auxiliares. Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, que dentre as suas obrigações, possuía a de realizar o levantamento populacional das freguesias que compunham o terço. O distrito de Santo Antônio de Sá, as vezes grafado como distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, é composto por 4 freguesias: a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Aguapeyimirim, a da Santíssima Trindade, a freguesia homônima da vila e a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, além do antigo aldeamento jesuítico de São Barnabé, elevada a Vila logo após a expulsão dos jesuítas do Brasil, durante o governo do Marquês de Lavradio.

O primeiro levantamento realizado pelos mestres de campo fora feito no final do governo do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marques de Lavradio, em 1779.<sup>66</sup> Neste, a principal preocupação era a coleta de dados referente ao número de engenhos e a produção agrícola de cada distrito.

Semelhante as listas nominativas produzidas para a capitania de São Paulo e Minas Gerais foram os mapas populacionais produzidas no último quartel do século XVIII. Até pouco

---

<sup>64</sup> ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Santo Antônio de Sá* (1756-1809)

<sup>65</sup> Além dos distritos temos as divisões por freguesias e vilas.

<sup>66</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

tempo só tínhamos notícia do mapa realizado para o distrito de Campos dos Goytacazes, realizado por Manoel Martins do Couto Reis em 1784. Através deste mapa, Sheila de Castro Faria, pode realizar o primeiro estudo de folego sobre a população do Rio de Janeiro Setecentista.<sup>67</sup>

Com a disponibilização por meio virtual do Arquivo História Ultramarino, três novos mapas populacionais foram encontrados, todos produzidos em 1797. Tais mapas compreendem três dos dez distritos da Capitania do Rio de Janeiro: Guaratiba, Santo Antônio de Sá e Cabo Frio.<sup>68</sup> Esperamos que em breve outros mapas sejam encontrados, permitindo vislumbrar o contingente populacional e a economia dos diversos distritos que compõem a capitania do Rio de Janeiro.

De acordo com Ana Paula de Souza Soares, o objetivo destes mapas

não era o de somente recensear a população, mas também o de realizar um levantamento sobre a posse de bens móveis e imóveis e sobre a produção das lavouras alimentícias e de exportação. Assim, encontramos diversas informações neste mapa: nome do chefe do domicílio, sua idade e estado civil, número de escravos divididos por sexo de grupos de maior e menoridade, agregados divididos pelo estado civil, escravos dos agregados também divididos pelo sexo e grupos de maior e menoridade, extensão das terras dos chefes de domicílio e se suas terras são litigiosas ou aforadas, gêneros de cultivo, informações sobre colheita e exportação destes produtos, porto pelo qual se escoam estes gêneros, a quantidade de animais e, por fim, o lucro anual.<sup>69</sup>

Carlos de Almeida Prado Bacellar enumera as diversas dificuldades encontradas pelos responsáveis de realizar tal levantamento como a amplitude dos territórios, a dispersão da

---

<sup>67</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>68</sup> Endereço do site: [http://www.cmd.unb.br/resgate\\_busca.php](http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php).

<sup>69</sup> RODRIGUES, Ana Paula de Souza. “Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797.” In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global., 2016, Nova Iguaçu. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global.*, 2016. p.9.

população por vastidões muita das vezes pouco exploradas, além de muitos habitantes se entranharem pelos sertões.<sup>70</sup>

Diante destas dificuldades, Bacellar destaca que “uma lista de habitantes não é, obviamente, o registro fiel de como foi uma dada sociedade no passado, mas sim um testemunho de como alguém – seus redatores – percebeu um mundo à sua volta”.<sup>71</sup> Pois além disso, não sabemos ao certo o procedimento realizado pelos capitães para recensearem os habitantes de sua circunscrição.<sup>72</sup>

Apesar das riquíssimas informações da população é necessária cautela na manipulação destes dados. Consideramos tais “censos” como estimativas populacionais que nos permitem vislumbrar o comportamento demográfico da população colonial. Muitas das vezes há diferenças significativas entre os números relativos a cada freguesia e aos segmentos da população com relação ao total de habitantes.

#### **A) A visita pastoral de 1774**

A primeira visita que dispomos da Capitania do Rio de Janeiro é de 1774 e se encontra nas *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*,<sup>73</sup> nela há duas “planilhas”, a primeira com o nome das freguesias, seus párocos, número de fogos, pessoas de confissão e sacerdotes (Planilha A). De acordo com Stuart Schwartz, os censos religiosos fazem distinção entre os “de confissão” (idade

---

<sup>70</sup>BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836)”. *Anais de Historia de Alem-Mar*. 2015, Issue 16, p. 315.

<sup>71</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Ibid.* p. 321.

<sup>72</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Ibid.* p. 322.

<sup>73</sup> *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*. IHGB – 1, 3, 13.

superior a sete anos) e os de “comunhão” (acima de nove anos).<sup>74</sup> Logo em tal “censo” os menores de sete anos tenham sido excluídos.

A segunda planilha, apresenta a população “de confissão” dividida em livre e escrava, segmentada entre homens e mulheres, contudo não sabemos quantos são os jovens, adultos e idosos (Planilha B). Cabe destacar que nesta lista já não há a enumeração de fogos das freguesias. Parece-nos que as duas listas tenham sido feitas em momentos distintos, porém não sabemos o ano da feitura da segunda lista, provavelmente tenha sido produzindo em fins da década de 1770 e início da década de 1780, se comparando com os dados apresentados pela estatística realizada durante o governo do vice-rei Luis de Vasconcellos.

**Tabela 1 - População total (livre e escrava) no distrito de Santo Antônio de Sá (1774)<sup>75</sup>**

Freguesias	Planilha A		Planilha B		Diferença	
	n.	%	n.	%	n.	%
N. S. da Ajuda de Guapimirim	1.588	21,8%	1.509	18,4%	-79	-5,2%
Santíssima Trindade	1.149	15,7%	2.456	29,9%	1.307	53,2%
Santo Antônio de Sá	3.185	43,6%	2.716	33,1%	-469	-17,3%
N. S. do Desterro de Itambi	1.054	14,4%	1.270	15,5%	216	17,0%
Aldeamento de São Barnabé	322	4,4%	259	3,2%	-63	-24,3%
<b>Total</b>	<b>7.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.210</b>	<b>100,0%</b>	<b>912</b>	<b>11,1%</b>

**Fonte:** *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

Da primeira para a segunda lista há um incremento populacional no distrito de Santo Antonio de Sá em 11,1%, totalizando 912 pessoas, como podemos observar da análise da tabela 1. Contudo, nem todas as freguesias apresentaram aumento de sua população, em algumas, pelo contrário houve uma redução, como em Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (5,2%), Santo Antônio de Sá (17,3%) e o Aldeamento de São Barnabé (24,3%).

<sup>74</sup> Cf. nota 32 do Capítulo 4, “O Recôncavo”, in: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 p.415.

<sup>75</sup> *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

É possível que tais variações sejam resultantes das dificuldades de se estabelecer os limites de cada freguesia, primeiro devido a própria imprecisão dos mesmos. Nem sempre os acidentes geográficos serviam como referencial, e muitas propriedades estavam localizadas entre os rios que serviam de fronteira, logo pertencer a uma ou outra freguesia poderia variar conforme os critérios do “recenseador”, ou do morador. Nesse sentido, é esclarecedor o que Monsenhor Pizarro escreve sobre a Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, afirmando que “A causa, por que hoje se vê voluntariamente a Capela dita á esta Freguesia não parece ser outra, senão a proximidade, em que lhe fica para os Santos Sacramentos”.<sup>76</sup>

As dificuldades em estabelecer os limites das freguesias também foram percebidas por Ana Paula Soares, em seu estudo sobre o distrito de Guaratiba, afirmando que no final do século XVIII, “o espaço estava sempre sendo reconfigurado”. Com base nas mesmas visitas de Pizarro ela encontrou “petições de pessoas que faziam requerimento para seus sítios e fazendas fazerem parte de outra freguesia, por causa da distância para com a Matriz”.<sup>77</sup>

A freguesia que apresentou maior discrepância entre as duas listas e que apresentou um considerável aumento populacional foi a da Santíssima Trindade. A população desta freguesia dobrou de uma lista para a outra, indo de 1.149 para 2.456 pessoas de confissão. Outra freguesia que também aumentaram seu contingente populacional foi a de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, que de 1.053 pessoas foi para 1.270 pessoas de confissão, representando um aumento de 17%.

---

<sup>76</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

<sup>77</sup> RODRIGUES, Ana Paula de Souza. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. Nova Iguaçu, 2013. f.133. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013. p.73.

O aumento populacional na região pode ter gerado demanda sobre as terras na região caso houvessem disponíveis. Nesse caso os dados sobre os pedidos de sesmarias de Edival de Souza Barros são esclarecedores. De acordo com este autor, entre os anos de 1750 e 1778, o termo da Vila de Santo Antônio de Sá foi a região mais requisitada pelos candidatos à sesmarias. Do total de 32 sesmarias, “12 foram para o Rio Paquequer, 2 para o rio Orindi, 2 para o Rio Itinga. Os Rios Pirassununga e Guapiaçu e a Serra do Brás Sardinha, na cabeceira do Pirassununga, receberam cada 1 sesmaria”.<sup>78</sup> Tais rios estavam nos limites da freguesia de Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Santo Antônio de Sá.

Dos sete rios mencionado por Monsenhor Pizarro que perpassa a freguesia da Santíssima Trindade, o principal rio que recebeu a maior quantidade de sesmarias foi o Rio Paquequer ou Papocaia, que de acordo com o Pizarro, atravessava os engenhos de “Marcos da Costa Falcão, e do Colégio chamado, da qual é hoje Senhor Antonio de Oliveira Braga”<sup>79</sup>. No mapa de Vieira Leão, de 1776, temos representado este rio como Papocay, e próximo a este, a legenda “Papocaya de el Rrey” (Mapa 2). A fazenda do “Colégio” fora uma antiga propriedade jesuítica, provavelmente quando da expulsão dos religiosos da capitania, ela passou para o domínio da coroa portuguesa, antes de ser comprada pelo capitão Nicolao Bonarrota e depois do falecimento deste passada para Antônio de Oliveira Braga.<sup>80</sup>

Apesar das discrepâncias entre as duas listas (que acreditamos terem sido feitas em momentos distintos), podemos perceber que a proporção de pessoas “de confissão” habitantes nas freguesias do distrito pouco variou. Retomando os dados da tabela 1, podemos perceber que

---

<sup>78</sup> BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e Estado Português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista: a capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)*. Niterói: UFF (Dissertação de mestrado), 1997. p.81.

<sup>79</sup>ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

<sup>80</sup> Cf. ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 27, Freguesia de Santíssima Trindade.

o maior contingente populacional se encontrava na freguesia de Santo Antônio de Sá, variando de 43,6% à 33,1% do total de pessoas no distrito de uma lista para a outra. Apesar do aumento da importância da freguesia de Santíssima Trindade de 15,7% para 29,9%, as outras freguesias permaneceram representando percentuais semelhantes, como Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (de 21,8% para 18,4%), Nossa Senhora do Desterro de Itambi (14,4% para 15,5%) e o antigo aldeamento de São Barnabé (de 4,4% para 3,2%). Tais proporções se mantiveram quase as mesmas nos demais “censos” que iremos analisar.

Considerando apenas a segunda planilha (Planilha B), que possui informações relativas a população livre e escrava é perceptível na tabela 2 a importância da mão de obra escrava para estas freguesias, perfazendo 59,7% da população de todo o distrito, com exceção do antigo aldeamento São Barnabé<sup>81</sup>. Não encontramos grandes diferenças do percentual de escravos para as quatro freguesias que compõem o distrito de Santo Antônio de Sá, em todas elas a população escrava representava mais da metade da população total (variando de 55,9% da população do total da freguesia de Santo Antonio de Sá para 63,9% da população de Nossa Senhora do Desterro de Itambi).

**Tabela 2 - População Livre e Escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)**

Freguesias	Livres		Escravos		Total
	n.	%	n.	%	n.
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	625	41,4%	884	58,6%	1.509
<b>Santíssima Trindade</b>	924	37,6%	1.532	62,4%	2.456
<b>Santo Antonio de Sá</b>	1.199	44,1%	1.517	55,9%	2.716
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	459	36,1%	811	63,9%	1.270
<b>Total</b>	<b>3.207</b>	<b>40,3%</b>	<b>4.744</b>	<b>59,7%</b>	<b>7.951</b>

**Fonte:** *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

<sup>81</sup> Nesta lista não há discriminado a população livre e escrava do aldeamento.



Ainda com base na segunda planilha que acompanha as *Memórias*, podemos analisar a razão sexual da população livre e escrava através da tabela 3. Em conjunto, isto é, para todo o distrito de Santo Antônio de Sá, a população escrava apresentou maior desequilíbrio sexual que entre os livres, com um predomínio sexual de homens para os primeiros e das mulheres para os segundos, representando, respectivamente uma razão de sexo de 122 homens para cada 100 mulheres e, estes últimos, de 92 homens para cada 100 mulheres.

Entre os livres o maior equilíbrio entre os sexos foi encontrado na freguesia de Santíssima Trindade, com certo predomínio entre os homens, com 103 homens para cada 100 mulheres. Como vimos anteriormente, a freguesia da Santíssima Trindade passou por um aumento populacional considerável de um censo para o outro, além de ter sido uma das freguesias com maior solicitação de sesmarias no terceiro quartel do século XVIII. O aumento populacional e a busca de novas terras para o desenvolvimento da agricultura deve ter movido principalmente homens para esta localidade. Todas as outras freguesias apresentaram um desequilíbrio entre os sexos, com certa preponderância das mulheres.

Para a população escrava, a razão de sexo fora mais alta em praticamente todas as freguesias. Contudo, o maior desequilíbrio foi encontrado na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (168 homens para cada 100 mulheres), seguida de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (127 homens para cada 100 mulheres), S. Antônio de Sá (121 homens para cada 100 mulheres) e Santíssima Trindade com relativo equilíbrio entre os sexos (103 homens para cada 100 mulheres – número similar ao encontrado entre os livres).

Todas as freguesias do distrito de Santo Antônio de Sá, com exceção da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, apresentaram uma razão de sexos semelhantes as áreas voltadas para abastecimento interno. Itambi, diferente das demais freguesias que compunham

este distrito, detinha uma razão de sexo entre os escravos semelhantes a outras áreas de agro-exportação. Em N.S. do Desterro de Itambi era grande a proporção de escravos nos engenhos de açúcar comparando-se com as demais freguesias do distrito.

**Tabela 3 - Razão de Sexo no distrito de Santo Antônio de Sá (1774)**

Freguesias	Livres		Escravos		Razão de Sexo	
	H	M	H	M	Livre	Escravo
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	278	347	495	389	80,1	127,2
<b>Santíssima Trindade</b>	469	455	780	752	103,1	103,7
<b>Santo Antônio de Sá</b>	577	622	832	685	92,8	121,5
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	216	243	509	302	88,9	168,5
<b>Total</b>	<b>1540</b>	<b>1667</b>	<b>2616</b>	<b>2128</b>	<b>92,4</b>	<b>122,9</b>

**Fonte:** *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

### **B) A Relação de Marques de Lavradio de 1778**

Em 1778 temos a primeira relação dos mestres de campo para a capitania do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro era dividido em dez distritos e cada um deles era formado por um terço de auxiliares comandados por um mestre de campo.<sup>82</sup> As tropas auxiliares, foram criadas em 1645, por D. João IV, com o objetivo de ser um corpo militar não remunerado, composta por homens treinados e armados, como sendo um segundo escalão da força militar, preparado para auxiliar de linha. Cada terço era formado por cerca de 600 homens, que se subdividiam em 10 companhias de 60 homens.<sup>83</sup> De acordo com Mello, os mestres de campo “tinham atribuições tanto militares quanto em civis”, isto é, além de cuidar de questões referentes a manutenção da ordem e da defesa do território, eles ainda exerceriam outras funções, como a de realizar estatísticas demográficas e econômicas da região sob sua jurisdição.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

<sup>83</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. 45-48.

<sup>84</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. op. cit. p.86.

Nesta relação não são contabilizados o número de pessoas em cada freguesia que compõe o distrito, tão somente o número domicílios, engenhos e de escravos trabalhando nos mesmos. Para termos uma ideia do crescimento populacional vivido no período iremos comparar o número de domicílios existentes no distrito de Santo Antônio de Sá em 1774 (utilizando-se a primeira lista) e em 1778, de acordo com a Relação do Marques de Lavradio (Tabela 4).

Acompanhando-se o crescimento populacional encontrado nos primeiros censos que acreditamos terem sido produzidos em momentos distintos, percebemos que também os domicílios cresceram durante o último quartel do século XVIII (Ver tabela 4). Dito isto, podemos verificar que de 1774 a 1778, os domicílios do distrito de Santo Antônio de Sá (excetuando-se o aldeamento de São Barnabé) cresceram numa taxa de 8,6%, indo de 836 para 915 domicílios.<sup>85</sup>

Semelhantemente como aconteceu nas duas primeiras listagens apresentadas acima (a primeira de 1774 e a segunda provavelmente produzida posteriormente a primeira), a freguesia que obteve maior crescimento foi a da Santíssima Trindade, que de 210 foi para 290 domicílios, representando uma taxa de crescimento de 27,6%.

Contudo, o aumento de número de domicílios pode não ser um índice seguro do crescimento populacional numa determinada região, afinal a população pode crescer e permanecer o mesmo número de domicílios, e/ou até mesmo diminuir. Nesse sentido, apesar do número de domicílios ter crescido na freguesia de Santo Antônio de Sá entre 1774 e 1778 (de 283 para 340 domicílios), sua população diminuiu comparando as duas primeiras listagens, provocando, provavelmente, uma maior concentração de pessoas por domicílio. Considerando

---

<sup>85</sup> A taxa de crescimento foi calculada seguindo a fórmula:  $(n^{\circ} \text{ de domicílios em } 1778 - n^{\circ} \text{ de domicílios em } 1774) / n^{\circ} \text{ de domicílios em } 1778$ ;

os próximos “censos”, acredito que esta concentração se deva principalmente pelo aumento da população escrava na região, como veremos a seguir.

Consoante a proporção de pessoas em cada uma das freguesias que compõem o distrito de Santo Antônio de Sá (tabela 1), podemos perceber que a maior parte dos domicílios se encontravam na freguesia de Santo Antônio de Sá, representando 33,9% (em 1774), e 37,2% (em 1778) do total dos domicílios do distrito. Depois desta, representando 25,1%, em 1774 e 31,7% em 1778, do total de domicílios do distrito, temos a freguesia da Santíssima Trindade, seguido da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Nossa Senhora do Desterro de Itambi com, 25,8% e 15,2% em 1774 e 17,9% e 13,2% em 1778, respectivamente.

**Tabela 4 - Número de domicílios no Distrito de Santo Antônio de Sá (1774-1778)**

Freguesias	Domicílios				Taxa de crescimento
	1774		1778		
	n.	%	n.	%	
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	216	25,8%	164	17,9%	-31,7%
<b>Santíssima Trindade</b>	210	25,1%	290	31,7%	27,6%
<b>Santo Antônio de Sá</b>	283	33,9%	340	37,2%	16,8%
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	127	15,2%	121	13,2%	-5,0%
<b>Total</b>	<b>836</b>	<b>100,0%</b>	<b>915</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,6%</b>

**Fonte:** *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793; Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB (76), Pt. 1, p. 289-303.*

### **C) O censo durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcellos (1779-1789)**

Entre os anos 1779-1789, temos conhecimento da primeira estatística populacional para toda a capitania do Rio de Janeiro. Podemos dizer que é o primeiro censo populacional civil, denomina-se *Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*

*para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos – Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789.*<sup>86</sup>

Apesar de ser o “censo” em que apresenta o número total de pessoas, incluindo possivelmente as crianças - já que os números estão bem acima tanto dos “censos” anteriores como nos próximos -, existem diferenças quanto os números relativos a cada segmento da população livre e escrava (homens e mulheres) com relação ao total de cada freguesia. Estas diferenças estão presentes na freguesia de Santo Antônio de Sá, cujo total presente na lista é de 4.553 pessoas, mas quando realizamos o somatório de cada segmento populacional, o total sobe para 4.750 pessoas, uma diferença de 4,1% (197 pessoas), na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, com uma diferença de 0,6% (6 pessoas) quando analisado o total e o somatório dos segmentos (1.017 e 1.011 pessoas respectivamente), e na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, que assim como na freguesia de Santo Antonio de Sá, apresenta uma diferença de 4,1% (80 pessoas), sendo o total de 1.928 pessoas e no somatório contabilizamos 1.848. Devido a estas diferenças - do número de pessoas por segmento com relação ao total -, preferimos utilizar o somatório que realizamos, para assim evitar confusões quanto o número total de habitantes no distrito de Santo Antônio de Sá.

Tais incongruências foram também percebidas por Victor para analisar a população das freguesias do distrito de Guaratiba, assim ele afirma que

os somatórios de pessoas que aparecem no mapa não são nem um pouco confiáveis, muitas vezes apresentando números diferentes da soma de homens e mulheres que aparecem no próprio documento.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> MEMÓRIAS públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do Vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 47, 1884.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. “A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII” In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10, 2006. p.240.

Existem algumas controvérsias com relação a este mapa, o primeiro deles é em relação a data da feitura do mesmo. João Fragoso, por exemplo, considera a data de 1789<sup>88</sup>, por outro lado, Alden, leva em conta o ano de 1779, assim como Renato Leite Marcondes.<sup>89</sup> De todo modo, este mapa fora produzido durante o governo do vice-governador Luiz de Vasconcellos, isto é, de 1779 a 1789, desse modo, apesar da impossibilidade de estabelecermos uma data ao certo – inclusive é possível que o levantamento de cada freguesia pode ter sido realizado em momentos diferentes – acredito ser mais plausível ter sido realizado no final do período, e não no início do governo do Luiz de Vasconcellos, portanto utilizaremos o ano de 1789 como ano de referência para este mapa.

Outra questão é se neste mapa as crianças estariam ou não incorporadas no total da população, já que nele a apenas a divisão por condição social (livre e escravo) e sexual. De acordo com Alden, neste “censo” os homens menores de 15 anos e as mulheres menores de 14 anos não estariam incorporadas, o que provocaria a exclusão de 20,7% da população.<sup>90</sup> Diferentemente das visitas pastorais, acreditamos que este “censo” contabilize todas as pessoas habitantes no distrito de Santo Antônio de Sá, inclusive os menores de sete anos, pois o número de pessoas apresenta-se superestimado comparando-se com as próximas listas que possuímos. Os próximos “censos” apresentam o número de pessoas abaixo dos apresentados nesta listagem, provavelmente por causa da exclusão dos menores de sete anos.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

<sup>89</sup> ALDEN, Dauril, op. cit. 1763; MARCONDES, Renato Leite. “O Evolver Demográfico e Econômico Nos Espaços Fluminenses (1780-1840)” In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 25, n.2, p. 235-270, 1995

<sup>90</sup>ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, n. 2, 1963.p.193.

<sup>91</sup> Ana Paula considera o ano de 1779 como o ano da feitura do mapa “Memórias públicas e econômicas”. Ver: RODRIGUES, Ana Paula de Souza, op. cit. 2016.pp. 5-6.

Comparando os dados disponíveis na tabela 1 com a tabela 5, podemos perceber que a freguesia de Santo Antônio de Sá, continuava sendo a mais povoada no distrito, contabilizando 4.750 pessoas e representando 40,5% do total de habitantes no distrito, seguido da freguesia da Santíssima Trindade, correspondendo a 32,3% do total de pessoas do distrito (3.790 pessoas). Desse modo, apesar do “inchaço” populacional provocado pela inserção dos menores na contabilidade da população do distrito, a participação que cada freguesia possuía com relação a proporção de habitantes permanece muito próxima com relação aos “censos” anteriores.

**Tabela 5 - População do distrito de Santo Antônio de Sá em 1789**

<b>Freguesias</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	1.848	15,8%
<b>Santíssima Trindade</b>	3.790	32,3%
<b>Santo Antonio de Sá</b>	4.750	40,5%
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	1.011	8,6%
<b>Aldeamento de São Barnabé</b>	332	2,8%
<b>Total</b>	<b>11.731</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Através da tabela 6 podemos perceber a tendência vista anteriormente da população escrava ser majoritária em relação a livre (ver tabela 2), representando, respectivamente 53% e 47% do total da população.

A freguesia com maior participação de escravos em relação ao total da população da mesma continuou sendo a da Nossa Senhora do Desterro de Itambi, com uma população escrava de 663 pessoas, correspondendo a 65,6% do total de habitantes da freguesia.

**Tabela 6 - População livre e escrava no distrito de Santo Antônio de Sá, 1789**

Freguesias	Livre		Escravo		Total
	n.	%	n.	%	
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	878	47,5%	970	52,5%	1848
<b>Santíssima Trindade</b>	1780	47,0%	2010	53,0%	3790
<b>Santo Antonio de Sá</b>	2320	48,8%	2430	51,2%	4750
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	348	34,4%	663	65,6%	1011
<b>Aldeamento de São Barnabé</b>	189	56,9%	143	43,1%	332
<b>Total</b>	<b>5515</b>	<b>47,0%</b>	<b>6216</b>	<b>53,0%</b>	<b>11731</b>

**Fonte:** Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884

Um outro dado que sugere que a população que este mapa de 1789 incorporou também as crianças é a redução da razão sexual na população, principalmente escrava. Considerando que o tráfico de escravos era majoritariamente masculino e adulta, devido a preferência dos proprietários de escravos e, considerando a capacidade de reprodução natural da população escrava, não seria estranho perceber uma redução do desequilíbrio sexual neste segmento populacional. Desse modo, enquanto entre a população livre do distrito de Santo Antônio de Sá a razão entre os sexos permaneceu a mesma, se comparando a segunda planilha dos dados coletados por Pizarro, presentes na tabela 3, com a de 1789 (tabela 7). Em ambas, a razão de sexos era de 92 homens para cada 100 mulheres. Enquanto isso, entre a população escrava, a razão sexual que era de 122 homens para cada 100 mulheres, foi para 101 homens para cada 100 mulheres.

Em praticamente todas as freguesias ocorreu uma redução no desequilíbrio sexual da população escrava, como podemos observar comparando os dados da tabela 3 e 7. Contudo, essa queda foi mais acentuada nas freguesias de Santo Antonio de Sá e Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, nestas a razão sexual foi de 121,5 para 86,2 para a primeira, e 127,2 para 109,5 para a segunda freguesia.



**Tabela 7 - Razão de sexo da população livre e escrava do distrito de Santo Antônio de Sá, 1789**

Freguesias	Razão de Sexo					
	Livres		Escravos		Razão de Sexo	
	H	M	H	M	Livre	Escravo
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	386	492	507	463	78,5	109,5
<b>Santíssima Trindade</b>	912	868	996	1014	105,1	98,2
<b>Santo Antonio de Sá</b>	1099	1.221	1125	1305	90,0	86,2
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	152	196	414	249	77,6	166,3
<b>Aldeamento de São Barnabé</b>	102	87	82	61	117,2	134,4
<b>Total</b>	<b>2651</b>	<b>2864</b>	<b>3124</b>	<b>3092</b>	<b>92,6</b>	<b>101,0</b>

**Fonte:** Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Além do número de pessoas este censo apresenta o número de fogos das freguesias do distrito de Santo Antônio de Sá, com exceção de Guapimirim e São Barnabé. O número de fogos permite visualizar o crescimento vivido no distrito naquele momento. Em Santíssima Trindade haviam 364 fogos, isto é, 74 fogos a mais que no ano de 1778, representando um crescimento de 20,3%. Semelhante a Santíssima Trindade foi o desenvolvimento dos fogos em Nossa Senhora do Desterro, que de 121 fogos em 1778, foi para 150 em 1789, um crescimento, portanto de 19,3%. Maior fora o crescimento na freguesia de Santo Antônio de Sá, cujos fogos cresceram em 30,2%, indo de 340 para 487 fogos.<sup>92</sup>

#### **D) Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro de 1795**

O próximo censo que nos dispomos é referente as Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro, para o ano de 1795<sup>93</sup>. De acordo com Pizarro, o levantamento populacional das freguesias feitas pelos párocos de cada freguesia apresenta inúmeros equívocos, confirmando, portanto, a nossa percepção de que se tratam de estimativas grosseiras para o período em

<sup>92</sup> Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

<sup>93</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*.

análise. Para Santo Antônio de Sá, ele argumenta que a inexatidão é devido a omissão das pessoas de serem os

Pais de famílias obrigados a darem seus filhos para Recrutas, os Senhores, seus escravos para os Serviços do Rei; e hoje Dizimeiros por causa das suas negociações: não obrigassem a se ocultarem muitas pessoas de uma, e outra classe, que não se dão ao Rol da Freguesia.<sup>94</sup>

Apesar de conter mais dados referentes ao processo de ocupação do termo da Vila de Santo Antônio de Sá, ele carece, a despeito dos censos anteriores, de informações referentes aos segmentos da população, tanto livre e escrava assim como referente ao sexo destes indivíduos, além disso não nos fornece o número de escravos presentes nos engenhos de açúcar, tal como fizeram os mestres de campos na relação do Marques de Lavradio. Com relação as visitas anteriores há algumas diferenças, pois, no caso da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Desterro de Itambi, há a incorporação dos ditos “menores”, isto é, os maiores de sete anos de idade.

Nesse sentido, na freguesia da Santíssima Trindade ele afirma que haviam 2.400 pessoas de sacramento e 746 menores, totalizando 3.146 almas<sup>95</sup>, já na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi haviam 1.348 pessoas de sacramento e 150 menores, totalizando 1.498 almas<sup>96</sup>, por fim, na freguesia de Nossa Senhora de Guapimirim ele divide a população entre livres e escravos, em cujo total haviam 2.191 pessoas, sendo 964 livres e 1.227 escravos.<sup>97</sup>

O contingente populacional proporcional a cada freguesia apresenta similar aos censos anteriores. Contudo, apresenta-se uma maior concentração na freguesia de Santo Antônio de

---

<sup>94</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 26, Freguesia de Santo Antônio de Sá.

<sup>95</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 27, Freguesia de Santíssima Trindade.

<sup>96</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 28, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi.

<sup>97</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

Sá, correspondendo a 39,2% do total da população do distrito, seguido das freguesias de Santíssima Trindade (26,8%), Nossa Senhora de Guapimirim (18,7%), Nossa Senhora do Desterro de Itambi (12,8%) e o antigo Aldeamento de São Barnabé (2,6%), conforme podemos observar na tabela 8.

Um outro dado importante que Monsenhor Pizarro nos traz que permite perceber o crescimento populacional no distrito de Santo Antônio de Sá, é quando ele trata da freguesia de Santo Antônio de Sá. Segundo este autor, a freguesia estaria passando por um rápido crescimento. Com base na listagem do *Róis de Desobriga*<sup>98</sup> ele demonstra que de 1792 a 1795 a população teria aumentado de 4.140 almas para 4.600 almas.<sup>99</sup>

**Tabela 8 - População do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1795**

Freguesias	Total	%
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	2.191	18,7%
<b>Santíssima Trindade</b>	3.146	26,8%
<b>S. Ant. de Sá</b>	4.600	39,2%
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	1.498	12,8%
<b>Aldeamento São Barnabé</b>	300	2,6%
<b>Total</b>	<b>11.735</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794.*

<sup>98</sup> De acordo com Márcio Blanco Razzera o *Róis de Confessados* ou *Róis de Desobriga* seriam “listas nominativas elaboradas durante a quaresma a fim de constatar quais fiéis se confessaram e comungaram no último ano.”, nesse caso incluiriam somente os maiores de sete anos In: RAZZERA, Márcio Blanco. “Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da freguesia de Viamão em meados do século XVIII” In: *8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2017. p.1.

<sup>99</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794.* Visita número 26, Freguesia de Santo Antônio de Sá.

### **E) Mapa populacional do distrito de Santo Antônio de Sá de 1797<sup>100</sup>**

O mapa de 1797 apesar de ser o mais denso quanto as informações demográficas e econômicas do distrito da vila, apresenta alguns equívocos quando se compara o somatório geral presente ao final com os dados separados por domicílio. No resumo geral, constante no final do relatório, constam 11.538 habitantes, contudo, quando realizamos o somatório de todas as pessoas arroladas na listagem dos domicílios, mais as 430 pessoas constantes no Aldeamento de São Barnabé discriminada no início da *Discrição* contabilizamos 11.539 pessoas, uma diferença, portanto, de apenas uma pessoas. O número de domicílios também há discrepâncias, no resumo consta 1.159, contabilizando provavelmente também os domicílios do Aldeamento (81), subtraindo-se chegamos a 1.078 domicílios, uma diferença de um domicílio com relação ao somatório da listagem.

Acreditamos que tanto o número de pessoas quanto o número de domicílios estejam subestimadas, provavelmente o recenseador não arrolou o total de habitantes existentes no distrito ou, como afirmamos anteriormente, a dificuldade de delimitar as fronteiras nesse período poderia ter feito com que se excluísse alguns dos domicílios existentes no distrito. O maior indício disto é a omissão do Convento de São Boaventura, existente próxima da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá.

Dos 11.109 habitantes arrolados na listagem, 6.811 eram escravos, isto é, 61,3% do total de pessoas das quatro freguesias do distrito. Como não consta o sexo dos agregados não nos é possível contar o número de homens e mulheres entre os livres, forros e libertos.

---

<sup>100</sup> *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

**Tabela 9 - Condição social da população do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1797**

<b>Condição Social</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
<b>Livres</b>	4.298	38,7%
<b>Escravos</b>	6.811	61,3%
<b>Total</b>	<b>11.109</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Entre a população escrava, semelhantemente ao censo de 1789, mantém-se a superioridade numérica do sexo masculino sobre o feminino, representando, respectivamente 56,1% e 43,9% (vide tabela 10). Mesmo quando segmentamos os escravos por faixa etária os homens continuam sendo majoritários, apesar das mulheres aumentarem sua participação no total de crianças (de 42,9% entre os adultos para 46,4% entre as crianças).

A razão de sexo entre os escravos em 1797 é superior ao encontrado no censo de 1789. Na estatística de 1789 a razão de sexo era de 101 homens para cada 100 mulheres, já em 1797, haviam 127 homens para cada 100 mulheres. Segmentando por faixa etária, entre os adultos haviam 133 homens para cada 100 mulheres e, entre as crianças, 115 homens para cada 100 mulheres.

**Tabela 10 - População escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá por sexo e faixa etária, 1797**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>		<b>Total</b>		<b>R/S</b>
	<b>n.</b>	<b>%</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>	
<b>Adultos</b>	2.763	57,1%	2.077	42,9%	4.840	71,1%	133,0
<b>Crianças</b>	1.057	53,6%	914	46,4%	1.971	28,9%	115,6
<b>Total</b>	<b>3.820</b>	<b>56,1%</b>	<b>2.991</b>	<b>43,9%</b>	<b>6.811</b>	<b>100,0%</b>	<b>127,7</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

#### **F) População do distrito de Santo Antônio de Sá em 1804**

Os últimos dados que dispomos sobre a população são os de uma estática produzida pelos oficiais da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1804. Nessa estatística, temos

informações sobre a população livre/forra e escrava das 5 freguesias da Vila, além da de Guapimirim que fora anexada a Vila de Magé, contamos também com o número de engenhos, e produção agrícola dessa região. Antes de analisar estes dados, é necessário destacar que dentro do número da população livre/liberta/forra e escrava não foram contabilizadas as crianças, como demonstra o vice-rei do Estado do Brasil, D. Fernando José de Portugal em carta encaminhada ao príncipe regente D. João, desse modo, a contabilização da população da vila estaria subestimada. Acreditamos que as crianças omitidas se refere, com relação a faixa de idade, a mesma que consta no mapa de 1797, isto é, as crianças menores de 15 anos de idade para os meninos e menores de 14 anos para as meninas.<sup>101</sup>

Como nosso objetivo é apenas analisar a população do distrito de Santo Antônio de Sá, e não a Vila, selecionamos apenas as freguesias que compõe tal distrito, com exceção do antigo Aldeamento São Barnabé que não fora contabilizada pelo mapa. Observando a tabela 11, podemos perceber que a população do distrito está bem abaixo dos outros censos, apesar disso, a proporção do contingente populacional de cada freguesia demonstra uma coerência com relação as outras estimativas. Nesse sentido, a freguesia de Santo Antônio de Sá continua sendo a mais populosa do distrito, seguido da freguesia da Santíssima Trindade, com percentuais de 49,9% e 27,2% respectivamente.

Acredito que o alto grau de concentração populacional na freguesia de Santo Antônio de Sá se deve a redução da população da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

---

<sup>101</sup> CARTA do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao príncipe regente D. João, informando quais as vilas e distritos que pela população, estado da sua cultura e comércio necessitam de juízes letrados; remetendo ofício da sua cultura e comércio necessitam de juízes letrados; remetendo ofício do ouvidor José Albano Fragoso e as informações das Câmaras com mapas da população das vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio da Laguna da comarca da Ilha de Santa Catarina, da vila de Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Angra dos Reis da Ilha Grande e Parati. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424.

Essa diminuição assombrosa talvez se deve ao problema dos limites entre elas. Como demonstramos anteriormente, uma parte do território da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim passou a pertencer a de Santo Antônio de Sá. O próprio mapa de 1804 nos deixa intender isso, quando discrimina a população de Guapimirim, deixa explícito que nela consta “tão somente ao que pertence ao termo desta Vila”<sup>102</sup>

**Tabela 11 - População do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1804**

<b>Freguesias</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	839	8,5%
<b>Santíssima Trindade</b>	2.669	27,2%
<b>S. Ant. de Sá</b>	4.900	49,9%
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	1.420	14,4%
<b>Total</b>	<b>9.828</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424

A proporção de livres (aí incluídos libertos e forros) e escravos também se mostra semelhante com os demais “censos”, com a população escrava sendo superior a livre. Para todo o distrito a população escrava representava 54,5% do total de pessoas e os livres, 45,5% como podemos observar na tabela 12.

Comparando-se o quantitativo populacional de ambos os segmentos em cada uma das freguesias com relação aos demais censos, as grandes discrepâncias se encontram nas freguesias de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. A primeira por conta do seu grande contingente escravo, correspondendo a 76,2% do total da população e a segunda pela diminuição desse mesmo segmento, representando 56,4% do total de pessoas da freguesia.

**Tabela 12 - População livre e escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1804**

<b>Freguesias</b>	<b>Livre</b>	<b>Escrava</b>	<b>Total</b>
-------------------	--------------	----------------	--------------

<sup>102</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424. fl.42.

	n.	%	n.	%	
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	200	23,8%	639	76,2%	839
<b>Santíssima Trindade</b>	1.238	46,4%	1.431	53,6%	2.669
<b>S. Ant. de Sá</b>	2.416	49,3%	2.484	50,7%	4.900
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	619	43,6%	801	56,4%	1.420
<b>Total</b>	<b>4.473</b>	<b>45,5%</b>	<b>5.355</b>	<b>54,5%</b>	<b>9.828</b>

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424

### **G) Evolução da População do distrito de Santo Antônio de Sá: uma visão de conjunto (1774-1804)**

A omissão de certos segmentos da população dificulta a nossa compreensão da população total do distrito de Santo Antônio de Sá e sua evolução no final do século XVIII e início do XIX. Apesar disso, conseguimos perceber alguns padrões demográficos ao longo deste período, como a distribuição e relativa concentração populacional nas freguesias estudadas, tanto em relação ao total de habitantes quanto a proporção dos segmentos livres e escravos.

Para corrigir tais estimativas, e incluir segmentos populacionais excluídos, alguns historiadores realizaram alguns procedimentos com o objetivo de tentar chegar aos números aproximados da população num determinado momento. Dauril Alden comparando as estimativas populacionais do século XVIII para diversas capitanias do Brasil chega à conclusão de que as crianças com menos de 7 anos correspondia a 11,75% do total da população e, que as os meninos de até 15 anos e as meninas de até 14 anos representaria 20,7% do total. Nos “censos” em que não foram computadas as crianças menores de sete anos, e menores de 15 anos o autor realizou reajustes tendo como base estes percentuais. Como Alden não nos fornece o percentual de incremento populacional gerado pela inclusão dos menores, com base nos seus dados, descobrimos que o reajuste seria de 13,31% para se chegar a porcentagem de 11,75% de



menores de sete anos da população total e 26,10% para chegar aos 20,7% dos menores de 15/14 anos.<sup>103</sup>

Tal procedimento também fora realizado por Stuart B. Schwartz para estimar a população da Bahia no século XVIII, contudo, ele aumentou apenas em 12% o total da população para compensar as omissões.<sup>104</sup> Realizamos também tais reajustes nas visitas pastorais (planilhas A e B de “1774”, e 1795) em que não foram contabilizadas as crianças menores de sete anos e no mapa produzido pela Câmara de Vereadores de 1804, no qual acreditamos que não foram contabilizadas as crianças de 0 a 15 anos, de modo que as diferenças entre os “censos” não se demonstraram tão gritantes - como veremos adiante -, ainda mais considerando o pequeno período entre eles.

Acreditamos que tais percentuais de reajuste - para considerar os ditos “menores” -, se aproximem do número de pessoas que habitaram o distrito de Santo Antônio de Sá em fins - do século XVIII e início do XIX. Para que conseguíssemos chegar a um percentual de crianças mais fidedigno da realidade do distrito seria necessário que dispuséssemos de outras listas que nos fornecessem o número de crianças de cada freguesia, algo que infelizmente não possuímos. De todo modo, como vimos, a visita de 1795 apresenta em algumas freguesias o número de crianças menores de 7 anos, como em Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Nestas freguesias, as crianças menores de sete anos correspondia a 18,6%, 23,7% e 10% do total da população destas freguesias respectivamente. Isso demonstra o quanto o reajuste de 11,75% pode ser considerando um percentual conservador, frente aos números que encontramos na fonte.

---

<sup>103</sup> Com base nos dados fornecidos por Alden, subtraímos o total da população reajustado pelo total da população considerada na fonte. Cf. ALDEN, Dauril, op. cit. 1963.p.193.

<sup>104</sup> SCHWARTZ, Stuart, op. cit. p.87.

Conservador também pode ser considerado o percentual de 20,7% para crianças de menores de 15/14 anos, já que no mapa de 1797, as crianças correspondia a 30,6%. Desse modo, ambos os percentuais de reajuste dão um total da população menor do que deveria ter sido, porém, mesmo assim, analisando os totais da população nos diferentes anos, percebemos uma coerência nestes dados, que é o contínuo crescimento da população do distrito de Santo Antônio de Sá, mesmo que em algumas freguesias a população tenha diminuído em alguns anos.

Observando a tabela 13 podemos perceber, portanto, que a população do distrito de Santo Antônio de Sá, passou por um substancial crescimento, de 8.269 habitantes no ano de 1774, a população passou para 12.393 habitantes no início do século XIX, representando um crescimento de 50% e uma taxa de crescimento anual de 1,8%.

Quando realizamos o percentual de reajuste para menores de sete anos para o ano de 1795, o número da população se aproxima daquele do “censo” anterior, denominado *Memórias Públicas e Econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro realizado entre os anos de 1779-1789*.<sup>105</sup> Isso corrobora com que afirmamos anteriormente, que, provavelmente, tal “censo”, fora realizado no final do governo de Luiz de Vasconcellos, isto é, 1789, e que nele, ao contrário do que afirma Dauril, estaria incluído também as crianças.

Monsenhor Pizarro nas suas visitas, afirmou que a freguesia de Santo Antônio de Sá, em 1791, era de 4.200 almas, não incluído aí, os ditos “menores”. Realizando o reajuste de 13,31% (incorporando assim as crianças menores de sete anos), esse número sobe para 4.759 pessoas representando uma diferença de apenas 9 pessoas com relação ao mapa de 1789, como podemos perceber observando a tabela 13.

---

<sup>105</sup> Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

**Tabela 13 - População total das freguesias do Distrito de Santo Antônio de Sá (1774-1804)**

<b>Freguesias</b>	<b>Plan. A</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Plan. B</b>	<b>Ajuste</b>	<b>1789</b>	<b>1795</b>	<b>Ajuste</b>	<b>1797</b>	<b>1804</b>	<b>Ajuste</b>
<b>N. S. da Ajuda de Guapimirim</b>	1.588	1.799	1.509	1.710	1.848	2.191			839	1.058
<b>Santíssima Trindade</b>	1.149	1.302	2.456	2.783	3.790	3.146			2.669	3.366
<b>Santo Antonio de Sá</b>	3.185	3.609	2.716	3.077	4.750	4.600	5.212		4.900	6.179
<b>N. S. do Desterro de Itambi</b>	1.054	1.194	1.270	1.439	1.011	1.498			1.420	1.791
<b>Aldeamento São Barnabé</b>	322	365	259	293	332	300	340	430		
<b>Total</b>	<b>7.298</b>	<b>8.269</b>	<b>8.210</b>	<b>9.303</b>	<b>11.731</b>	<b>11.735</b>	<b>12.387</b>	<b>11.538</b>	<b>9.828</b>	<b>12.393</b>

**Fonte:** Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793; Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884; *ACMRJ. Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424.

### 1.3 - Economia

Durante a segunda metade do século XVIII a Vila de Santo Antônio de Sá, passou por um importante desenvolvimento demográfico e econômico, caudatária da importância que a capitania do Rio de Janeiro detinha naquele momento. Desde pelo menos início do século XVIII a Vila realizava o papel de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, é o que transparece no documento de 1714, no qual o Conselho Ultramarino deu seu parecer em resposta à Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá que afirmou ser impossibilitada de contribuir com relação ao resgate da cidade do Rio de Janeiro<sup>106</sup> e em 1724 no qual a Câmara da Vila reclama sobre o preço da venda de farinha para às fortalezas e para a infantaria.<sup>107</sup>

No documento denominado *Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu*, produzida entre 1786 e 1790, somos informados sobre a compra da farinha para as tropas de milícias produzidas pelos lavradores da Vila. Segundo Vinicius Maia Cardoso, tais tropas eram “encarregadas de controlar a entrada e o contrabando de ouro nas rotas de acesso às ambicionadas – e supostas – minas”, situadas acima da Vila, nas proximidades da Serra dos Órgãos.<sup>108</sup>

Desse modo, podemos perceber que, ao menos a produção farinheira, não era voltada exclusivamente para o abastecimento interno da própria vila. Resta saber se, em fins do século XVIII, a farinha produzida na Vila de Santo Antônio de Sá, possuía alguma importância no

---

<sup>106</sup> PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, acerca da impossibilidade em que se encontram para pagarem a contribuição que lhes foi imposta, referente ao resgate da cidade do Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 9, D. 990.

<sup>107</sup> CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, ao rei [D. João V], sobre o fornecimento de farinha que se faz às fortalezas e o socorro da infantaria, e queixando-se do preço de venda da farinha e a solicitação feita para corrigir desníveis de custo. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 14, D. 1582.

<sup>108</sup> CARDOSO, Vinicius Maia. op. cit. p. 70

tráfico de escravos como ocorrera outrora. Contudo, para o objetivo desta dissertação, não tivemos tempo hábil para isso.

Em 1778 temos a primeira informação sobre o volume da produção agrícola dos dez distritos que compõe a Capitania do Rio de Janeiro, informação produzida pelos mestres de campo a pedido do Marques de Lavradio.<sup>109</sup> O distrito de Santo Antônio de Sá se destacava na produção e fabrico da farinha de mandioca, correspondendo a 76,4% de toda a produção alimentícia, como podemos observar na tabela 14.

De acordo com Gilciano Menezes, esse “maior aumento percentual de farinha não é exclusividade da Vila analisada, pois boa parte do relatório, com algumas exceções, mostra esse tipo de produção como superior à de outros gêneros alimentícios”.<sup>110</sup> Em todas as freguesias do distrito, a farinha constitui o principal gênero agrícola, sempre correspondendo a mais da metade da produção.

Francisco Carlos Teixeira com base nesta mesma fonte demonstra que a farinha era o principal gênero agrícola da Capitania do Rio de Janeiro, correspondendo a 63% de toda produção alimentícia<sup>111</sup> e que as maiores freguesias produtoras de alimentos, na capitania do Rio de Janeiro, eram Cabo Frio, Campos, Santíssima Trindade, Itaboraí e Jacutinga

com amplo predomínio do cultivo da mandioca e o fabrico de farinha. Porém, por todas as informações que possuímos, a produção de Cabo Frio e de Campos estava voltada para o seu próprio abastecimento, em particular do seu vasto hinterland açucareiro, e não desempenhava nenhum papel de monta no abastecimento do Rio de Janeiro.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

<sup>110</sup> COSTA, Gilciano Menezes. op. cit. p. 70.

<sup>111</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, op. cit. p. 166.

<sup>112</sup> Ibid. p.166-7.

Em segundo lugar, observando os dados contidos na tabela 14, estava a produção de arroz no distrito de Santo Antônio de Sá, com um total de 9.600 alqueires (15,1%). Podemos perceber que a posição destacada desse produto nos demonstra o quanto a política de fomento à agricultura do período pombalino já estava surtindo seus efeitos, já que outros produtos tradicionais como o feijão e o milho, estavam em terceiro e quarto lugar na produção de gêneros agrícolas no distrito de Santo Antônio de Sá (com 4,6% e 3,9% respectivamente).

**Tabela 14 - Produção agrícola em alqueires do Distrito de Santo Antônio de Sá, em 1779**

Freguesia	Farinha		Feijão		Milho		Arroz		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
<b>N. S. da Ajuda</b>	9.000	75,6	200	1,7	200	1,7	2.500	21,0	11.900	18,7
<b>SS. Trindade</b>	28.000	79,1	2.200	6,2	1.700	4,8	3.500	9,9	35.400	55,8
<b>Santo Ant<sup>o</sup> de Sá</b>	10.000	71,9	400	2,9	500	3,6	3.000	21,6	13.900	21,9
<b>N. S. do Desterro de Itamby</b>	1.500	65,8	100	4,4	80	3,5	600	26,3	2.280	3,6
<b>Total</b>	<b>48.500</b>	<b>76,4</b>	<b>2.900</b>	<b>4,6</b>	<b>2.480</b>	<b>3,9</b>	<b>9.600</b>	<b>15,1</b>	<b>63.480</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 289-303.

Com base no mapa de 1797 podemos perceber o quanto a produção alimentícia crescerá na região, seguindo, portanto, o crescimento populacional da região. Dos 63.480 alqueires de gêneros alimentícios a produção aumentou para 90.947 alqueires, como depreende-se da tabela 15.

Todos estes gêneros agrícolas apresentaram um crescimento entre 1779 e 1797, porém, a participação de cada um deles no total da produção agrícola se modificou. Percebemos que ocorre uma sensível diminuição da participação da farinha no conjunto dos gêneros alimentícios produzidos, apesar de continuar sendo o principal alimento, de 76,4% para 72,5% do total. O

feijão também decresceu, indo para o quarto lugar dos gêneros alimentícios produzidos no distrito, de 4,6% para 4,1%. Por outro lado, percebemos a crescente importância do arroz da economia do distrito de Santo Antônio de Sá. Se antes sua participação fora de 15,1%, ela aumentou para 18,6%, um crescimento ainda maior que do milho, que de 3,9% do total da produção agrícola, subiu para 4,8%.

Apesar de não termos informações sobre os lucros auferidos pela produção de arroz, esses dados demonstram o quanto a política de fomento agrícola do período pombalino incentivou a produção deste gênero, produzindo, provavelmente, maiores lucros que os produtos tradicionais da região.

**Tabela 15 - Produção agrícola em alqueires do distrito de Santo Antônio de Sá, 1779 e 1797**

Gênero	1779		1797	
	n.	%	n.	%
<b>Farinha</b>	48.500	76,4%	65.934	72,5%
<b>Feijão</b>	2.900	4,6%	3.737	4,1%
<b>Milho</b>	2.480	3,9%	4.335	4,8%
<b>Arroz</b>	9.600	15,1%	16.941	18,6%
<b>Total</b>	<b>63.480</b>	<b>100,0%</b>	<b>90.947</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 289-303; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

#### **1.4 - O crescimento da Economia Canavieira no distrito de Santo Antônio de Sá**

A primeira informação que possuímos sobre os engenhos do distrito de Santo Antônio de Sá é a carta topográfica do Recôncavo do Rio de Janeiro produzida por Manuel Vieira Leão por ordem do Conde de Cunha em 1767. Conforme indicamos antes, as informações acerca dos limites de cada uma das freguesias nem sempre são precisas no sentido de informar os acidentes naturais que servem como limítrofes, contudo, comparando o mapa 1, com as informações disponíveis acerca dos rios que perpassam cada uma das freguesias, é possível

afirmar que, no território do distrito de Santo Antônio de Sá, houve, ao menos, em 1767, sete engenhos de açúcar.

No território da freguesia de Santo Antônio de Sá, entre os rios Macacu e Caceribú, existia três engenhos, um próximo da Igreja Matriz representada por uma cruz (ao lado aparece transcrito “Vila de Santo Antonio de Sá”), a margem esquerda do Rio Macacu, o segundo na margem direita do rio Caceribú (que serve de divisa para a freguesia de São João de Itaborahy), que aparece transcrito como “Engenho Sumidouro” e o terceiro seria próximo da margem direita do rio Guapi-guaçú, próximo de outro engenho que fica na margem esquerda do rio Guape-mirim que pertenceria a freguesia de Guapimirim (Ver mapa 2). Comparando-se com as informações fornecidas pelo Marques de Lavradio, estes eram os engenhos mais antigos da freguesia, o primeiro seria do Capitão Ignácio Nascentes Pinto (fundado em 1698), o segundo do Padre Francisco da Fonseca Barreto (erigido em 1718) e terceiro de Dona Maria da Conceição Cruz, desmembrado do engenho de Antonio de Amorim Lima (criado em 1767).

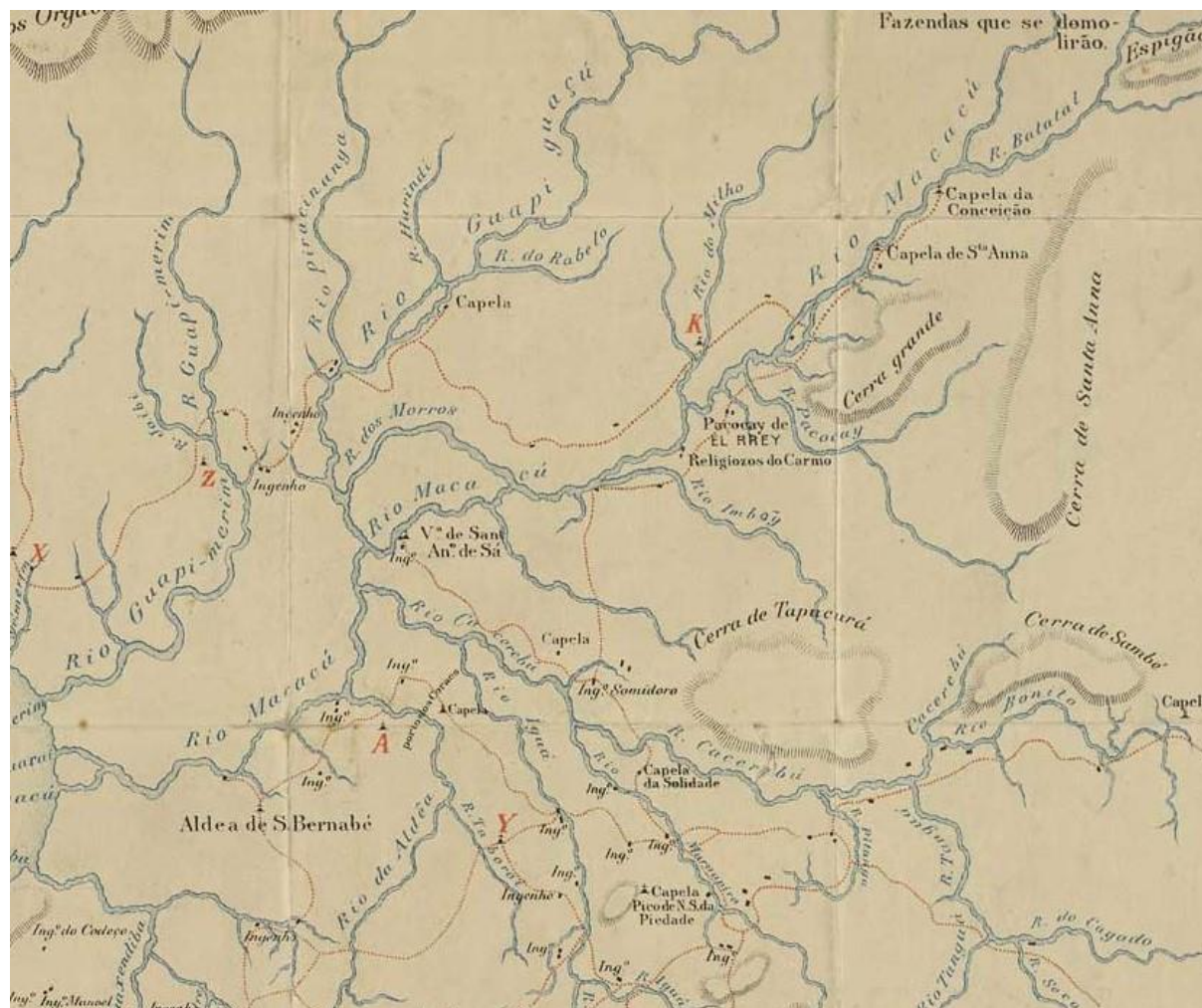
Sob jurisdição da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim estaria o engenho de Antônio de Amorim Lima, na margem esquerda do rio Guapi-mirim. De acordo com Monsenhor Pizarro, a margem direita do dito rio seria a divisa desta freguesia com a da Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, porém como o engenho ficava mais próximo desta última, o engenho ficou fazendo parte desta última.

Na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, havia três engenhos na margem esquerda do rio Macacu e perto do rio Aldeia, próximos a dita igreja de Nossa Senhora do Desterro. A proximidade dos três engenhos próximo da igreja não nos permite identificar os seus proprietários, ainda mais que, no ano em que foi produzido tal mapa, Lavradio afirma já existirem três engenhos.



Na freguesia de Santíssima Trindade não haveria nenhum engenho de acordo com o mapa de Manuel Vieira Leão.

## Mapa 2 - Localização dos engenhos dos engenhos do distrito de Santo Antônio de Sá (1767)



**Fonte:** Manuel Vieira Leão (adaptado) Biblioteca Nacional

As letras corresponderiam: A = Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby; K= Freguesia da Santíssima Trindade; Y = Freguesia de São João de Itaborahy; Z = Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Aguapeymirim.

De acordo com João Fragoso em 1769 havia na Capitania do Rio de Janeiro 202 engenhos, destes 13 se encontram no Distrito de Santo Antônio de Sá, correspondendo, portanto, a 6,4% do total de engenhos nesse período.<sup>113</sup> Nove anos mais tarde, com base na

<sup>113</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit. 1992. p.98.

estatística do Marques de Lavradio, a capitania do Rio de Janeiro possuiria 339 engenhos, e o distrito, 17 engenhos, diminuindo sua participação para 5,0% do total de engenhos.<sup>114</sup>

O distrito de Santo Antônio de Sá não era um dos maiores produtores de açúcar da capitania apesar do número de engenhos ter crescido durante este período. A frente deste distrito estava, em 1778, Campos dos Goytacazes com 168 engenhos, Marica com 39 engenhos, Guaratiba com 34, Irajá com 27 e São Gonçalo com 25 engenhos.

Analisando a tabela 16 podemos perceber o quanto cresceu o número de engenhos no último quartel do século XVIII, demonstrando que, consoante o crescimento da produção de gêneros alimentício a cultura da cana-de-açúcar crescera no distrito de Santo Antônio de Sá, que dos dezessete engenhos em funcionamento no ano de 1778 passou para trinta engenhos em 1799.

Apesar de não dispormos do número de engenhos de cada freguesia para os anos de 1797 e 1799, acreditamos que tenha permanecido a tendência da concentração de engenhos na freguesia de Santo Antônio de Sá como sugere os dados dos anos anteriores (ver tabela 16). Em 1778, dos 17 engenhos presentes no distrito 8 se encontravam na freguesia de Santo Antônio de Sá. Dezesseis anos mais tarde, dos 25 engenhos, onze se encontravam nesta freguesia.

Além dos engenhos de açúcar haveriam duas engenhocas no ano de 1778, conforme nos informa o marques de Lavradio, porém, os mesmos desaparecem dos demais relatos do período. João Fragoso demonstra que entre os anos de 1769 e 1778 ocorreu uma queda de 4,9% (de 183 para 174) no número de engenhocas na capitania do Rio de Janeiro.<sup>115</sup> Desse modo, parece ter havido uma tendência no final do século XVIII a redução do número de engenhocas.

---

<sup>114</sup> Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

<sup>115</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit. 1992. p. 98.

**Tabela 16 - Evolução dos engenhos no distrito de Santo Antônio de Sá (1778-1799)**

<b>Freguesias</b>	<b>1778</b>	<b>1794</b>	<b>1797</b>	<b>1799</b>
<b>Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim</b>	3	4		
<b>Santíssima Trindade</b>	1	5		
<b>S. Ant. de Sá</b>	8	11		
<b>Nossa Senhora do Desterro de Itambi</b>	5	5		
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>30</b>

**Fonte:** Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329; ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071; NUNES, Antônio Duarte. “Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: 1799. *RIHGB*, T.21,1858. p.159.

A quantidade de escravos tendeu a crescer nos engenhos, em todo o distrito de Santo Antônio de Sá, teríamos em 1778, 702 escravos distribuídos nos 17 engenhos da região, enquanto em 1797, haveriam 1.501 escravos em 27 engenhos. O número médio de escravos por engenho era de 36,9 em 1778, uma média semelhante a verificada por Iraci Del Nero Costa para toda a capitania do Rio de Janeiro naquele ano (35,8 escravo por engenho).<sup>116</sup>

Em 1797, o número médio de escravos nos engenhos no distrito de Santo Antônio de Sá crescera ainda mais, chegando a uma média de 55,6 escravos. Tais dados talvez possam indicar uma concentração cada vez maior de escravos nas mãos dos senhores de engenhos.

O aumento do número de engenhos e de suas escravarias não é fenômeno isolado da Vila de Santo Antônio de Sá. Sheila de Castro Faria em seu estudo sobre Campos dos Goytacazes verificou que em 1768 haveriam 55 engenhos, em 1788, 278 e em 1819, já havia aproximadamente 400 engenhos.<sup>117</sup> De acordo com a autora, teria havido na segunda metade do século XVIII um *rush* açucareiro.<sup>118</sup>

<sup>116</sup> COSTA, Iraci Del Nero. “Notas sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)”, *RIHGB*, n.º.28. p.113.

<sup>117</sup> FARIA, Sheila de Castro, op. cit. p. 242.

<sup>118</sup> Ibid. p.241.

Em 1778 a produção de açúcar no distrito de Santo Antônio de Sá era de 11.280 arrobas. Segundo Carmem Alveal, o distrito de Santo Antônio de Sá era responsável por 10% do total de caixas de açúcar produzidas na capitania do Rio de Janeiro.<sup>119</sup>

Entre as freguesias do distrito de Santo Antônio de Sá, a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi era que tinha maior importância na produção de açúcar, correspondendo a 40,8% do total de açúcar do distrito seguido da freguesia de Santo Antônio de Sá, responsável por 31,6% do total da produção açucareira na região.

Cabe destacar que apesar do maior número de engenhos se verificar na freguesia de Santo Antonio de Sá (vide tabela 17), foi a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi que mais produziu açúcar no distrito em seus 5 engenhos.

**Tabela 17 - Produção de açúcar em caixas e arrobas no distrito de Santo Antônio de Sá, 1778<sup>120</sup>**

Freguesia	Caixas	Arrobas	%
<b>Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim</b>	52	2080	18,4%
<b>Santíssima Trindade</b>	26	1040	9,2%
<b>Santo Antônio de Sá</b>	89	3560	31,6%
<b>Nossa Senhora do Desterro de Itambi</b>	115	4600	40,8%
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>11280</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. **RIHGB**. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329

Apesar de não conseguirmos identificar o número de engenhos de cada freguesia no distrito de Santo Antônio de Sá em 1797, podemos perceber que a produção açucareira crescera.

<sup>119</sup> ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e Direito: Sesmarias e conflito de terras entre Índios e Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)*. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 130.

<sup>120</sup> Como os dados para a produção de açúcar para o ano de 1778 estavam em caixas, convertemos as caixas para a medida de 1797 isto é, em arrobas. (multiplicamos o número de caixas, 282, por 40 arrobas, que segundo Dauril Alden era a conversão empregada nas tabelas das exportações relatadas em Lisboa). Cf. ALDEN, Dauril. p. 557.

Dos 11.280 arrobas de açúcar produzidos em 17 engenhos no ano de 1778, o distrito produziu em 1797 23.823 arrobas de açúcar nos 27 engenhos existentes no período.<sup>121</sup>

Outra atividade igualmente importante nos engenhos era a produção de aguardente. Assim como o açúcar a aguardente teve sua maior participação nas freguesias de Nossa Senhora do Desterro de Itambi e Santo Antônio de Sá, correspondendo, respectivamente a 53,6% e 35,1% de todas as pipas de aguardente produzidas no distrito (tabela 18).

**Tabela 18 - Produção de aguardente em pipas no distrito de Santo Antônio de Sá, 1778**

<b>Freguesia</b>	<b>Pipas</b>	<b>%</b>
<b>Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim</b>	4	2,4%
<b>Santíssima Trindade</b>	15	8,9%
<b>Santo Antônio de Sá</b>	59	35,1%
<b>Nossa Senhora do Desterro de Itambi</b>	90	53,6%
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. **RIHGB**. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329

Dezenove anos mais tarde a produção de aguardente crescera para 582 pipas, representando um crescimento de 71% deste gênero<sup>122</sup>. Como apontamos no início do capítulo, a aguardente poderia servir tanto para consumo interno, como moeda de troca no comércio de escravos. Por outro lado, a própria Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá auferia rendimentos através da taxaço da aguardente e dos vinhos do Reino desde pelo menos 1710 - privilégio que fora concedido apenas para a dita câmara.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071

<sup>123</sup> Desde pelo menos 1699 a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá solicitava a Coroa Portuguesa para lançarem tributos sobre a aguardente (CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, solicitando licença para poderem lançar tributo sobre a aguardente nessa vila, e a criação de novos ofícios. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.6, D.662.), e que foi autorizado somente em 1710 pelo espaço de dez anos e depois permanecendo pelo menos até início do século XIX.

Era por conta desta mesma tributação denominada de *Selo*, que correspondia a 62% do total de receitas da Vila em 1800 e 44,3% do total da receita em 1801 (ver tabela 19), a Vila de Santo Antônio de Sá era a que possuía uma das maiores receitas da capitania do Rio de Janeiro, em 1800 foi contabilizado 1:424\$950, correspondendo a 8,73% da receita da capitania do Rio de Janeiro, e em 1801, 1:360\$000 (6,1% do total da receita da capitania), somente sendo ultrapassada pela Vila de Resende (3:435\$361 em 1800 e 3:412\$962 em 1801, correspondendo respectivamente 21% e 15,6% do total da receita) e a cidade do Rio de Janeiro (com 9:439\$619 em 1800 e 15:119\$17 em 1801, com participação de 57,9% e 69% respectivamente).<sup>124</sup>

**Tabela 19 - Receita da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1800 e 1801**

Receita	1800		1801	
	n.	%	n.	%
<b>Foros</b>	2\$800	0,2%	2\$800	0,2%
<b>Rendas de casa</b>	19\$200	1,3%	19\$200	1,4%
<b>Aferições</b>	60\$000	4,2%	64\$000	4,7%
<b>Cabeças</b>	-	0,0%	4\$000	0,3%
<b>Rendas do Ver</b>	450\$000	31,6%	606\$000	44,6%
<b>Selos</b>	883\$333	62,0%	602\$000	44,3%
<b>Condenações</b>	9\$617	0,7%	62\$000	4,6%
<b>Total</b>	<b>1.424\$950</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.360.000</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SOUZA, Jose Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.p.353.

## 1.5 - A madeira

O distrito de Santo Antônio de Sá tinha também sua importância econômica na extração de madeiras. A produção de madeira em Macacu parece-nos remontar ao século XVII, já que em 1607 o franciscano Frei Francisco da Cruz, juntamente com mais quatro irmãos, vieram

Cf. SOUZA, Jose Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.p.353.

<sup>124</sup> ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira, op. cit. p.134.

para o Rio de Janeiro para a construção do Convento de Santo Antônio, e para isto andaram “pelos distritos de Macacu e Cassarebu a pedir de esmola madeiras para o novo Convento”.<sup>125</sup>

De acordo com a *Discripção...*, de 1797 as madeiras constituíam

hum dos negócios em q. muitos se empregão com o qual se faz mais vantajosa a sua negociação pela utilidade q. da atracção d’ellas q. he grande e geral, não só as fazendo conduzir p<sup>a</sup> a Cidade, como vendendo nos seos Portos aos Negociantes, ou atravessadores, assim chamados, com o qual gênero se aumenta e se faz mais opulento o Comercio deste Districto.<sup>126</sup>

De acordo com o relatório do ouvidor José Albano Fragoso, de 1805, as freguesias que mais contribuíam com a produção de madeiras eram a de Santo Antônio de Sá e da Santíssima Trindade. Ele argumenta que “Tem .... a cultura na freguesia da Vila e Trindade nestes doze anos pelo corte de Madeiras para a Marinha Real sendo os moradores escravos, gado, e condução em tempo penoso, e com despesas de trinta as vezes do valor.”<sup>127</sup>

## 1.7 - O tráfico de escravos

Sem dúvida esse crescimento se deu também com o aumento da importação de cativos. Com base nas estimativas de entradas de escravos no porto do Rio de Janeiro no século XVIII, podemos perceber o quanto, no decorrer deste século, a população cativa aumentou, mesmo considerando que boa parte desses escravos fossem encaminhados para as Minas Gerais e outras regiões da colônia, provavelmente uma parte significativa deve ter permanecido na própria capitania.

---

<sup>125</sup> ROWER, Basílio. *Páginas de história Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957. p. 161.

<sup>126</sup> *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

<sup>127</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424.

Analisando a tabela 20, produzida com base nas estimativas de desembarque de escravos disponível no site *Slave Voyages*, percebemos que no período de 1751 até 1780 a média anual de desembarque de escravos no porto do Rio de Janeiro não ultrapassou a cifra de 8.441 indivíduos. Nas décadas seguintes ocorre um expressivo aumento, chegando a 14.086 escravos na primeira década do século XVIII.

Apesar de não conseguirmos mensurar a quantidade de escravos enviados para o distrito de Santo Antônio de Sá, é perceptível que no período de crescimento econômico tanto desta região como da capitania do Rio de Janeiro que encontramos as maiores estimativas de desembarque de escravos.

**Tabela 20 - Estimativas de Entradas decenais de escravos no Porto do Rio de Janeiro (1751-1810)**

<b>Período</b>	<b>Total</b>	<b>Média anual</b>
<b>1751-1760</b>	81.391	8.139
<b>1761-1770</b>	84.407	8.441
<b>1771-1780</b>	79.410	7.941
<b>1781-1790</b>	109.660	10.966
<b>1791-1800</b>	119.965	11.997
<b>1801-1810</b>	140.860	14.086
<b>Total</b>	<b>615.693</b>	<b>61.569</b>

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>, acesso em 12.06.2018.

Ao longo deste capítulo vimos que no decorrer da segunda metade do século XVIII e início do XIX a população e a economia tanto da capitania do Rio de Janeiro como do distrito de Santo Antônio de Sá passaram por um crescimento constante. É perceptível que, mesmo não sendo uma área agro-exportadora de cana-de-açúcar por excelência – como no caso de Campos dos Goytacazes -, o distrito se desenvolveu aliado ao crescimento tanto da indústria açucareira como da produção de gêneros alimentícios. Sem dúvida alguma este aumento da produção se deve ao aumento da população cativa na região, seja por através de sua reprodução natural, seja através do tráfico de escravos, que como vimos, aumentara surpreendentemente durante este período.



Cabe analisar no próximo capítulo as unidades produtivas responsáveis por esta produção agrícola e verificar a estrutura de posse de escravos das mesmas para compreender o perfil desta sociedade escravista. Com base nisso poderemos proceder na análise da família escrava e seus laços de parentesco fictício ensejadas nas relações de compadrio.

## Capítulo 2 - Estrutura da Posse de Escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797)

Neste capítulo, por meio do mapa populacional do Distrito<sup>128</sup> da Vila de Santo Antônio de Sá, realizado no ano de 1797, realizaremos um estudo sobre a estrutura de posse de cativos neste período, levando em conta as características dos senhores e dos escravos, tais como: sexo, atividade produtiva e faixa etária.

É importante deixar claro que, o que veremos a seguir, é apenas uma fotografia da sociedade do Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. Isto é, como não dispomos de mapas tão completos como estes anteriores a 1797 ou até mesmo posteriores a esta data, só nós é permitido conhecer uma imagem estática de um momento. Portanto, torna-se difícil fazermos uma análise em movimento desta sociedade, algo que faremos mais à frente apenas para certo grupo de indivíduos que pela posição que tinham dentro desta sociedade, permitiram-nos maiores informações sobre os mesmos.

Desse modo, boa parte dos dados que ora apresentaremos são referentes ao distrito da vila é restrito ao ano de 1797. Um momento em que, como percebemos no capítulo 1, era de crescimento demográfico e econômico. Expressava, portanto, uma conjuntura favorável, não só para a Vila como para a Capitania do Rio de Janeiro.

O distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, como vimos no capítulo anterior compreendia quatro freguesias e o aldeamento de São Barnabé. Porém, na listagem dos fogos, não são apresentados os fogos do aldeamento de São Barnabé, pois conforme o autor do documento nos

---

<sup>128</sup> Nossa fonte é assim denominada, isto é, seu título é “Discrição do que contém o districto da Vila de Santo Antônio de Sá”, desse modo, o tal distrito faz parecer ser uma das circunscrições da vila, porém, ela se refere a um dos distritos que compõem a capitania do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo anterior. *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

deixa transparecer, o distrito continha 1.078 fogos “excetuando a Aldeia dos Índios”<sup>129</sup>. 1.078 fogos é justamente o número aproximado de fogos apresentados na listagem.<sup>130</sup> Desse modo, não possuímos informações detalhadas sobre os fogos do Aldeamento São Barnabé.<sup>131</sup>

O mapa populacional, de 1797, não apresenta discriminadamente em quais freguesias localizavam-se tais fogos, o que não nos permite distinguir em detalhe as características demográficas e econômicas de cada uma destas localidades. Somente conseguimos localizar alguns destes fogos por estarem presentes nas outras fontes, como é o caso dos engenhos de açúcar, que estão presentes também na relação do Marques de Lavradio e nas Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro. Apesar desta lacuna, consideramos que o quadro geral apresentado no capítulo anterior, possa ter nos possibilitado compreender as principais características delas.

No mapa de 1797, os fogos foram agrupados em termos econômicos, isto é, de acordo com a principal atividade produtiva desenvolvida. Nesse sentido, são agrupados e discriminados os fogos, na seguinte ordem: engenhos de açúcar, fábricas de arroz, fabricas de farinha, olarias, lavradores, oficiais de ofício, serradores e taverneiros. Desse modo, mais que um local de residência do chefe do fogo, seus familiares, agregados e escravos, o fogo era antes de mais nada, uma unidade produtiva, tal como apontou Mario M. S. Rodarte:

conclui-se que a palavra fogo, enquanto unidade doméstica, não encontra correspondência na nossa língua de uso corrente, pois que se presta a denominar um grupo de pessoas com uma lógica muito própria de organização, associada a um modo de produção pretérito.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

<sup>130</sup> Acreditamos que tenha havido um equívoco na produção do relatório pois tanto na listagem, como no resumo geral em que consta a atividade principal dos fogos arrolados, somam-se 1.077 fogos.

<sup>131</sup> Em geral, os historiadores definem o termo fogo como domicílio. Para o debate em torno deste conceito ver: CUNHA, Maísa Faleiros. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Campinas, 2005. f. 150. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

<sup>132</sup> RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte, 2008. f.365. Tese (Doutorado em História) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 178.

Considerado os fogos como unidades produtivas e não simplesmente como lugar de moradia, facilita-nos a compreensão do porquê de um mesmo indivíduo, possuir dois ou mais fogos. Citamos, por exemplo, o caso do Capitão Brás Carneiro Leão, que além de possuir dois engenhos (um na freguesia de Santo Antonio de Sá e outro em Itambi), também tinha uma fábrica de farinha e os Religiosos do Carmo quem eram proprietários de um engenho de açúcar e uma fábrica de farinha.<sup>133</sup>

Ainda sobre a divisão dos fogos por atividade produtiva, Vinicius Maia Cardoso afirma que tal divisão

representava a visão do seu anônimo organizador acerca das hierarquias sociais presentes na região. Assim, hipoteticamente, um *lavrador* que alcançasse a situação de possuir sua própria ‘fábrica de farinha’, escalaria um degrau na escala social, atingindo seu ápice quando alcançasse o pequeno e seletivo corpo social dos senhores de engenho<sup>134</sup>

Desse modo, para Cardoso, a divisão por atividade produtiva não era orientada por uma questão economicista, mas sim possivelmente mais ligada à distinção social do mundo colonial. Contudo, nos parece que a questão econômica foi basilar para tal divisão, pois ao ordenar os fogos dos engenhos de açúcar, seguidos das fábricas de arroz, fábricas de farinha, olarias, lavradores, oficiais de ofício e serradores, fica claro que a produção realizada em grandes instalações teria uma importância maior, e/ou até mesmo uma produção maior que aquela realizada nos fogos sem tais construções e/ou produções. Embora os lavradores pudessem produzir mais determinados tipos de produtos (principalmente a farinha de mandioca, mas também o açúcar) que os fogos com tais indústrias, tal produção precisaria passar por estas últimas para ser refinado.

---

<sup>133</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

<sup>134</sup> CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravidão no vale do Macacu, séculos XVIII e XIX*. (Dissertação de Mestrado), Universo, Niterói, 2009. p. 91.

Cada fogo é discriminado pelo nome do chefe do fogo e seu estado conjugal, extensão das terras, quantidade de filhos e filhas divididos em grupos de maior e menoridade, número de escravos também divididos por faixa etária e por sexo, número de agregados, número de animais, gêneros agrícolas produzidos, assim como as telhas, tijolos e madeiras fabricadas como podemos observar na imagem abaixo (Figura 1).

**Figura 1 - Descrição do que contém o distrito de Santo Antônio de Sá, 1797**

The table is a complex grid with multiple columns. The main title is 'Relação dos Engenhos, das Fabricas, das Sarias, das Fincas, das Fazendas, das Casas, das Famílias, Escravos, Gado, Madeiras, e do Rendimento Anual pertencente a cada hum dos Moradores do Distrito da Villa de S. Antonio de Sá, 1797'. The columns are organized into several sections: 'Fogos' (Households), 'Escravos' (Slaves), 'Gado' (Livestock), 'Madeiras' (Timber), and 'Rendimentos Anuais' (Annual Yields). The rows list individual properties, such as 'Engenho de S. Amaro' and 'Fazenda de S. Amaro', with specific details for each category.

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

## 2.1 - Fogos com e sem escravos

Do total de 1.077 fogos, 72,9% dispunham de mão de obra escrava (785 fogos). Percebemos, deste modo, o quanto a propriedade escrava se encontrava difundida por amplos setores da sociedade macacuense<sup>135</sup>. Manolo Florentino e José Roberto Góes, baseando-se em

<sup>135</sup> Referência ao Rio Macacu que perpassa grande parte do território da Vila de Santo Antônio de Sá.

inventários de proprietários do agro fluminense apresentam a porcentagem de 88% de todos os inventariados eram donos de escravos, entre 1790 e 1830<sup>136</sup>, enquanto Ana Paula de Souza Rodrigues Machado em relação ao distrito de Guaratiba com base na estatística de 1797, destaca que 64,4% dos domicílios possuíam escravos e, no distrito de Cabo Frio, apenas 46,2% dos fogos eram escravistas.<sup>137</sup> Sheila de Castro Faria, para o distrito de Campos dos Goytacazes (região atualmente conhecida como Norte Fluminense) em 1785, demonstrou que das 1.488 unidades agrárias 65,5% possuíam escravos.<sup>138</sup> Portanto, percebemos que a difusão da mão de obra escrava estava altamente difundida nas freguesias rurais da capitania e futura província do Rio de Janeiro, com cerca de 2/3 dos domicílios possuindo escravos, contudo, veremos adiante, que essa distribuição era desigual, com uma tendência a concentração de escravos nas mãos dos grandes proprietários escravistas.

Dos 1.077 domicílios, 919 eram chefiados por homens (85,33%), 155 por mulheres (14,39%) e 3 por instituições religiosas (0,28%). Para o mesmo ano, no distrito de Guaratiba no Rio de Janeiro, Ana Paula de Souza Machado apresentou percentuais aproximados com 81,12% dos fogos administrados por homens e 17,98% por mulheres e em Cabo frio, 81,7% e 17,2% respectivamente.<sup>139</sup> Em Campos dos Goytacazes em 1785, as mulheres chefiavam 13,3% dos fogos.<sup>140</sup> Podemos perceber, portanto, que o percentual de mulheres na chefia dos fogos era equivalente a cerca de 1/5 dos chefes de fogos nas diversas freguesias rurais do Rio de Janeiro.

---

<sup>136</sup>Apesar dos autores não destacarem as localidades em que estes inventariados habitavam, consideramos pertinente a comparação com os nossos dados por apresentarem um panorama geral dos proprietários rurais do Rio de Janeiro.

<sup>137</sup> MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. “Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797” In: *XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global.*, 2016, Nova Iguaçu. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global., 2016.p.7

<sup>138</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 p. 132.

<sup>139</sup>MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues, op. cit. p. 5.

<sup>140</sup>FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Riode Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.53.

Quanto a divisão dos fogos chefiados por homens e mulheres, com ou sem escravos, os percentuais mostraram não haver diferença significativa entre os dois segmentos, mantendo-se o predomínio masculino em ambas (com escravos 88,6% e sem escravos 84,5%).

**Tabela 21 - Características dos fogos com ou sem escravos, 1797**

Número de Fogos	1077	%
<b>chefes de fogos h</b>	918	85,3%
<b>chefes de fogos m</b>	156	14,4%
<b>instituições religiosas</b>	3	0,3%
fogos sem escravos		
<b>chefes de fogos h</b>	256	88,6%
<b>chefes de fogos m</b>	33	11,4%
Total	<b>289</b>	
fogos com escravos		
<b>chefes de fogos h</b>	663	84,5%
<b>chefes de fogos m</b>	122	15,5%
Total	<b>785</b>	

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

## 2.2 - Da posse de escravos

Para analisarmos a posse de escravos, dividimos os escravistas em pequenos (as faixas de tamanho de posse de 1 a 9 cativos), médios (10 a 19 escravos) e grandes (+ de 20 cativos).

Observando a tabela 22, podemos verificar que 73,6% dos proprietários de escravos possuíam pequenas escravarias de 1 a 9 cativos e detinham apenas 30,7% de todos os escravos do distrito. Apesar de trabalhar com faixas de tamanho de posses diferentes (de 1 a 10 cativos), o estudo de Ana Paula, realizado com base no mapa populacional do distrito de Guaratiba para o mesmo ano, pode nos servir de comparação. Com base nos dados fornecidos pela autora, dos 1.143 domicílios com escravos, 81,6% possuíam escravarias na faixa de 1 a 10 escravos e possuíam 33,0% de todos os cativos da região<sup>141</sup>. No distrito de Cabo Frio, dos 845 domicílios

<sup>141</sup> MACHADO, Ana Paula Souza, op. cit. p. 134.

escravistas, 86,3% dos chefes de fogos, com escravarias de 1 a 10 cativos, possuíam 45,9% dos escravos da região.

Márcio de Souza Soares, realizou um estudo sobre a estrutura de posse de escravos no distrito de Campos dos Goytacazes, no ano de 1785, com base no mapa populacional de Couto Reis. Dos 968 domicílios escravistas, 71,8% possuíam escravarias na faixa de 1 a nove cativos e possuíam 21,6% de todos os escravos do distrito.<sup>142</sup>

Os médios escravistas corresponde a 17,2% e detinham 25,6% da mão de obra escrava do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. Por outro lado, os grandes escravistas que corresponde a apenas a 9,2%, detinham quase metade de todos escravos da Vila, isto é, 43,7%. Para o distrito de Guaratiba, com base nos dados fornecidos pela Ana Paula, percebemos que os médios escravistas (de 11 a 20 escravos), correspondem a 11,4% dos proprietários, e detinham 17,5% dos escravos. E os grandes (mais de 21 cativos) compunham-se de 7,0% dos chefes de domicílio escravistas e possuíam 49,4% de todos os escravos da Vila. No distrito de Cabo Frio, os médios correspondem a 10,1% dos escravistas, e possuíam 22,4% do total de escravos, e os grandes escravistas correspondem a 3,7% dos domicílios com escravos e detinham 31,7% dos escravos.<sup>143</sup>

Em Campos dos Goytacazes, os médios escravistas correspondem a 15,7% dos fogos escravistas e detinham 17,6% do total de escravos. Os grandes escravistas representavam 12,5% e possuíam 60,8% de todos os escravos.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> SOARES, Marcio de Souza. “Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos dos Goytacazes (1698-1830)”. In: DEMETRIO, Denise; SANTIROCCHI, Italo; GUEDES, Roberto (Orgs.). (Org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola, séculos XVII-XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, p. 83.

<sup>143</sup> Para realizarmos tais porcentagens nos baseamos nos dados disponíveis em MACHADO, Ana Paula Souza, op. cit. p.134.

<sup>144</sup> Souza, Márcio Soares de, op. cit. p.81.



Tais dados demonstram a grande concentração da propriedade escrava tanto nos distritos da vila de Santo Antônio de Sá, quanto em Guaratiba e em Campos dos Goytacazes e um pouco menos em Cabo Frio. Por outro lado, estes mesmos dados, demonstram a grande dispersão da mão de obra escrava para amplos setores da sociedade.

**Tabela 22 - Posse de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

<b>FTP</b>	<b>Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>
<b>1 a 9</b>	578	73,6%	2092	30,7%
<b>10 a 19</b>	135	17,2%	1744	25,6%
<b>+ de 20</b>	72	9,2%	2975	43,7%
<b>Total</b>	<b>785</b>	<b>100,0%</b>	<b>6811</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

A maior parte da população, tanto livre como escrava, se dedicava à agricultura. Em conjunto, os escravistas proprietários de engenhos de açúcar, farinha e os lavradores compunham 92,1% de todos os chefes de domicílios com escravos e detinham 96% de todos os escravos do distrito e se encontravam em praticamente todas as faixas de tamanho de posses, conforme podemos verificar da análise da tabela 23. Desse modo, o Distrito de Santo Antônio de Sá pode ser caracterizado como sendo predominantemente rural.

A média de escravos possuídos nas diferentes atividades produtivas demonstra a desigualdade na distribuição da mão de obra escrava. Os engenhos de açúcar tinham uma média de escravos por proprietário altíssima, chegando a 55,6 escravos por domicílio.

**Tabela 23 - Atividades produtivas, proporção de proprietários, número de escravos e média de escravos possuídos, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

Atividades Produtivas	Proprietários	%	Escravos	%	Média
<b>Lavradores</b>	471	60,0%	2288	33,6%	4,9
<b>Eng. Farinha</b>	225	28,7%	2752	40,4%	12,2
<b>Taverneiros</b>	39	5,0%	167	2,5%	4,3
<b>Eng. Açúcar</b>	27	3,4%	1501	22,0%	55,6
<b>Oficiais de Ofício<sup>145</sup></b>	12	1,5%	20	0,3%	1,7
<b>Serralheiros</b>	6	0,8%	7	0,1%	1,2
<b>Olarias</b>	5	0,6%	76	1,1%	15,2
<b>Total</b>	<b>785</b>	<b>100,0%</b>	<b>6811</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,7</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Na lide agrícola, seguido dos engenhos de açúcar encontramos os engenhos de farinha, possuindo uma média de 12,2 escravos. Os lavradores eram a maioria dos escravistas na região, porém, detinham uma média bem inferior aos demais seguimentos, detendo 4,9 escravos.

Além daqueles proprietários vinculados as atividades agrícolas, temos senhores ligados as atividades artesanais e comerciais<sup>146</sup>. Encontramos, entre estas últimas, médias de posse de escravos inferiores daquelas encontradas nas atividades agrícolas. Contudo, as olarias, detinham em média mais escravos que até mesmo as fábricas de farinha (enquanto as fábricas de farinha possuíam em média 12,5 escravos a média de escravos nas olarias era de 15,2 escravos) (Tabela 23).

Os taverneiros eram o grupo mais expressivo, com 39 fogos destinados a esta atividade (5%), e detendo 2,5% do total de escravos do distrito, possuía em média, 4,3 escravos – um

<sup>145</sup> Indivíduos especializados em atividades artesanais como: carpinteiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro, tamanqueiro, sapateiro e etc.

<sup>146</sup> Como afirmarmos acima a atividade profissional do chefe do fogo no mapa de 1797, estava ligado a principal atividade econômica produzida no fogo, deste modo, apesar de nos seus fogos outras atividades econômicas existirem e, além disso, muitos podem ter tido outras atividades não ligadas a produção de mercadorias (como militares, médicos, etc.). Portanto, consideramos para efeito do cálculo, apenas os chefes de fogos ligado a atividade econômica no qual ele estava inserido pela fonte na alisada.

número menor que aquele encontrado entre os lavradores. Em ordem decrescente temos os oficiais de ofício e os serralheiros, com uma média de 1,7 e 1,2 escravos respectivamente.

### 2.3 - Senhores e senhoras de escravos

Todos os domicílios escravistas administrados por mulheres eram chefiados por solteiras (o que não significa que tais mulheres não possuíssem relações conjugais) ou viúvas, com percentuais de 35% (43) e 65% (80), respectivamente, não havia nenhuma mulher descrita como casada chefiando um fogo (Tabela 24). Podemos verificar, portanto, que nas freguesias que compõe o distrito da vila de Santo Antônio de Sá, as mulheres representavam cerca de 1/5 dos chefes dos fogos, e que, com relação ao estado conjugal, as mulheres viúvas chefes de domicílio foram, em número, superiores as solteiras.

A preponderância das viúvas sob a chefia dos domicílios com relação às solteiras, é diferente das outras regiões do Brasil para o mesmo período, em que foi encontrado uma proporção de mulheres solteiras chefes de domicílio.<sup>147</sup>

Por outro lado, conforme demonstra a tabela 24, foram pouquíssimos homens escravistas arrolados como viúvos 9,0% (54), sendo grande o número de casados (75,7%) e em segundo lugar de solteiros (15,3%). Segundo Paulo Eduardo Teixeira, em seu estudo sobre mulheres chefes de domicílio em Campinas, em meados do século XVIII e XIX, afirma que essa diferença entre mulheres viúvas com relação aos homens no mesmo estado “está relacionado à diferença de idade entre os cônjuges, que em média era de oito a dez anos” e por outro “para o homem a chance de vir a contrair novo casamento era maior que para a mulher”<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup>Cf. SAMARA, Eni de M. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v.12, 1993.

<sup>148</sup>. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. *ANAIS do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto (MG), 2002.p. 17.

Do mesmo modo Carlos de Almeida Prado Bacellar, afirma que a alta proporção de mulheres viúvas com relação aos homens viúvos, estaria relacionado à “diferença etária entre os cônjuges, onde o marido era sempre mais velho, a longevidade teoricamente mais elevada e, principalmente, a grande dificuldade que tinham em alcançar um novo casamento, faziam avolumar o conjunto de domicílios chefiados por viúvas”.<sup>149</sup>

**Tabela 24 – Estado Conjugal dos chefes de fogos escravistas (1797)**

<b>Domicílios com escravos</b>					
<b>Estado Conjugal</b>	<b>H</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>Solteiro</b>	87	15,3	43	35	134
<b>Casado</b>	518	75,7	0	0,0	518
<b>Viúvo</b>	54	9,0	80	65	133
<b>Total</b>	<b>659</b>	<b>100,0</b>	<b>123</b>	<b>100,0</b>	<b>782<sup>150</sup></b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Ao dividirmos os proprietários de escravos segundo o sexo e a faixa de tamanho de posses, percebemos que a grande maioria dos chefes, tantos homens como mulheres, detinham pequenas escravarias (de 1 a 4 cativos), conforme os dados indicados pela tabela 25. Além disso, não verificamos grandes disparidades entre o percentual de escravos sob o controle masculino e feminino, em diferentes tamanhos de posses, apesar dos homens, em números absolutos, terem sempre maior contingente escravo, como veremos a seguir.

<sup>149</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, op. cit.. p.162-163.

<sup>150</sup> Não consta do total os fogos chefiados pelas instituições religiosas.

**Tabela 25 - Proporção de homens e mulheres por faixa de tamanho de Posses no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

<b>FTP</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>1 a 4</b>	331	50,2%	60	48,8%	391
<b>5 a 9</b>	158	24,0%	29	23,6%	187
<b>10 a 19</b>	113	17,1%	22	17,9%	135
<b>20 a 49</b>	46	7,0%	10	8,1%	56
<b>acima de 50</b>	11	1,7%	2	1,6%	13
<b>Total</b>	<b>659</b>	<b>84,3%</b>	<b>123</b>	<b>15,7%</b>	<b>782</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Quando analisamos os estados conjugais dos homens e mulheres por diferentes tamanhos de posses de escravos percebemos a mesma tendência, isto é, a diminuição da participação dos proprietários conforme aumenta o tamanho das escravarias, demonstrando, portanto, o grau de concentração da propriedade escrava nas maiores faixas de posse de escravos independentemente do sexo do proprietário. (ver tabela 26).

Contudo, podemos perceber algumas diferenças na posse de cativos quando analisamos o estado conjugal de ambos os sexos. Analisando a tabela 26, percebemos que as mulheres solteiras se concentravam mais na faixa de 1 a 4 cativos do que os homens do mesmo estado conjugal (as solteiras totalizavam 60,5% nessa faixa de posse de cativos enquanto os solteiros 39,1%). Desse modo, as mulheres solteiras, quando detinham escravos, se encontravam nas menores faixas de posses de cativos, numa proporção ainda maior que de homens na mesma condição.

As solteiras dificilmente detinham grandes posses de escravos, o máximo que conseguiam eram posses medianas de 10 a 19 cativos, como podemos observar na tabela 26. Tais dados demonstram, portanto, a grande dificuldade de ascensão social deste segmento da população livre.

**Tabela 26 – Tamanho das posses de escravos por sexo e estado conjugal dos proprietários, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

FTP	Homens			Mulheres	
	Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Viúvas
<b>1 a 4</b>	34	271	27	26	33
<b>5 a 9</b>	28	122	7	11	19
<b>10 a 19</b>	12	85	16	6	16
<b>20 a 49</b>	11	32	3	0	10
<b>mais de 50</b>	2	8	1	0	2
<b>Total</b>	87	518	54	43	80
<b>1 a 4</b>	39,1%	52,3%	50,0%	60,5%	41,3%
<b>5 a 9</b>	32,2%	23,6%	13,0%	25,6%	23,8%
<b>10 a 19</b>	13,8%	16,4%	29,6%	14,0%	20,0%
<b>20 a 49</b>	12,6%	6,2%	5,6%	0,0%	12,5%
<b>mais de 50</b>	2,3%	1,5%	1,9%	0,0%	2,5%

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Ao dividirmos a posse de escravos por sexo dos proprietários percebemos que as mulheres possuíam apenas 22,7% dos escravos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, contudo, a proporção de escravos possuídos pelas mulheres tendia a aumentar conforme o aumento da faixa de tamanho de posses de escravos até a faixa de 20 a 49 escravos, seguido da queda na faixa seguinte (tabela 27). A baixa proporção de mulheres proprietárias de 1 a 4 cativos (14,5%) demonstra uma dificuldade das mesmas, em obter escravos, pela própria condição social que se encontravam (seja solteira ou viúva) e as muitas tarefas que tendiam a realizar sozinhas.

As grandes proprietárias de escravos - de mais de 20 cativos -, como observarmos na tabela 26, eram em grande parte viúvas. Boa parte de seus patrimônios foram constituídos no tempo de vida dos seus esposos, como as senhoras de engenho Maria da Conceição Cruz (viúva de Domingos de Amorim Lima, senhor de engenho desde 1767), Josefa Francisca de Miranda

(viúva de Antônio José Coelho, senhor de engenho a partir de 1772) e Angela Rita Gago (viúva do mestre de campo Alberto Gago, senhor de engenho desde 1773).

**Tabela 27 - Proporção de escravos possuídos por homens e mulheres em diferentes faixas de tamanho de posse<sup>151</sup>**

FTP	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
<b>1 a 4</b>	740	85,5%	126	14,5%	866
<b>5 a 9</b>	1033	84,3%	193	15,7%	1226
<b>10 a 19</b>	1410	83,4%	280	16,6%	1690
<b>20 a 49</b>	1391	82,4%	298	17,6%	1689
<b>mais de 50</b>	907	85,7%	151	14,3%	1058
<b>Total</b>	<b>5481</b>	<b>77,3%</b>	<b>1048</b>	<b>22,7%</b>	<b>6529</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Ao dividirmos os escravos possuídos por homens e mulheres de diferentes status conjugais percebemos que as mulheres viúvas, além de serem maioria nos diferentes tamanhos de posse de escravos, tinham 80,8% dos escravos possuídos pelas mulheres, enquanto os viúvos possuíam apenas 8,8% do total de cativos dos proprietários homens, conforme verificamos na tabela 28. Tais dados, demonstram mais uma vez, que as mulheres viúvas tinham, por um lado, dificuldades em realizar novo matrimônio depois da morte dos seus esposos, que o grau de riqueza das mesmas, com relação as solteiras, era muito maior, pois herdavam os bens dos seus maridos, muitos dos quais, ricos fazendeiros. A baixa participação dos viúvos, por outro lado, demonstra que poucos eram aqueles a permanecerem nesta condição, seja pela questão da diferença de idade dos cônjuges, seja pela questão dos viúvos terem maiores chances de contraírem um novo casamento.

Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein, também salientam a importância do tempo de vida das proprietárias para o tamanho da escravaria, afirmando que “as mulheres sistematicamente possuíam mais escravos do que os homens, o que provavelmente decorria do

<sup>151</sup> Excluímos destes dados os escravos pertencentes as instituições religiosas.

fato de serem mais velhas, e isso, por sua vez, resultava de um período mais longo de acumulação de riqueza por elas e por seus maridos”<sup>152</sup>

Sobre o caso das viúvas, citamos ao menos dois exemplos, que pela condição de serem senhoras de engenho, são encontradas em diversas fontes, nos permitindo acompanhar uma parte de sua trajetória enquanto proprietária de escravos. A propriedade da Dona Maria da Conceição Cruz, viúva de Domingos de Amorim Lima, cuja escravaria iremos analisar no último capítulo. No ano de 1797 ela detinha 85 escravos, seu domicílio já existia desde 1767 e, em 1778, o Marquês de Lavradio afirma ter 31 cativos. Outro caso é o de Dona Josefa Francisca de Miranda, viúva, esposa que foi de Antonio José Coelho, seu engenho foi construído em 1772, e em 1778 detinha 40 escravos, e em 1797, 60.

As mulheres solteiras, só detinham 19,2% de toda escravaria possuída pelas mulheres, e não foram encontradas em faixas de posses de mais de 20 escravos, indicando a condição social humilde destas mulheres.

**Tabela 28 - Proporção de escravos possuídos por homens e mulheres de diferentes estatutos conjugais (1797)**

FTP	Homens						Mulheres					
	Solteiros		Casados		Viúvos		Total	Solteiras		Viúvas		Total
	N	%	N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
1 a 4	72	9,7	598	80,8	70	9,5	740	58	46,0	68	54,0	126
5 a 9	167	16,2	821	79,5	45	4,4	1033	72	37,3	121	62,7	193
10 a 19	159	11,3	1040	73,8	211	15,0	1410	71	25,4	209	74,6	280
20 a 49	335	24,1	980	70,5	76	5,5	1391	0	0,0	298	100	298
Mais de 50	113	12,5	713	78,6	81	8,9	907	0	0,0	151	100	151
Total	846	15,4	4152	75,8	483	8,8	5481	201	19,2	847	80,8	1048

**Fonte:** Descrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

<sup>152</sup> LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 152.



Tanto homens como mulheres se dedicavam majoritariamente a agricultura, sendo minoritárias em outras atividades, como o artesanato (olarias, carpinteiro, ferreiro, serralheiro, sapateiro, etc.) e o comércio (taverneiros) onde elas foram quase inexistentes, ver tabela 29. Tal resultado se explica pelo fato de que tais atividades não eram aquelas usualmente consideradas femininas, como a fiação, tecelagem, costura ou quitandeiras, como encontradas em outras regiões do Brasil.<sup>153</sup>

Contudo, é necessário salientar que o mapa de 1797 estava preocupada sobretudo em realizar um levantamento das atividades mais importantes da Vila e, desse modo, as atividades que não fossem tão lucrativas ficaram de fora da listagem dos fogos. Talvez seja por isso que as atividades “femininas” ficaram de fora do levantamento.

	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Engenho</b>	22	3,3%	4	3,3%	26	3,3%
<b>Farinha</b>	198	30,0%	25	20,3%	223	28,5%
<b>Olaria</b>	4	0,6%	1	0,8%	5	0,6%
<b>Lavradores</b>	379	57,5%	92	74,8%	471	60,2%
<b>Oficiais de Ofício</b>	12	1,8%	0	0,0%	12	1,5%
<b>Serralheiros</b>	6	0,9%	0	0,0%	6	0,8%
	38	5,8%	1	0,8%	39	5,0%
<b>Taverneiros</b>						
<b>Total</b>	<b>659</b>	<b>100,0%</b>	<b>123</b>	<b>100,0%</b>	<b>782</b>	<b>100,0%</b>

**Tabela 29 – Proporção de homens e mulheres por atividade produtiva, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Com exceção dos engenhos de açúcar, todas as outras atividades econômicas estavam representadas nas posses de 1 a 4 cativos (Ver tabela 30). Tudo isso demonstra que não havia atividade econômica que não houvessem escravos, mesmo que as fábricas de arroz arroladas

<sup>153</sup> Carlos de Almeida Prado Bacellar demonstrou que, tanto em 1772 quanto em 1810, depois da lavoura, a segunda ocupação das mulheres era na fiação, cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver numa vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p.165.

no mapa de 1797 não apresentassem escravos, tudo indica que se utilizavam desta mão de obra, provavelmente oriundas de outras propriedades, como os capitães João de Souza Lobo e Francisco de Amorim Lima. Pelos sobrenomes percebemos que João de Souza Lobo era parente do também capitão José de Souza Lobo, que possuía um engenho de açúcar. Utilizando do mesmo recurso, percebemos que Francisco de Amorim Lima, provavelmente era da mesma família de Antonio de Amorim Lima, possuidor de um engenho de açúcar na freguesia de Guapimirim e da Dona Maria da Conceição Cruz que fora casada com Domingos de Amorim Lima.

Tudo isso demonstra que a dispersão da mão de obra escrava tanto em diferentes segmentos da população como nas diversas atividades econômicas eram a regra na Vila de Santo Antônio de Sá.

Os serralheiros e oficiais de ofícios somente estiveram presentes na faixa de posses de 1 a 4 cativos. Isso se explica pelo fato de um lado que ambas atividades não necessitavam de muitos braços para realizá-la e, por outro, a pobreza dos mesmos. Oficiais de ofício, como os carpinteiros, ferreiros, sapateiros, tamanqueiros, pela própria atividade que exerciam, utilizavam-se de poucos, quando quase nenhum escravo, para além da força de trabalho familiar (filhos e agregados).

Os serralheiros representavam o setor mais pobre das atividades presentes no mapa de 1797 se considerarmos a posse de escravos como um indicador de riqueza. Isto porque dos 55 serralheiros, apenas 6 possuíam escravos, e apenas um possuía mais que um escravo, além disso, nenhum deles teve a metragem das suas terras registradas, o que pode significar que não as possuísse. Diogo de Carvalho Cabral sustenta a hipótese que estes mesmos serralheiros

seriam jornaleiros, pois não foi registrada nenhuma peça produzida, enquanto outros fogos (cuja produção principal não era a madeira) apresentavam esta produção.<sup>154</sup>

Posses acima de 50 cativos só foram encontradas nos engenhos de açúcar e nas fábricas de farinha, o que demonstra o peso da mão-de-obra escrava nestas atividades, além do grau de riqueza possuída pelos mesmos.

**Tabela 30– Tamanho da posse de escravo por atividade produtiva do chefe de domicílio, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

Atividade Produtiva	Faixa de Tamanho de Posses					Total
	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	acima de 50	
<b>Engenho de açúcar</b>	0	2	1	11	13	27
<b>Engenho de Farinha</b>	49	65	76	32	3	225
<b>Olaria</b>	1	0	3	1	0	5
<b>Lavradores</b>	298	110	51	12	0	471
<b>Oficiais de Ofício</b>	12	0	0	0	0	12
<b>Serralheiros</b>	6	0	0	0	0	6
<b>Taverneiros</b>	25	10	4	0	0	39
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>187</b>	<b>135</b>	<b>56</b>	<b>16</b>	<b>785</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Como afirmamos anteriormente o número médio de escravos nos engenhos do Rio de Janeiro parecem ter crescido em finais do século XVIII (ver capítulo 1).<sup>155</sup> Comparada a estatística realidade em 1778 pelo Marques de Lavradio, é digno notar o aumento dos engenhos e das escravarias dos senhores de engenho. Em 1778 os senhores de engenho que detinham mais de 50 escravos representavam apenas 17,6% do total, enquanto em 1797 esse número quadruplica, chegando próximo dos 50%. (Tabela 31)

<sup>154</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit. 2004. p.135.

<sup>155</sup>CAVALCANTI, Nireu da Silva. “Nota sobre aposse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)”.*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, USP, n.28, p.111-3.

Desse modo, podemos supor que em fins do século XVIII tenha ocorrido um processo de concentração de mão de obra escrava nas grandes unidades escravistas, fruto da recuperação econômica vivida na capitania do Rio de Janeiro naquele período, como vimos no capítulo 1. É preciso salientar também o impacto da Revolução do Haiti para a melhoria na economia açucareira no período na medida em que ela paralisou a principal produtora de açúcar no mundo criando oportunidades para outras áreas desenvolverem a sua produção.<sup>156</sup>

**Tabela 31 – Posse de escravos nos engenhos de açúcar do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1778 e 1797)**

FTP	1778		1797	
	n.	%	n.	%
<b>1 a 4</b>	0	0,0%	0	0,00%
<b>5 a 9</b>	0	0,0%	2	7,41%
<b>10 a 19</b>	3	17,6%	1	3,70%
<b>20 a 49</b>	11	64,7%	11	40,7%
<b>+ 50</b>	3	17,6%	13	48,1%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,0%</b>	<b>27</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071. Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*(76), Pt. 1, p. 289-303

Sobre quando estes engenhos foram criados, Marques do Lavradio nos informa que dois foram erguidos na segunda metade do século XVII, nove na primeira metade do XVIII, e os restantes no terceiro quartel do século XVIII até o ano de 1778, totalizando dezesseis engenhos. Em menos de vinte anos, o mapa de 1797 apresenta o número de 27 engenhos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá.

Comparando o quantitativo de escravos possuídos por estes engenhos em 1778 e em 1797, verifica-se que o número de escravos quase triplicou (de 667 para 1501 escravos). Fica patente, portanto, o crescimento econômico da região em fins do século XVIII.

<sup>156</sup> Cf. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S., op. cit., em especial o capítulo 2.

Infelizmente este mapa populacional (1797) não apresenta informações detalhadas sobre todos os chefes dos domicílios, como, por exemplo, a “cor” ou “qualidade”<sup>157</sup> (branco, negro, pardo, etc.), o status jurídico (se livre, escravo, liberto/forro), idade e local de nascimento o que dificulta uma análise mais apurada destes mesmos sujeitos.<sup>158</sup>

Foram encontrados apenas dez fogos com menção a “cor” ou “qualidade” dos chefes de domicílio, todos eles denominados de “preto forro”, sendo apenas quatro possuidores de escravos, configurando-se pequenos escravistas, com um a seis escravos. Todos estes chefes de fogos eram homens e majoritariamente casados. Nove eram lavradores e apenas um era proprietário de uma fábrica de farinha. Antonio, Preto Forro, casado, possuidor de uma fábrica de farinha, detinha 2 escravos, um homem e uma mulher. Os demais, lavradores, eram: João, Preto Forro, casado e não possuía escravos; João Paulo, Preto Forro, solteiro, sem escravos; Antonio Francisco, Preto Forro, casado, sem escravos; Francisco de Paula, Preto Forro, casado, sem escravos; Gabriel, Preto Forro, casado, sem escravos; Lucas Roiz, Preto Forro, casado, possuía uma escrava; João de Marins, Preto Forro, casado, possuía 2 escravas, ambas crianças

---

<sup>157</sup> Existe um longo debate em torno da “cor” no Brasil Colonial, se ela teria como referência as características fenotípicas dos indivíduos, como tez da pele, e outras características físicas, ou marcaria a posição social dos sujeitos, visto dessa forma como uma “qualidade” e não teria referência direta a tez da pele; e ainda aqueles que não descartam nenhum dos dois significados, sendo ambos importantes para a compreensão da sociedade colonial; cf. entre outros: LARA, Silvia Hunold Lara. *Fragmentos Setecentistas* Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, 3ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003; RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo de trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015; IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa – século XVIII*. Belo Horizonte, 2009. f.391. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

<sup>158</sup>Tanto para o quesito qualidade de cor, quanto status jurídico foram descritos apenas 10 indivíduos, todos lavradores, o que analisaremos nas próximas páginas.

; Domingos, Preto Forro, viúvo, lavrador, possuía 6 cativos, 3 homens e 3 mulheres; Pedro, Preto Forro, casado, possuía 2 escravos, um homem e uma mulher.<sup>159</sup>

Não encontramos nenhum chefe de domicílio classificado como “pardo”, contudo quando realizamos a ligação nominativa dos chefes arrolados no mapa de 1797 com aqueles presentes nos registros paroquiais, encontramos alguns destes chefes com esta “qualidade”. Citamos por exemplo, Manoel da Silva, pardo forro, que era oficial de ofício, casado; Aniceto Felix da Costa, pardo forro, taverneiro, casado com Genoveva Rosa; Antônio Francisco, denominado preto forro na lista, aparece como padrinho com a classificação de pardo forro<sup>160</sup> e Fabiano de Souza, pardo forro, serralheiro, casado com Florencia Maria.<sup>161</sup> Porém, na lista, não há menção alguma quanto a sua condição jurídica, “cor” ou “qualidade”.

A presença destes “pretos forros” na lista, a ausência de outros forros (como pardos), e a ausência total da menção a “cor” ou “qualidade” para os outros chefes de domicílio podem sugerir o desejo de marcar estes sujeitos por parte do mestre de campo. Distinguindo-os dos demais, o autor deste levantamento, teria como propósito marcar a posição social destes indivíduos? Seriam estes “pretos forros” recém-libertos e, a utilização destes termos uma forma de salientar uma preocupação com os mesmos?

É possível que tais chefes de domicílio fossem recém-libertos na medida em que apenas dez, de todos os chefes de fogos, foram caracterizados como “pretos forros”. Ao “qualificar” apenas estes chefes como “pretos” e “forros” parece-nos que o autor desta fonte tinha objetivo de especificar a posição social destes indivíduos com sua proximidade com a escravidão.

---

<sup>159</sup> *Discrição...*

<sup>160</sup> De acordo com Tostes, estas mudanças na classificação dos indivíduos demonstraria que “o peso das alianças e estratégias é tão forte nessa sociedade, que esse movimento pode ser percebido numa mesma geração; um indivíduo pode aparecer classificado/categorizado de maneiras distintas em diferentes documentos” In: TOSTES, Ana Paula Cabral. “Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime” *XIV Encontro Regional da ANPHU-Rio Memória e Patrimônio*, 2010.p.5

<sup>161</sup> Encontramos diversos outros indivíduos, porém a ausência de sobrenomes nos impossibilitou de afirmar se de fato tais sujeitos são os mesmos.

Vimos que os proprietários de fogos com escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá eram majoritariamente homens e casados. As mulheres possuidoras de fogos com escravos eram em geral viúvas. Os proprietários da faixa de mais de 50 escravos possuíam cerca de um quinto de toda escravaria do distrito da Vila e correspondem a 2,2% dos proprietários de escravos que se dedicavam a agricultura, revelando assim um alto grau de concentração da propriedade escrava neste setor. Com base nas características dos proprietários podemos seguir adiante na análise dos escravos que viviam no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá no ano de 1797.

#### **2.4 - Os escravos**

Separando os sexos da população cativa, percebemos uma proporção maior de homens (tabela 32). Ao todo 56,1% da população cativa da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1797, era masculina, um aumento de 6% com relação ao ano de 1789 (Ver capítulo 1). Havia cerca de 127 homens para cada 100 mulheres, conforme podemos observar da tabela 32.

A razão de sexo/masculinidade apresentou grandes desequilíbrios sexuais nas faixas de 1 a 4 cativos e nas grandes propriedades escravistas de mais de 50 cativos (respectivamente, 161,9 e 139,9). O mais próximo do equilíbrio foi a faixa de 10 a 19 cativos com 108,1 homens para cada cem mulheres.

Os escravos estavam concentrados principalmente na faixa de 10 a 19 e 20 a 49 cativos, correspondendo a 50,4% do total dos cativos presentes na Vila. Apesar de percentuais semelhantes, era na faixa de 10 a 19 que, como já salientamos, maior era o equilíbrio entre os sexos dos cativos. (Tabela 32)

**Tabela 32 – Proporção de homens e mulheres escravas por tamanho de posse de cativos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797)**

FTP	HOMENS		MULHERES		Total	%	R/S
	#	%	#	%			
<b>1 – 4</b>	535	61,8%	331	38,2%	866	12,7%	161,6
<b>5 – 9</b>	680	55,5%	546	44,5%	1226	18,0%	124,5
<b>10 – 19</b>	906	51,9%	838	48,1%	1744	25,6%	108,1
<b>20 – 49</b>	949	56,2%	740	43,8%	1689	24,8%	128,2
<b>+ 50</b>	750	58,3%	536	41,7%	1286	18,9%	139,9
<b>TOTAL</b>	<b>3820</b>	<b>56,1%</b>	<b>2991</b>	<b>43,9%</b>	<b>6811</b>	<b>100,0%</b>	<b>127,7</b>

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Ao analisarmos a razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e tamanho das escravarias percebemos que, na faixa de 10 a 19 escravos, havia certo equilíbrio entre os sexos em quase todas as atividades, com exceção das escravarias dos senhores de engenho, na qual a razão de sexo atingiu um patamar mais alto, chegando a 250 homens para cada 100 mulheres (Ver tabela 33). Observando novamente a faixa de 1 a 4 cativos, percebemos que em todas as atividades havia uma elevada razão de sexo, demonstrando a possibilidade ou preferência desses pequenos escravistas em obter escravos do sexo masculino.

**Tabela 33 – Razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e faixa de tamanho de posses, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

FTP	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	acima de 50	Total
<b>Engenho de açúcar</b>	-	142,9	250	161,3	158,5	158,3
<b>Engenho de Farinha</b>	195,1	141,0	108,4	121,4	74,8	117,2
<b>Olaria</b>	-	-	128,6	100	-	130,3
<b>Lavradores</b>	148,1	116,0	104,4	116,8	-	121,1
<b>Oficiais de Ofício</b>	185,7	-	-	-	-	185,7
<b>Serralheiros</b>	600	-	-	-	-	600,0
<b>Taverneiros</b>	250	137,0	107,7	-	-	149,3
<b>Total</b>	<b>161,6</b>	<b>124,5</b>	<b>108,1</b>	<b>128,2</b>	<b>139,9</b>	<b>127,7</b>



**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Analisando mais detidamente as posses de 1 a 4 cativos podemos perceber a tendência no aumento da proporção de mulheres na medida em que cresce o tamanho dessas escravarias (Ver tabela 34). Tudo nos leva a crer que tal resultado é fruto da preferência por escravos homens ou pela disponibilidade dos mesmos no mercado de escravos para os pequenos escravistas. Apesar disso, não sabemos da “qualidade” dos mesmos, isto é, se eram jovens ou velhos, doentes ou sadios, etc.; o que poderia comprometer o trabalho destes pequenos escravistas que contavam com a mão de obra escrava para a sua própria sobrevivência.<sup>162</sup>

É possível que o alto percentual de homens em relação as mulheres na faixa de posses de 1 a 4 cativos demonstre o quanto estes pequenos escravistas recorriam ao tráfico. Horácio Guitierrez,, apesar do seu estudo ser para uma área diferente da nossa, isto é, afastada dos centros dinâmicos e com uma população escrava bem menor que a encontrada na Vila de Santo Antônio de Sá, aponta que no Paraná, especificamente em Castro, entre os anos de 1803 e 1806, eram os pequenos escravistas (1 a 4 cativos) que mais recorriam ao mercado de escravos, em comparação aos médios e grandes proprietários de escravos.<sup>163</sup> Isto é, enquanto aqueles de maiores posses poderiam reproduzir sua mão de obra via reprodução interna, estes pequenos, deveriam recorrer principalmente ao mercado de escravos para obterem seus primeiros escravos

---

<sup>162</sup> Em São Paulo, para o mesmo período, Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein verificaram que a taxa de masculinidade aumentava de acordo com a faixa de tamanho de posses (Cf. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. op. cit. p. 187), para a Bahia, Barickman verificou também o aumento da taxa de masculinidade conforme o aumento do número de escravos possuídos, ver BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 255.

<sup>163</sup>GUITIERREZ, Horácio. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, nº16, p. 183.

ou aumentá-la. Eduardo França Paiva, em seu estudo para a Comarca de Rio das Velhas, no século XVIII, com base nos inventários *post-mortem* atesta para o fato que

os donos de 1 a 10 mancipios eram os mais dependentes do tráfico atlântico e dos africanos trazidos, principalmente, dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, assim como dos escravos nascidos em outras capitanias e transferidos para as minas.<sup>164</sup>

Desse modo, é possível supor, que a maioria dos escravos da faixa de 1 a 4 escravos fosse composta de africanos, apesar de sabermos que a procura no mercado de escravos não seja a única forma de obtenção dos mesmos.<sup>165</sup>

Outra informação que podemos inferir dessa tabela seria a grande dificuldade que os escravos teriam para realizarem o casamento católico, tendo em vista o número reduzido de mulheres nesta faixa de posse e os impedimentos senhoriais de casamento de escravos de propriedades diferentes.

**Tabela 34 – Proporção de homens e mulheres escravos e razão de sexo nas pequenas escravarias, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797**

<b>FTP</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>Razão de Sexo</b>
<b>1</b>	93	72,7%	35	27,3%	128	265,7
<b>2</b>	141	62,1%	86	37,9%	227	164,0
<b>3</b>	151	58,5%	107	41,5%	258	141,1
<b>4</b>	149	59,1%	103	40,9%	252	144,7

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

A baixa razão de sexo encontrado nas fábricas de farinhas com mais de 50 cativos não retrata a realidade das escravarias do período, retirando-se estas duas propriedades, restaria apenas a fábrica de Manoel Gonçalves Vidal, com 50 escravos, sendo 30 homens e 20 mulheres,

<sup>164</sup>PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.p.147.

<sup>165</sup> Entre outras citamos: herança, partilhas, dotes, pagamentos de dívidas etc.

um desequilíbrio tal que a razão de sexo chegava a 150, consoante, portanto, a tendência do aumento da razão de sexo a partir da faixa de mais de 20 cativos.

O perfil sexual dessas escravarias também era influenciado pelas características dos seus proprietários, como podemos observar através do gráfico 1. Os escravistas detinham maior proporção de homens escravos do que as mulheres proprietárias, em todas as faixas de tamanho de posse. Quando analisamos a faixa de 10 a 19 verificamos a predominância das escravas entre as mulheres escravistas.

Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein, em seu estudo sobre a sociedade e economia escravista em São Paulo na segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, argumentaram que o “sexo do proprietário foi provavelmente o fator isolado mais importante a influenciar na composição demográfica de seus cativos”.<sup>166</sup> Contudo, eles explicam que a maior proporção de mulheres nos domicílios chefiados pelas mulheres se dava as características econômicas destes fogos, voltados principalmente a produção têxtil.<sup>167</sup>

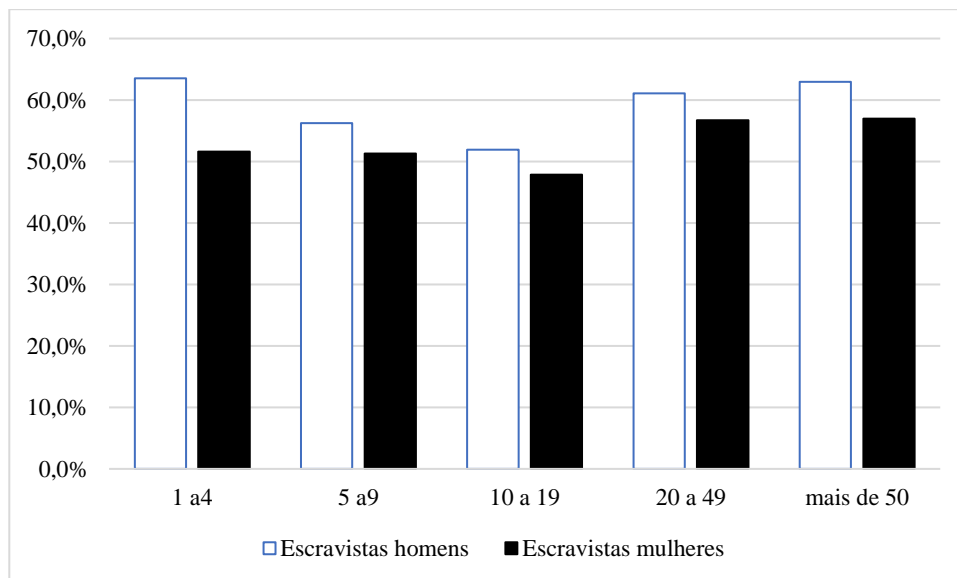
No nosso caso, as atividades produtivas das proprietárias de escravos eram praticamente as mesmas dos proprietários, como vimos na primeira seção deste capítulo. Desse modo, é perceptível que as mulheres proprietárias tivessem preferência por escravos do sexo feminino. Não nos parece ser de outro modo, afinal não era entre as proprietárias de poucos recursos (de 1 a 4 cativos), cujo cálculo econômico poderia influenciar o perfil de suas escravarias, que verificamos a preponderância das escravas.

---

<sup>166</sup> LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert, op. cit. p. 144.

<sup>167</sup> Ibid.144-145.

**Gráfico 1- Proporção de homens escravos segundo o sexo dos proprietários e de acordo com o tamanho de posses**



Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

O mapa da população do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá apesar de não apresentar dados específicos sobre a idade dos escravos e a origem (se africano ou crioulo), apresenta a divisão de crianças e adultos, nos possibilitando compreender o quantitativo populacional destes dois grupos.<sup>168</sup>

Na média geral as crianças representavam cerca de um terço do total da população escrava, como podemos observar na tabela 35. Apesar de não constar dados para as médias escravarias, os dados para o Rio de Janeiro para o período de 1790-1807 também mostram um número maior de crianças nas grandes propriedades com relação as pequenas propriedades escravistas (30,8% e 27,1% respectivamente).<sup>169</sup>

<sup>168</sup> A divisão por faixa etária foi realizada pelo autor do mapa populacional que dividiu as escravarias em “escravos maiores”, “escravos menores”, “Escravas maiores” e “escravas menores”. Contudo, não há informação da idade destes escravos. Com base na idade descritas para os filhos dos chefes de domicílio considerando que os “menores”, deveriam ter de 0 a 14 anos, e os “maiores” acima de 15 anos.

<sup>169</sup> FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto, op. cit. p.66.

Comparando-se com os dados sobre o distrito de Campos dos Goytacazes para 1785, é incrível a semelhança entre os percentuais encontrados para cada “faixa etária” de escravos. Em Campo os adultos correspondem a 72,4% do total de escravos, enquanto em Santo Antônio de Sá, perfazem 71,1%. As crianças representam, respectivamente, 27,6% e 28,9%.<sup>170</sup>

**Tabela 35 –Proporção de crianças e adultos escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (1797)**

FTP	Crianças		Adultos		Total
	#	%	#	%	#
<b>1 a 4</b>	134	15,5%	732	84,5%	866
<b>5 a 9</b>	320	26,1%	906	73,9%	1226
<b>10 a 19</b>	584	33,5%	1160	66,5%	1744
<b>20 a 49</b>	541	32,0%	1148	68,0%	1689
<b>50 +</b>	392	30,5%	894	69,5%	1286
<b>Total</b>	<b>1971</b>	<b>28,9%</b>	<b>4840</b>	<b>71,1%</b>	<b>6811</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

O maior percentual de escravos adultos se encontrava nas pequenas escravarias, de 1 a 4 cativos, correspondendo 84,5% dos escravos nessa faixa de posse. Considerando o grande desequilíbrio entre os sexos nessa faixa de posses era de se esperar tal percentual, pois possuindo pouquíssimas mulheres escravas, tais escravistas pouco poderiam esperar da reprodução natural dos seus cativos e, por outro lado, necessitando de escravos em idade produtiva para auxiliar nas tarefas laborais, possivelmente poucos iriam investir na compra de crianças cativas. Além do mais, de acordo com Manolo Florentino era baixa a importação de crianças escravas dos portos africanos “a porcentagem de escravos com menos de 10 anos de idade: 4%”<sup>171</sup>.

De acordo com Heloísa Maria Texeira, a razão da maior participação de adultos com relação as crianças ocorria:

<sup>170</sup> SOARES, Márcio de Souza, op. cit. p. 86.

<sup>171</sup>FLORENTINO, Manolo, op. cit. p. 59.

a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não iam além da unidade) e considerando a dificuldade de enlaces entre escravos de propriedades distintas, os pequenos plantéis eram menos propícios à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícios à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e a venda das crias destes pequenos plantéis para outros maiores, ou seja, um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção; e c) cada criança nascida e mantida no pequeno plantel aumenta a possibilidade de que este mesmo plantel tenha passado de pequeno a pequeno-médio (seis a dez escravos).<sup>172</sup>

O reduzido número de crianças nas faixas de 1 a 4 cativos demonstra que dificilmente estes pequenos escravistas poderiam contar com a reprodução interna dos seus cativos para o incremento de suas escravarias. Como vimos anteriormente, nesta faixa de posse era maior o desequilíbrio entre os sexos, com alta participação do elemento masculino. O diminuto tamanho dessas escravarias aliado a alta razão de sexos diminuiria em muito a capacidade de reprodução natural destas escravarias. Por outro lado, a partir de 5 cativos a proporção de crianças aumenta, variando muito pouco nas demais faixas de tamanho de posses de escravos.

A baixa proporção de crianças cativas foi também encontrada por Márcio de Souza Soares em Campos dos Goytacazes, em 1785, na faixa de 1 a 9 cativo, correspondendo a 21,9%. Nas faixas de posses seguintes, haveria um maior quantitativo de crianças escravas, chegando a 37,7% das escravarias com mais de 100 escravos.<sup>173</sup>

Diversos historiadores têm apontado sobre a importância da reprodução natural para o incremento das escravarias, porém, a maioria destas pesquisas são voltadas para regiões cuja economia estava mais voltada para a subsistência ou mercado interno. Tais pesquisas levam em conta a razão de sexo dos cativos e o percentual de crianças escravas. Nesse sentido, a baixa da

---

<sup>172</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. f.168. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001. p.80.

<sup>173</sup> SOARES, Márcio de Souza, op. cit. p. 86.

primeira variável e, por outro lado, o elevado número da segunda, levaria a taxas positivas de crescimento da população cativa.<sup>174</sup>

A Vila Santo Antônio de Sá, por outro lado, destoa das características destas regiões. Apesar de não sabermos, ao certo, o destino da sua produção econômica, a vila se encontrava numa região importante e dinâmica do Recôncavo da Guanabara, como vimos no capítulo 1. A própria dispersão da propriedade escrava e o aumento considerável da população cativa na região ao longo da segunda metade do século XVIII confirmam isso.

Nesse sentido, mesmo em áreas dinâmicas economicamente a reprodução dos escravos também se fazia através da reprodução interna e não somente por meio da exportação de cativos como novos estudos tem demonstrado.<sup>175</sup> Porém poucos foram os estudos realizados para o século XVIII, período no qual o tráfico de escravos era uma constante. No momento não somos capazes de avaliar o peso de dos dois fatores na composição das escravarias do distrito de Santo Antônio de Sá, pois não há informações referente a origem dos cativos, o que poderia demonstrar um maior número de crioulos que o de africanos, como foi encontrado em outras regiões nas quais era alta a porcentagem de crianças. No capítulo seguinte, realizaremos tal investida com base nos registros de batismos de escravos, o que poderá nos esclarecer quanto às possibilidades de reprodução natural das escravarias da vila de Santo Antônio de Sá.

Outra variável pode ser levantada quando levamos em conta a questão da antiguidade da ocupação (tema que será abordado com mais profundidade no próximo capítulo). Segundo Sheila de Castro Faria, regiões de ocupação mais antiga tendiam a ter uma proporção de sexos

---

<sup>174</sup> Para uma discussão bibliográfica em torno da reprodução natural de escravos ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, 2009. f.359. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009. Em especial o capítulo 2.

<sup>175</sup> Cf. FREIRE, Jonis, *Ibid.*; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

mais equilibrada e um número significativo de crianças cativas. Desse modo, para a freguesia de São Gonçalo da Capitania da Paraíba do Sul, no ano de 1785, ela encontrou uma razão de 126 homens para cada 100 mulheres e uma proporção de crianças cativas de 35,5%.<sup>176</sup>

O percentual de mulheres cativas crianças se mostra maior que o das mulheres adultas, em todas as faixas de tamanho de posses, e no conjunto perfaz 46,4% do total de crianças em oposição aos 42,9% das adultas, como podemos verificar na tabela 36. Desse modo, apesar de não dispormos informações relativas à origem destas crianças, na medida em que o mapa populacional não discrimina os africanos dos crioulos, podemos supor que grande parte dessas crianças tenham nascidas no Brasil, já que o número de crianças do sexo feminino demonstra ser maior que o das adultas do mesmo sexo.

**Tabela 36 – Proporção de crianças e adultos escravos por sexo e por faixa de tamanho de posses de escravos (1797)**

FTP	Crianças				Adultos			
	H	%	M	%	H	%	M	%
<b>1 a 4</b>	82	61,2	52	38,8	453	61,9	279	38,1
<b>5 a 9</b>	175	54,7	145	45,3	505	55,7	401	44,3
<b>10 a 19</b>	291	49,8	293	50,2	615	53,0	545	47,0
<b>20 a 49</b>	289	53,4	252	46,6	660	57,5	488	42,5
<b>+ de 50</b>	220	56,1	172	43,9	530	59,3	364	40,7
<b>Total</b>	<b>1057</b>	<b>53,6</b>	<b>914</b>	<b>46,4</b>	<b>2763</b>	<b>57,1</b>	<b>2077</b>	<b>42,9</b>

**Fonte:** *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Boa parte dos cativos localizados na faixa de 10 a 19 cativos se encontravam nas fábricas de farinha e junto aos lavradores, correspondendo a 93,3% como podemos verificar da análise da tabela 30. Tendo em vista que foi nesse tamanho de posses que se verificaram maior equilíbrio entre os sexos (tabela 32), e expressivo número de crianças (tabela 36), tais atividades consoantes a faixa de tamanho de posses de escravos (tabela 37), é possível que tenha sido a

<sup>176</sup> FARIA, Sheila de Castro, op. cit. p.331.



mais propícia a formação de famílias escravas, tanto legítimas, isto é consagradas pela Igreja Católica, como ilegítimas.

As atividades não-agrícolas eram compostas majoritariamente de pequenas escravarias e em nenhuma faixa de posses de cativos representou mais que 5% do total de escravos (tabela 37). Nessa faixa de posses se verificou alta razão de sexo, baixa participação de crianças, o que provavelmente pode ter repercutido no baixo número de escravos casados e viúvos, devido à política senhorial de coibir casamentos de posses diferentes, ainda que seja possível a existência de uniões consensuais não sacramentadas pela Igreja.

**Tabela 37 – Proporção de escravos por atividade produtiva e faixa de tamanho de posses de escravos, distrito de Santo Antônio de Sá, 1797**

FTP	1 a 4		5 a 9		10 a 19		20 a 49		mais de 50		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>Engenho de Açúcar</b>	0	0,0	17	1,4	14	0,8	392	23,2	1078	83,8	1501	22,0
<b>Fábrica de Farinha</b>	121	14,0	441	36,0	1019	58,4	963	57,0	208	16,2	2752	40,4
<b>Lavradores</b>	665	76,8	704	57,4	609	34,9	310	18,4	0	0,0	2288	33,6
<b>Olarias</b>	4	0,5	0	0,0	48	2,8	24	1,4	0	0,0	76	1,1
<b>Oficiais</b>	20	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	20	0,3
<b>Serralheiros</b>	7	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	0,1
<b>Taverneiros</b>	49	5,7	64	5,2	54	3,1	0	0,0	0	0,0	167	2,5
<b>Total</b>	<b>866</b>	<b>100</b>	<b>1226</b>	<b>100</b>	<b>1744</b>	<b>100</b>	<b>1689</b>	<b>100</b>	<b>1286</b>	<b>100</b>	<b>6811</b>	<b>100</b>

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Buscamos ao longo deste capítulo estudar as características demográficas do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. O quadro que emerge do estudo do mapa populacional de 1797 é de uma população em que a maioria dos chefes de fogos era de homens casados possuidores de escravos; porém, um número significativo de mulheres também foi encontrado na chefia de fogos e proprietárias de escravas.

A posse de escravos estava disseminada em todas as atividades e em amplos setores da sociedade da Vila de Santo Antônio de Sá, cerca de três quartos da população livre possuíam mão de obra escrava. O que demonstra o quanto a Vila estava integrada ao comércio atlântico de escravos. Apesar da difusão da propriedade escrava, percebemos a concentração dela nas mãos de poucos escravistas. Todos estes dados salientam o caráter agrário da região que viemos destacando ao longo deste capítulo.

É a partir deste retrato, que iremos nos debruçar na análise da família escrava através dos registros paroquiais da Vila de Santo Antônio de Sá, buscando compreender o modo como os escravos conseguiram estabelecer uma rede de solidariedade entre si e com o mundo dos livres, forros e libertos.

### Capítulo 3 – Família escrava: casamentos, batismos e compadrio

Neste capítulo abordaremos alguns aspectos da família<sup>177</sup> escrava, como o casamento e o batismos de cativos e compadrio. Na primeira parte analisaremos a evolução dos casamentos e batismos ao longo do período compreendido pelos livros paroquiais de casamentos (1756-1809) e batismos (1771-1809), com isso pretendemos observar o crescimento da população escrava durante o período, que como discutimos no capítulo 1, foi acompanhada por uma relativa melhora da economia da capitania do Rio de Janeiro, possibilitando o incremento da força de trabalho escrava, seja via tráfico, seja por reprodução endógena.

Na segunda parte acompanharemos, por meio da quantificação e construção de séries, com base nos registros de batismos de escravos, as escolhas dos padrinhos e madrinhas das crianças cativas, incluindo aí, as próprias características dos pais destas crianças.

Na última parte deste capítulo, de modo a compreender a variação das escolhas dos padrinhos conforme o perfil das escravarias, isto é, se majoritariamente crioulo ou africano, analisaremos duas grandes escravarias (mais de 50 cativos). Estes perfis estão diretamente relacionados ao grau de antiguidade dos proprietários de escravos na região.

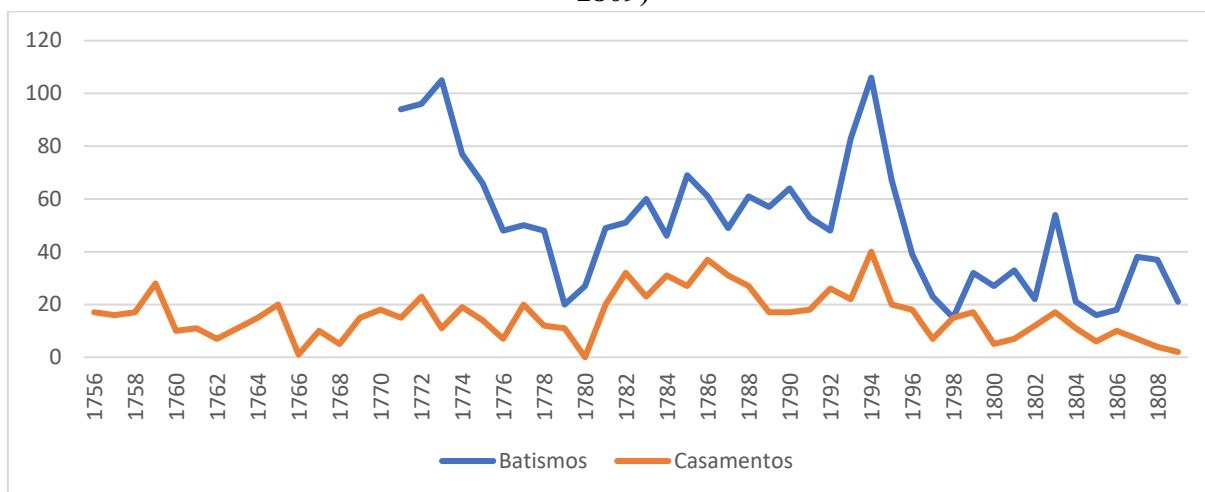
Nosso banco de dados possui 859 casamentos de escravos compreendendo todo o período que vai de 1756 a 1809, já os batismos de escravos totalizam 1995, sendo 1.952 (97,8%) batismos de inocentes e 43 de adultos (2,2%), entre 1771 e 1809.

Iniciaremos a nossa análise pela distribuição anual de batismos de crianças cativas e de casamento de escravos ao longo do período com base no gráfico 2. Excluimos do nosso gráfico 2 os batismos de adultos que foram pouco significativos ao longo de todo o período.

---

<sup>177</sup> Consideramos família não somente a nuclear (pais e filhos), como também a extensa, incorporando inclusive pessoas não aparentadas através das relações de compadrio.

**Gráfico 2 - Batismos, casamentos de escravos na Vila de Santo Antônio de Sá (1756-1809)**



Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809)*, *Livro de Casamentos de Escravos (1756-1809)* da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

A série de dados relativos aos casamentos de cativos se mostra mais completa do que a dos batismos, conforme podemos observar do gráfico acima. Com exceção da primeira metade da década de 1770, as curvas referentes aos batismos de escravos, nos anos subsequentes, se apresentam semelhantes à de casamentos, isto é, tantos os picos quanto as quedas se mostram muito próximas para ambas as variáveis. Isto pode nos levar a pensar que, talvez, quanto mais houvesse casamentos sacramentados pela Igreja Católica, maior era o número de nascimento crianças escravas, mesmo sabendo que o número de crianças ilegítimas (com a ausência do pai no registro) era frequente nos registros de batismos de escravos.

Apesar disso, é necessário problematizar o período de 1771-1775, pois o que explicaria o alto número de batismos em comparação ao número de casamentos de escravos caso acreditássemos que o casamento influía no número de nascimentos. Provavelmente isto seria reflexo do número de relações ilegítimas no período. É possível que nesta época, as pequenas posses de escravos fossem em maior número que no ano de 1797 (ver capítulo 2). As pequenas escravarias tinham dificuldades de encontrar parceiros dentro das mesmas escravarias, devido

o restrito número de escravos e por conta dos impedimentos senhoriais quanto a realização de matrimônios de escravos pertencentes a propriedades diferentes.

Ainda sobre o gráfico 2, quando analisamos a primeira década do século XIX, observamos uma queda tanto dos batismos quanto dos casamentos, apesar da população continuar crescendo conforme vimos no capítulo 1.

**Tabela 38 - Média de batismos e casamentos de escravos por década e percentual de legitimidade na freguesia de Santo Antônio de Sá, 1771-1809**

<b>Décadas</b>	<b>Média de batizados por ano</b>	<b>Média de casamentos por ano</b>	<b>Média da taxa de legitimidade por ano</b>
<b>1771-1780</b>	46,8	13,2	35,3%
<b>1781-1790</b>	56,7	18,3	33,8%
<b>1791-1800</b>	64,9	26,2	37,4%
<b>1801-1809</b>	49,3	25,5	41,1%

**Fonte:** *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809)*, *Livro de Casamentos de Escravos (1756-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quando realizamos o levantamento das médias anuais, tanto de batismos e casamentos, algumas tendências são mais pronunciadas. Conforme podemos observar na tabela 38, há um aumento progressivo no número médio de batismos e casamentos de escravos por ano no período de 1771 até 1800, com uma queda no período seguinte. Na década de 1770 foram batizadas em torno de 47 crianças cativas por ano, em 1780, 56,7 batismos por ano e, em 1790, chega-se ao ápice para o período, com cerca de 64,9 batismos de escravos por ano. Na década de 1800, há uma sensível queda no número de batismos.

Os casamentos seguem o mesmo ritmo, na década de 1770 foram realizados, em média, 13 enlacs matrimoniais por ano, na década seguinte 18 casamentos por ano, e na década de 1790 chega-se a 26 casamentos por ano.

Conforme apontamos no penúltimo capítulo e analisaremos ao longo deste, o incremento populacional deve ser analisado tanto pela influência que o tráfico de escravos na região por conta do aumento dos desembarques de africanos como vimos no capítulo 1, como

também pela reprodução natural destes escravos. Ambas as estratégias foram utilizadas pelos senhores para aumentar as suas escravarias, mas é claro que as conjunturas econômicas podem ter influenciado a presença mais significativa de uma destas estratégias em oposição a outra.

Comparando as taxas de legitimidade da freguesia de Santo Antônio de Sá, com outras regiões do Rio de Janeiro, percebemos um percentual abaixo daquele encontrado, por exemplo, por Sheila de Castro Faria, nas freguesias de São Salvador e São Gonçalo do Campos dos Goytacazes. Em São Salvador, entre 1753 a 1800, 46,6% das crianças levadas a pia batismal eram fruto de uniões legítimas, já em São Gonçalo, em 1771 a 1786, 45,9%. Assim como em Santo Antônio de Sá houve um crescimento no percentual de crianças de pais legítimos ao longo das décadas da segunda metade do século XVIII, variando de 37% à 51% do total de batismos.<sup>178</sup>

Consideramos tais percentuais altos em comparação as outras regiões do Brasil, contudo é importante considerar a existência de grandes escravarias, responsáveis por taxas igualmente grandes de legitimidade. Tânia Maria Gomes Nery Kjerfve por exemplo, ao lidar com os mesmos registros de batismos da freguesia de São Gonçalo de Campos dos Goytacazes utilizados por Sheila, percebe que, excetuando três grandes engenhos, que detinham 53% de toda escravaria da freguesia, o índice de legitimidade cai para 35,9%. Próximo, portanto, da freguesia de Santo Antonio de Sá (38,6%).<sup>179</sup>

Ainda assim resta-nos o caso da freguesia de São Salvador de Campos dos Goytacazes, também analisado pela Tânia, possuíam percentual igualmente alto de legitimidade. É possível que seja alta a participação das escravarias dos engenhos na composição deste percentual, já

---

<sup>178</sup> FARIA, Sheila de Castro Faria, op. cit. p. 325.

<sup>179</sup> KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. *Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII*, Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói, 1995. p.148.

que, os engenhos em São Salvador correspondem a 27,9%, ou seja, 124 dos 445 domicílios escravistas, representando, portanto, um número realmente considerável dentro do total de domicílios.<sup>180</sup>

Entre 1771 a 1775, foram registrados 4 batismos de adultos na freguesia de Santo Antônio de Sá e no quinquênio seguinte, apenas 2. De 1781 a 1785 foram registrados apenas 1 batismo. No período seguinte temos o abrupto crescimento de batismos de adultos, que chega a cifra de 19 cativos e entre 1791 à 1795 este número sofre uma queda, ainda que continuamente alta, isto é, foram registrados 13 batismos de adultos africanos. Em fins do século XVIII se apresentam apenas 4 registros de batismos de africanos e, na primeira década do século XX não houve nenhum batismo de adultos.

Em outras freguesias rurais do Rio de Janeiro, foram apresentados percentuais semelhantes, os adultos não chegam aos 10% do total de batismos: na freguesia de São Gonçalo, Marcelo Inácio de Oliveira Alves verificou que entre 1722 a 1794, apenas 90 dos 1.868 batismos eram de adultos, isto é, 4,8% de todos os batismos; na freguesia do Engenho Velho, entre 1642 a 1759, 1,17% (11 de 939 batismos); em Irajá, de 1750 a 1759, 8,2% e em Jacarepaguá para o mesmo período, 4,0% dos 337 batismos.<sup>181</sup> Enquanto nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro estes percentuais foram bem maiores: em conjunto as freguesias da Sé,

---

<sup>180</sup> KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery, op. cit.. p.146.

<sup>181</sup> ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. "Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século XVIII" In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl-Heinz (orgs.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. A escravidão moderna no Atlântico sul português*. Belém: Editora Açaí, volume 16, 2014. Pp.141-158; AMANTINO, Marcia Sueli. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. Dissertação de Mestrado.FCSH: Departamento de História. 2016 p.75. FRAGOSO, João. *Á Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.2005. pp.194-195.



Candelária, São José e Santa Rita, entre 1718 a 1760, 28,7% dos 9.269 registros de batismos eram de adultos.<sup>182</sup>

Tudo isso corrobora com a hipótese de que muitos dos escravos africanos que não foram batizados nos portos de embarque na África foram batizados no porto de desembarque, isto é, nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro. Essa mesma hipótese é apontada por José Flávio dos Santos, quando analisa o grande número de escravos africanos sendo batizados no estudo já apontado acima de Mariza Soares.<sup>183</sup>

De acordo com Carlos de Almeida Prado Bacellar o batismo de adultos feito tanto nos portos de embarque como nos portos de desembarque, nos levam a questionar a qualidade desse batismo, pois

uma vez que se exigia, desse futuro católico, a comprovação, através da resposta a diversas questões feitas por um vigário, do domínio das principais questões da fé. O que exigiria, supomos, algum domínio da língua portuguesa, e, portanto, algum tempo de imersão junto a seus captores – o que dificilmente seria o caso. Não seria absurdo deduzir que esse batismo fosse promovido da maneira possível, e não da maneira ideal. Além disso, um ponto central do batismo restava mal-arranjado: o apadrinhamento. Fosse o ato realizado na África ou no porto de chegada, os padrinhos então escolhidos necessariamente ficariam para trás, uma vez que o cativo recém-chegado fosse vendido e encaminhado para seu novo senhor – no caso, na vila de Itu.<sup>184</sup>

No total de 44 batismos de adultos africanos, 24 eram homens e 20 mulheres. Desse modo, considerando apenas os adultos, havia um relativo equilíbrio entre os sexos.

---

<sup>182</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor – identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p.24.

<sup>183</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.88.

<sup>184</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília/UNB, ANPUH, 2017. p.8.

### 3.1 - Padrinhos e madrinhas de escravos

Partiremos para a análise dos padrinhos e madrinhas das crianças recém-nascidas procurando compreender o perfil dos mesmos. Antes, porém, de analisar o apadrinhamento dos cativos é necessário realizarmos algumas ressalvas.

Foram muitos os casos em que a condição social dos padrinhos e madrinhas estava ausente, para tentarmos minimizar o número de indivíduos com a condição social não mencionada procuramos averiguar a repetição dos nomes dos padrinhos e madrinhas em outros registros de batismos afim de verificar se nestes haveria menção a sua condição social. Nossa busca teve resultado positivo na quantificação dos forros, na qual, na maioria dos casos, os nomes eram seguidos dos sobrenomes. O resultado desta busca foi a diminuição do número de livres, que consideramos ainda estar sobrepujada devido a omissão da condição social dos padrinhos.

Ainda assim, ocorreu um número razoável de padrinhos com apenas um nome, principalmente na década de 1780. A ausência de sobrenome para nós representa um indicativo de que tais padrinhos sejam escravos pois inclusive os forros possuem sobrenome. Esses casos foram agrupados sob o termo “indeterminado”, grafado na tabela abaixo (tabela 39).

De acordo com Alida Metcalf as relações de compadrio poderiam ser horizontais ou verticais, de acordo com o objetivo dos pais dos filhos levados a pia batismal. Desse modo, o compadrio escravo, seria uma

estratégia encaminhada pelos cativos consistia, aparentemente, em uma opção entre a vinculação horizontal de seus filhos a outros escravos, ou a vertical a indivíduos da classe senhorial. Cada estratégia comportava sua própria lógica: ao escolherem pessoas livres, e possivelmente senhores, para ser padrinhos de seus filhos os pais esperavam providenciar para estes acesso a indivíduos de maior poder na comunidade. Ao escolherem padrinhos escravos, por outro lado, uniam seus filhos à comunidade

escrava. Estes vínculos serviam para reforçar os laços que os escravos tinham entre si.<sup>185</sup>

**Tabela 39 – Condição Jurídica dos padrinhos e madrinhas de filhos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá, 1771 a 1809**

Condição Jurídica	Padrinho		Madrinha		Total
	N	%	N	%	
<b>Livre</b>	942	49,0%	562	41,1%	1504
<b>Escravo</b>	762	39,6%	649	47,5%	1411
<b>Forra</b>	168	8,7%	139	10,2%	307
<b>Indeterminado</b>	3	0,2%	2	0,1%	5
<b>N/C</b>	49	2,5%	14	1,0%	63
<b>Total</b>	<b>1924</b>	<b>100,0%</b>	<b>1366</b>	<b>100,0%</b>	<b>3290</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809). Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Na freguesia de Santo Antônio de Sá ocorreu uma ligeira preferência por padrinhos livres representando 49%, e os escravos 39,6%, conforme podemos ver através dos dados dispostos na tabela 39. Somando-se os padrinhos escravos com aqueles no qual não consta a condição jurídica chegamos a 42,1%. Considerando a proximidade dos forros com o mundo das senzalas, poderíamos somar este percentual (42,1%) com o de número de forros (168), e chegaríamos a proporção de 51,8%, compondo, portanto, mais da metade dos pais espirituais.

Nas freguesias rurais do Rio de Janeiro encontramos percentuais semelhantes. Sheila de Castro Faria, encontrou para as freguesias campistas de São Salvador (1753 a 1788) e São Gonçalo (1770 a 1786), 56,2% e 55,8% respectivamente, dos padrinhos compostos por escravos<sup>186</sup>. Do mesmo modo, Kjerfve e Brugger, ao se debruçarem sobre a Região de Campos, especificamente na freguesia de São Salvador, entre 1754 e 1766, perceberam que 45,8% dos padrinhos eram de condição escrava, e somando-se os cativos com os indivíduos de condição forra, tal percentual chega a 49,1%<sup>187</sup>. Ao que tudo indica, o aumento da participação dos

<sup>185</sup> METCALF, Alida C. A Família Escrava no Brasil Colonial: Um Estudo de Caso em São Paulo. *História e População - Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990 p.105.

<sup>186</sup> FARIA, Sheila de Castro Faria, op. cit. p.321.

<sup>187</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERFVE, T.M.N. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 1991, n.20. p.230.

escravos no compadrio pode ter relação com o aumento da população cativa na região. Em Campos, os censos demonstram um grande crescimento da população na segunda metade do século XVIII, conjuntamente com o *rush* canavieiro, o que vai transformá-la na principal região agro-exportadora da capitania.<sup>188</sup>

Na freguesia de São Gonçalo, no Recôncavo da Guanabara, entre 1743 e 1768, Elisângela Melo, verificou uma menor participação de escravos como padrinhos, representando 34% do total de padrinhos, enquanto os livres respondiam com 61%.<sup>189</sup> Marcelo Alves, também estudando o compadrio escravo na freguesia de São Gonçalo, porém lidando com um recorte temporal maior (1722 a 1794), encontrou resultados semelhantes: 61,9% do total de 1.635 padrinhos eram livres e apenas 34,2% eram escravos.<sup>190</sup> Tais percentuais são semelhantes a outras freguesias da capitania do Rio de Janeiro.

João Fragoso, para Jacarepaguá (1752-1759), Irajá (1750-1759) e Campo Grande (1750-1759) encontrou, respectivamente, 38%, 39,7% e 32,2% de padrinhos escravos.<sup>191</sup> Podemos perceber nestes percentuais um certo equilíbrio provocado provavelmente pelas características demográficas da região.

Em finais do século XVIII, a proporção de padrinhos escravos teria se elevado em Irajá. Do total de 477 mães escravas, 49,5% escolheram padrinhos também escravos.<sup>192</sup> Apesar desse incremento de padrinhos escravos, pouco teria se alterado a distribuição da propriedade escrava, caso acreditemos que os registros de batismos permitam vislumbrar a posse de escravos. De

---

<sup>188</sup>SOARES, Marcio de Souza, op. cit. p. 76.

<sup>189</sup> MELO, Elizângela. *Os Santos óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. São Gonçalo, 2011. f.97. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.p. 63.

<sup>190</sup> ALVES, Marcelo, op. cit. p.91

<sup>191</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2005. p. 199.

<sup>192</sup> FRAGOSO, João. “Efigênia, angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial.”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010,p.89.

acordo com Fragoso, do total de “senhores com até três registros somavam 307 proprietários, ou 88% do total, e detinham 56,7%, dos batizados da época”.<sup>193</sup>

Também, em Jacarepaguá, ocorreu um aumento do número de padrinhos escravos, no final do século XVIII, em a *Paz das Senzalas*, Manolo Florentino e José Roberto Góes, afirmam que, no período de 1795 a 1805, dois terços dos padrinhos das crianças cativas eram escravos.

194

É possível que esse aumento de padrinhos escravos seja reflexo do aumento da população escrava nessas regiões, principalmente nas maiores escravarias. Provavelmente, fruto do tráfico de escravos que crescera no final do século XVIII, como apontamos no primeiro capítulo.

Entre as madrinhas o quadro se inverte, com uma preferência por pessoas de igual condição conforme podemos depreender da análise da tabela 39. Nesse sentido, as escravas perfazem o total de 47,5%. Uma tendência também encontrada por Kjerfve e Brugger para Campos, no qual as madrinhas escravas representam 54,1% do total de madrinhas<sup>195</sup>. Na freguesia de São Gonçalo no Recôncavo da Guanabara, entre 1743 e 1768, no universo de 608 madrinhas, 52,1% eram escravas.<sup>196</sup> E entre 1722 e 1794, 50,9% das madrinhas eram também escravas.<sup>197</sup>

De acordo com Tania Kjerfve e Silvia Brugger essa preferência por madrinhas escravas talvez tenha se devido ao fato da “preocupação das mães em travar relações com mulheres que,

---

<sup>193</sup> FRAGOSO, João. O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.. p.191.

<sup>194</sup> FLORENTINO, M.; GÓES, J. R.. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 p. 92.

<sup>195</sup> KJERFVE, T. M. G. N.; BRUGGER, S. M. J., op. cit. p. 230.

<sup>196</sup> MELO, Elisângela, op. cit. p. 61.

<sup>197</sup> ALVES, Marcelo, op. cit. p. 93.

efetivamente, pudessem ajudar ou, mesmo, levar a cabo a educação de seus filhos em caso de sua morte” enquanto a preferência por padrinhos livres talvez “obedecesse à preocupação mais pragmática de criar relações com pessoas que pudessem auxiliar os cativos em qualquer questão futura”.<sup>198</sup>

Diversos historiadores têm afirmado que o grande percentual de escravos apadrinhando crianças cativas tem relação ao tamanho das escravarias, entre outros Roberto Góes, ao afirmar que a escolha dos padrinhos era condicionada, em grande medida, pelo tamanho das posses.<sup>199</sup> Da mesma forma, Ana Maria Lugão Rios, argumenta que “escravos de pequenos plantéis preferiam escolher pessoas livres para padrinhos de seus filhos, ao passo que nos grandes plantéis a escolha de outros escravos para padrinho foi largamente majoritária.”<sup>200</sup>

Por outro lado, Silvia Brugger ao perceber o aumento de padrinhos escravos na década de 1840 em São João Del Rey argumenta que isso se deve ao fato de que, nos anos que antecederam o fim do tráfico, ocorreu uma expressiva entrada de africanos no Brasil.<sup>201</sup> E que isto representaria o fortalecimento da “comunidade africana” entre os escravos.

Acredito que ambos os fatores, isto é, o tamanho da escravaria e a quantidade de africanos na mesma, tenham sido importantes na configuração das relações de compadrio escravo, em grandes escravarias, onde a possibilidade de encontrar um companheiro de mesma

---

<sup>198</sup> KJERFVE, T. M. G. N.; BRUGGER, S. M. J, op. cit. p. 230.

<sup>199</sup> GÓES, José Roberto. *O cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Niterói, 1990. f.. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 103.

<sup>200</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. Niterói, 1990. f.130. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1990.p.245; ver também RIOS, Ana Maria Lugão “The politics of kinship. Compadrio among slaves in Nineteenth-Century Brazil” en *The History of Family. An International Quarterly*, vol. 5, nº 3, 2000.

<sup>201</sup>BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850.” In: *XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004*, Caxambu. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_119.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf), p. 6.

origem, pode ter contribuído para os laços de compadrio entre os africanos. Analisaremos tais variáveis ao longo deste capítulo.

Foram pouquíssimos os casos em que os proprietários apadrinhavam os seus cativos. Ao todo, encontramos apenas 9 registros em que o senhor de escravo aparecia como padrinho dos filhos dos seus escravos, destes registros computamos 6 senhores: José Fernandes, Luiz Antonio Barreto, Ignácio Lopes dos Reis, João Andrade, João de Deus e Felipe da Graça Braga.

Destes 6, só encontramos referência no mapa populacional de 1797 a João de Deus, nele João aparece como lavrador, não possuindo nenhum escravo. João de Deus aparece nos registros de batismos como sendo “pardo forro”. Ele apadrinhou apenas um cativo de sua escravaria, no dia 24 de setembro de 1793: Antônio, filho de Joana, escravos do dito. Além destes, ele aparece como proprietário de Damaceno, filho de Catarina “cabra”, batizado em 11 de março de 1803.

Senhores servirem como padrinhos dos filhos dos seus cativos foi algo muito raro. Gudeman e Schwartz ao estudar o compadrio escravo no Recôncavo Baiano na década de 1780, não encontraram sequer um registro deste tipo.<sup>202</sup> De acordo com estes autores haveria incompatibilidade entre a posse de escravos e o parentesco espiritual. Desse modo, foi preciso que estas relações fossem mantidas separadas, de tal modo, que tais autores questionam a possibilidade da existência de relações paternalistas entre senhores e escravos.<sup>203</sup>

Do mesmo modo, Roberto Guedes, em seu estudo sobre o compadrio escravo na freguesia de São José do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, também constatou

---

<sup>202</sup> GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. op. cit. p.40.

<sup>203</sup> GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Ibid. p.45

a ausência de compadrio entre senhores e escravos.<sup>204</sup> Por outro lado, na paróquia da Sé de São Paulo, Maria de Fátima Rodrigues das Neves demonstrou que 19 senhores apadrinharam seus cativos.<sup>205</sup> Em Montes Claros (MG), Tarcísio Botelho confirmou a mesma tendência: apenas 11 senhores serviram como padrinhos de suas escravarias.<sup>206</sup> E em São João del Rei, entre 1736 e 1850, Silvia M. J. Brugger demonstrou que apenas 1,1% (150) dos filhos de cativas foram apadrinhadas por seus proprietários.<sup>207</sup>

Retomando os nossos dados quanto o apadrinhamento de crianças cativas na freguesia de Santo Antônio de Sá, observamos na tabela 39 que quando analisamos os percentuais dos padrinhos e madrinhas livres e escravas as diferenças são mais perceptíveis. Os padrinhos livres predominavam (49%), enquanto entre as madrinhas as escravas foram majoritárias (42,9%). De acordo com Gudeman e Schwartz, a busca por padrinhos livres seria uma estratégia dos escravos “para garantir um possível aliado ou protetor”.<sup>208</sup> Brugger vai além, afirmando que

A opção por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças “para cima”. Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado dos afilhados.”<sup>209</sup>

---

<sup>204</sup> GUEDES, Roberto. *Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

<sup>205</sup> NEVES, Maria de F. Rodrigues das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e população*. São Paulo: Abep/Iussp/Celade, 1989.p.242.

<sup>206</sup> BOTELHO, Tarcísio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1997, v.3. p.114.

<sup>207</sup> BRUGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p.286.

<sup>208</sup> GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. op. cit. p.47.

<sup>209</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, MG, Setembro de 2004. p.4.



Robert Slenes afirma que “a formação dos laços frequentemente extrapolava os limites do cativoiro” e que “o raciocínio que pauta a escolha de compadres” seria “a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos”.<sup>210</sup> Desse modo o autor cita diversos exemplos de escravos que puderam contar com a ajuda dos seus compadres, principalmente para a obtenção de alforria. Contudo, essa relação de dependência em relação aos senhores e outros homens livres, poderia gerar certo desconforto entre os cativos, na medida em que estes escravos deveriam realizar “um constante esforço de dirimir as dúvidas dos parceiros a respeito do lado em que estava, de fato, sua lealdade.”<sup>211</sup>

Por outro lado, a escolha de uma madrinha escrava tenderia para outros objetivos dos cativos. Segundo Schwartz, esta estratégia tende a “levar em conta a possibilidade de, em caso de morte da mãe, a madrinha escrava assumir responsabilidade pela criação do afilhado”.<sup>212</sup>

Voltando a tabela 39, percebemos a presença dos forros como padrinhos e madrinhas, totalizando 9,3%. Os padrinhos/madrinhas forros em Jacarepaguá, entre 1750 a 1759, perfaziam 19%<sup>213</sup>. Em São Salvador de Campos dos Goytacazes, ex-escravos estavam presentes em 3,3% do total de padrinhos.<sup>214</sup>

Dividindo os padrinhos/madrinhas forras percebemos que as madrinhas superavam os padrinhos, perfazendo 10,1% do total, enquanto os padrinhos representavam 8,7%. Em São Gonçalo encontramos resultados semelhantes, ou seja, no apadrinhamento as forras tinham preferência em relação aos forros, representando 6,8% e 4,4% do total de padrinhos.<sup>215</sup>

---

<sup>210</sup> SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luís (org.) História da Vida Privada, Vol II: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.p.271.

<sup>211</sup> SLENES, R. W. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.). História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia. das Letras, 1997.p.271.

<sup>212</sup> SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001. P.283.

<sup>213</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2005. p. 208.

<sup>214</sup> KJERFVE, T. M. G. N.; BRUGGER, S. M. J., op. cit. p..230.

<sup>215</sup> MELLO, Elisangela, op. cit. p.151.

## Padrinhos de acordo com a legitimidade dos filhos

Após verificarmos a condição jurídica dos padrinhos, partiremos para a análise dos mesmos conforme a situação de legitimidade dos afilhados. Observando a tabela 40, é perceptível a preferência de pais casados por companheiros do cativo como compadres e comadres. Os padrinhos escravos representavam 51,2% dos padrinhos presentes no batismo de filhos de casais e as madrinhas 57,8%.

Tais dados são semelhantes ao encontrado em outras freguesias rurais do Rio de Janeiro. Na freguesia de São Gonçalo do Campos dos Goitacazes, entre 1770 e 1786, os escravos eram, em maior proporção, padrinhos de filhos legítimos do que de naturais representando 63,3% dos padrinhos de filhos legítimos. Do mesmo modo ocorre nas freguesias de Jacarepaguá, Irajá e Campo Grande, entre 1750-59, nos quais os padrinhos escravos de filhos de casais correspondem, respectivamente, 47,9%, 51,6% e 43,5%.<sup>216</sup> Cerca de vinte anos depois, em Irajá, de 1782 e 1790, os escravos representavam 64,9% do total de padrinhos de filhos de mães casadas e entre as mães solteiras, 38,3%.<sup>217</sup> Desse modo podemos perceber que os escravos casados tendiam a escolher padrinhos também escravos.

**Tabela 40 - Condição jurídica de padrinhos e madrinhas segundo a condição de filiação das crianças batizadas em Santo Antônio de Sá, entre 1771 e 1809**

Condição Jurídica	Padrinhos				Madrinhas			
	Legítimas		Naturais		Legítimas		Naturais	
	N	%	N	%	n	%	N	%
<b>Livre</b>	271	37,1%	654	56,9%	159	29,6%	393	49,0%
<b>Escravo</b>	374	51,2%	366	31,8%	311	57,8%	322	40,1%
<b>Forra</b>	58	7,9%	106	9,2%	57	10,6%	82	10,2%
<b>Ind.</b>	0	0,0%	3	0,3%	1	0,2%	1	0,1%
<b>N/C</b>	28	3,8%	21	1,8%	10	1,9%	4	0,5%
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>100,0%</b>	<b>1150</b>	<b>100,0%</b>	<b>538</b>	<b>100,0%</b>	<b>802</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809). Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>216</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2006. p. 201-202.

<sup>217</sup> Realizamos este cálculo com base na tabela 11.1 do artigo FRAGOSO, João, op. cit., 2009. p.198.

Por outro lado, as mães solteiras tiveram, - isto é, cujos filhos são considerados naturais -, majoritariamente, por compadres e comadres pessoas livres, sendo, 56,9% de padrinhos e 49% de madrinhas nesta condição (ver tabela 40). Em segundo lugar estariam os escravos como padrinhos/madrinhas de crianças de mães consideradas solteiras, com 32,7% e 27,6% respectivamente.

A ausência de padrinhos e madrinhas era maior nos filhos de mães consideradas solteiras, ou seja, de crianças ditas “naturais de fulana” conforme podemos observar na tabela 40. Nesse sentido, a ausência de madrinhas entre as mães solteiras foi de 32,7% contra 28,2% nos batizados de filhos de casais. A ausência de padrinhos foi, por sua vez, de 2,5% e 3,1% entre as mães solteiras e os filhos de casais. Podemos perceber que estas ausências levaram, conseqüentemente, a uma redução das madrinhas consideradas livres em relação aos padrinhos livres de filhos de mães solteiras, porém, o mesmo não acontece com as escravas e forras em relação aos padrinhos da mesma condição jurídica. Desse modo, quando comparamos os padrinhos do mesmo estrato social, a importância das madrinhas livres entre as mães solteiras é, portanto, menor, mas não com relação às madrinhas escravas e forras.

Apesar dos registros de batismos de escravos não serem a fonte mais confiável para estudar a distribuição da propriedade escrava a utilizaremos para compreender tendências do compadrio escravo conforme o tamanho da escravaria.

Como podemos observar da tabela 41, os casais de escravarias com 10 ou mais registros de batismos procuraram majoritariamente escravos como padrinhos. Do total de 253 padrinhos (livres + escravos) nesta faixa de registros, 66,4% eram escravos. Além do mais, boa parte desses casais estavam nas propriedades de mais de 50 cativos, que eram majoritariamente, domicílios com engenhos, como vimos no capítulo 2. Dos 12 proprietários nesta faixa de registro de escravos com seus respectivos cônjuges, 10 eram senhores de engenho.

Já os registros de dez ou mais inocentes, filhos de mães solteiras, temos onze proprietários, sendo seis proprietários de engenho também presentes nos registros de casais.

**Tabela 41 - Padrinhos livres e escravos por faixa de registro de batismos de escravos (1771-1809)**

Faixa de Registros	reg. cas.	padr.liv.		padr.esc.		Total	reg. sol.	padr.liv		padr.esc		total
	n.	%	n.	%	n.		%	n.	%			
> de 10	299	85	33,6	168	66,4	253	165	71	50,7	69	49,3	140
7 a 9	81	30	44,8	37	55,2	67	98	50	61,7	31	38,3	81
4 a 6	120	47	43,1	62	56,9	109	260	151	66,5	76	33,5	227
1 a 3	255	107	50,0	107	50,0	214	673	382	67,0	188	33,0	570
<b>Total</b>	<b>755</b>	<b>269</b>	<b>41,8</b>	<b>374</b>	<b>58,2</b>	<b>643</b>	<b>1196</b>	<b>654</b>	<b>64,2</b>	<b>364</b>	<b>35,8</b>	<b>1018</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Se as preferências nas formas de compadrio acompanham o tamanho da escravaria, isto é, quanto maior é a escravaria maiores as possibilidades dos escravos procurarem padrinhos de igual condição, acredito que a naturalidade ou procedência das mães também possa interferir nas preferências por padrinhos de condições diferentes. Desse modo, é possível que mães africanas tendam a buscar padrinhos de igual condição social enquanto as mães crioulas buscariam preferencialmente pessoas de condição social superior.

Dos 1951 registros de inocentes, apenas 455 registros, isto é, cerca de 1/3 dos registros, consta com a naturalidade ou procedência das mães das crianças cativas. Observando a tabela abaixo, percebemos que as mães africanas tendiam a escolher majoritariamente padrinhos também escravos enquanto as crioulas tinham preferencias por padrinhos livres (tabela 42).

**Tabela 42 - Padrinhos livres, escravos e forros dos filhos das mães escravas (1771-1809)**

	Registros		padr. esc.		padr. liv.		padr. forro		Total de padrinhos
	n.	n.	%	n.	%	n.	%	n.	
<b>Afr. Casadas</b>	92	64	71,9%	16	18,0%	9	10,1%	89	
<b>Afr. Solteiras</b>	111	51	48,6%	41	39,0%	13	12,4%	105	
<b>Cri. Casadas</b>	66	22	33,8%	36	55,4%	7	10,8%	65	
<b>Cri. Solteiras</b>	186	40	22,0%	123	67,6%	19	10,4%	182	

**Fonte:** *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

De acordo com Roberto Guedes, o maior percentual de padrinhos livres entre as crioulas indicaria “a maior proximidade que crioulas tiveram ao universo de livres forros”.<sup>218</sup> Fragoso argumenta, do mesmo modo, que as crioulas e as pardas tinham mais chances de estabelecer aliados entre os livres.<sup>219</sup>

Acredito que tais escolhas tenham relação com o tempo de convívio dos cativos na sociedade colonial. Os crioulos, nascidos na América Portuguesa, conheciam melhor o funcionamento daquela sociedade que os africanos, e estejam mais preocupados com a mobilidade social que estes últimos. Ou seja, a escolha dos padrinhos estava relacionada as estratégias desenvolvidas pelos cativos de acordo com seu tempo de convívio na sociedade colonial.

Os africanos, recém-chegados na colônia, estavam mais preocupados em estabelecer contatos com seus companheiros de infortúnio, de modo a melhor sobreviver ao cativeiro, que os crioulos, mais preocupados em estabelecer alianças com pessoas de status superior, vislumbrando melhores condições de vida para si e para os seus filhos. De todo modo, isso dependia do tamanho das escravarias, ou seja, os africanos tenderiam a estabelecer laços entre si principalmente nas grandes escravarias.

<sup>218</sup> FERREIRA, Roberto Guedes, op. cit. 2000. p.232.

<sup>219</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2009. p.198.

A proporção de africanos nas grandes escravarias deveria ser mais presente nas propriedades constituídas recentemente, enquanto nas propriedades mais antigas menor. Para tal análise selecionamos duas grandes escravarias, campeãs em batismos de escravos (os registros de batismos de escravos destes dois proprietários correspondem a 9,6% do total de batismos) : a da Dona Maria da Conceição Cruz e do grande comerciante de grosso trato do Rio de Janeiro, o Capitão Brás Carneiro Leão.

### **3.2 - Demografia escrava nos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão**

Por meio dos relatórios do Marques de Lavradio, do Mosenhor Pizarro e do Mapa Populacional da Freguesia de Santo Antônio de Sá, conseguimos constituir o crescimento da escravaria da Dona Maria da Conceição Cruz. Em 1778, havia 31 cativos, em 1795, “teria pouco mais de 30 escravos”, e em 1797, a escravaria já contava com 85 indivíduos. É difícil de acreditar que em apenas 2 anos a escravaria de Maria teria crescido tanto. Comparando as outras escravarias percebemos o mesmo fenômeno: o crescimento extraordinário do número de cativos. Provavelmente, tanto Lavradio como Pizarro teriam considerado apenas os escravos adultos ou em condições para o trabalho, ou tais senhores de escravos podem ter recorrido ao tráfico de escravos.

Dona Maria da Conceição Cruz era uma antiga moradora da freguesia de Santo Antônio de Sá. Antes de tomar a frente do engenho localizado as margens do Rio Guapiaçú ela fora casada com Domingos de Amorim Lima. Domingos era irmão do Capitão Antônio de Amorim Lima, que detinha outra metade das terras divididas pelo seus pais, Antônio de Amorim Lima e Izabel Coelha de Souza.

Antônio de Amorim Lima tinha comprado tais terras pelos padres da Companhia de Jesus que era uma das grandes proprietárias de terras da região antes da sua expulsão<sup>220</sup>. Não sabemos quando ele as comprou, contudo, em 1747 ele e sua mulher Isabel, requerem ao Conselho Ultramarino a demarcação de suas terras.<sup>221</sup>

De acordo com o Pizarro, Antônio foi o fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição, erigida em 1731, capela esta do termo da freguesia de Santo Antônio de Sá, mas que anos depois, passou para a freguesia da Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.<sup>222</sup> Quando Lavradio realizou seu relatório, em 1778, Antônio de Amorim Lima (filho) ainda estava de posse de outra parte de sua sesmaria. Segundo este mesmo autor, o engenho construído nestas terras datava do ano de 1698.<sup>223</sup>

Provavelmente, antes de sua morte, Antonio (pai) deve ter partilhado seu engenho para seu filho, Antônio de Amorim Lima, e seu irmão, Domingos de Amorim Lima que, pelo que nos indica Pizarro, era casado com sua irmã, Maria da Conceição Cruz. Segundo Pizarro, o engenho de Domingos teria sido construído em 1767, provavelmente ano em que a propriedade foi dividida.<sup>224</sup>

Enfim, ao que tudo indica desde a primeira metade do século XVIII, a família Amorim vivia na freguesia de Santo Antônio de Sá, tecendo relações sociais e desde então, se utilizavam da força de trabalho escravo na produção de açúcar e demais gêneros agrícolas em sua

---

<sup>220</sup> De acordo com Maurício de Abreu a sesmaria que deu origem a Vila de Santo Antônio de Sá fora doada por Miguel de Moura para os jesuítas. Cf. ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.vol.2. p.221.

<sup>221</sup> REQUERIMENTO do Tenente Antônio de Amorim Lima e de sua mulher Isabel Coelho de Souza, em que pede a demarcação de mil braças de terras que possuíam entre os rios Guapi-Mirim e Guapi-Assú, na comarca do Rio de Janeiro (1741). AHU\_Cx.48, doc. nº. 11363.

<sup>222</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

<sup>223</sup> Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1,p.263.

<sup>224</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

propriedade. Desse modo, podemos supor que muitos desses escravos habitavam a bastante tempo neste fogo e freguesia.

Brás Carneiro Leão, em seu engenho na freguesia de Santo Antônio de Sá, tinha 80 escravos em 1795, e em 1797, apenas 63. Provavelmente ele deve ter distribuído seus cativos para suas outras propriedades, ou talvez, muitos teriam falecido, fugido ou conquistaram a alforria. Mais uma vez a ausência dos registros paroquiais de óbitos nos faz falta para tirarmos melhores conclusões.

Brás Carneiro Leão era um grande comerciante de grosso trato, e segundo Nireu Cavalcanti, ele era “o mais rico de todos”:

“Administrava diversos negócios ligados à importação e exportação, possuía engenhos, navios e numerosos imóveis urbanos de grande valor. Natural do Porto, mantinha ligações comerciais no Reino, com as cidades de Lisboa e sua cidade natal, além de Angola e Benguela, na África. No Brasil, atuava no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Vila Rica, Sabará e Serro do Frio, entre outras localidades.”<sup>225</sup>

Portanto, Leão pertencia a mais alta elite mercantil do Rio de Janeiro e como traficante de escravos, deve ter sido ele a fazer a ponte entre os lavradores de Santo Antônio de Sá e os escravizados vindo da África. No distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, possuía 2 engenhos, um na freguesia homônima, e outro na freguesia de Itambi, além de possuir uma outra propriedade nesta região destinada sobretudo ao plantio de farinha.<sup>226</sup> Infelizmente não sabemos onde estaria localizado tal propriedade que seria a maior escravaria daqueles considerados lavradores, com 41 escravos. Além destes dois, ele possuiria mais 3 em outras localidades do Rio de Janeiro, conforme ele registra em carta para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho os motivos dele não aderir ao projeto de

---

<sup>225</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio Setecentista A vida e a construção da cidade do Rio de Janeiro da invasão francesa até a chegada da corte*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004. p. 76.

<sup>226</sup> ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 26 e 28, Freguesia de Santo Antônio de Sá e Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi..



criação de fundos de crédito para financiamento de lavradores “em razão pois como lavrador de cinco Engenhos (em que entram dois com dois ternos de moenda) e outro que estou principiando todos de grande porte e quase todos por mim construídos, necessito eu mesmo de grandes fundos para o seu custeio e conservação.”<sup>227</sup>

Não sabemos o ano ao certo quando ele veio a se estabelecer na freguesia de Santo Antônio de Sá. O primeiro registro de batismo de escravos consta de 1784, ano no qual o casal Narciso e Francisca tiveram sua primeira filha, Virinica, nascida em 28 de setembro do ano acima.<sup>228</sup> Não conseguimos encontrar o registro de casamento de ambos, do mesmo modo o padre não nos deu a conhecer a procedência ou naturalidade dos mesmos. Provavelmente se tratavam de africanos, como a maior parte da escravaria do Capitão Brás Carneiro Leão. No livro de casamentos, os primeiros nubentes foram “Pedro e Maria do gentio da guiné”, casados no ano de 1785.<sup>229</sup> Pelo que tudo indica, provavelmente Leão deve ter iniciado a construção do seu engenho na década de 1780 ou comprado algum existente, já que não consta na relação do Marques de Lavradio de 1778.

Em 1797 haveriam nos engenhos da Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão 85 e 63 cativos respectivamente. Comparando o perfil sexual destas duas escravarias percebemos que em ambas propriedades os homens foram majoritários, contudo, o desequilíbrio sexual foi mais acentuado na escravaria do Capitão Brás Carneiro Leão, com 66,7% de cativos do sexo masculino. A posse do Capitão Brás era mais nova, o que

---

<sup>227</sup> OFÍCIO do [negociante do Rio de Janeiro], Brás Carneiro Leão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, justificando não ter aderido ao projeto de criação de um fundo para empréstimo aos lavradores; remetendo ofício que enviou ao [vice-rei do Estado do Brasil, conde Resende, D. José Luís de Castro].AHU\_ACL\_CU, Cx. 175, D. 12902.

<sup>228</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>229</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

provavelmente refletiu na alta proporção de escravos do sexo masculino, já que a preferência de escravos do sexo masculino era a tônica do tráfico de escravos.<sup>230</sup>

Por outro lado, o menor desequilíbrio sexual no engenho de Dona Maria (52,9% dos escravos eram homens) possivelmente esteja relacionado ao número de mulheres cativas nascidas no Brasil. Conforme apontamos acima, a família da Dona Maria da Conceição Cruz era antiga na região, essa antiguidade pode ter favorecido a reprodução natural dos escravos, diminuindo o desequilíbrio sexual da sua escravaria, assim como diminuído a necessidade de importação de escravos via tráfico.

**Tabela 43 - Distribuição dos escravos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo, 1797**

Engenho	D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%
<b>Sexo</b>				
<b>Homens</b>	45	52,9%	42	66,7%
<b>Mulheres</b>	40	47,1%	21	33,3%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0%</b>	<b>63</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Outro dado que sugere a capacidade de reprodução natural da escravaria da Dona Maria da Conceição Cruz é a proporção de crianças nas suas posses (ver tabela 44). As crianças<sup>231</sup> no engenho de Dona Maria correspondem a 42,4% do total de escravos. Por outro lado, no engenho do Capitão, elas perfazem apenas 15,9% dos cativos. Provavelmente, quanto mais antiga é a propriedade escrava, maior a sua capacidade de reprodução natural, diferentemente do que ocorreria nas posses mais novas.

<sup>230</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, 1995.

<sup>231</sup> Conforme afirmamos no capítulo 2 o mapa de 1797 não apresenta a idade por trás das “faixas etárias” de crianças e adultos dos escravos. Acreditamos que o autor deva ter se utilizado das mesmas faixas de idade que usou para agrupar os filhos dos chefes de fogos. Desse modo, os meninos se referem a menores de 15 anos e as meninas menores de 14 anos.

**Tabela 44 - Distribuição dos cativos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão em grandes faixas de idade, 1797**

Engenho	D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%
<b>Faixa de Idade</b>				
<b>Crianças</b>	36	42,4%	10	15,9%
<b>Adultos</b>	49	57,6%	53	84,1%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0%</b>	<b>63</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Quando analisamos apenas a proporção de homens e mulheres entre os escravos adultos das duas posses percebemos, mais uma vez o quanto o tempo da escravaria interfere na composição sexual das escravarias. Dona Maria possui um número maior de mulheres cativas que de homens, correspondendo a 51% e 49% respectivamente. Enquanto na escravaria do Capitão Brás Carneiro Leão permanece o grande desequilíbrio sexual, com os homens perfazendo 67,9% do total de adultos.

**Tabela 45 - Distribuição dos escravos dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo, excluindo as crianças, 1797**

Engenho	D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%
<b>Sexo</b>				
<b>Homens</b>	24	49,0%	36	67,9%
<b>Mulheres</b>	25	51,0%	17	32,1%
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100,0%</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071.

Com base nos registros de casamento de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá distribuímos os nubentes dos engenhos de Dona Maria da Conceição e do Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com a origem (crioulos ou africanos) dos mesmos. Apesar dos registros de casamento não serem a melhor maneira de aferir o percentual de africanos e crioulos dessas escravarias, pois não podemos calcular o número de escravos que ficaram solteiros, porém acredito que seja possível vislumbrar o perfil das mesmas com este tipo de fonte. Observando a tabela 46, constatamos o maior percentual de africanos na escravaria do Capitão Brás Carneiro

Leão, correspondendo a 87,5% dos escravos casados. Enquanto na propriedade da Dona Maria da Conceição Cruz, percebemos um equilíbrio com relação a naturalidade, com 42% dos nubentes africanos e o mesmo percentual para os crioulos.

**Tabela 46 - Distribuição dos escravos casados dos engenhos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com a procedência**

Engenho	D. Maria da Conceição Cruz		C. Brás Carneiro Leão	
	n.	%	n.	%
<b>Africanos</b>	21	42,0%	42	87,5%
<b>Crioulos</b>	21	42,0%	3	6,3%
<b>n/c</b>	8	16,0%	3	6,3%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Livro de Casamentos de Escravos (1771-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

A tabela 46 permite verificar que os homens africanos, que chegaram a se casar, eram majoritários entre os escravos de Dona Maria da Conceição, correspondendo a 56%, enquanto as mulheres eram preferencialmente crioulas (44,0%). Na posse do Capitão Brás Carneiro Leão não verificamos grandes diferenças entre os nubentes homens e mulheres, em ambos os sexos, os africanos eram maioria (83,3% entre os homens e 91,7%).

**Tabela 47 - Distribuição dos escravos casados de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com o sexo e a procedência**

Engenho	D. Maria da Conceição Cruz				Capitão Brás Carneiro Leão			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
<b>Origem</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
<b>Africanos</b>	14	56,0%	7	28,0%	20	83,3%	22	91,7%
<b>Crioulos</b>	10	40,0%	11	44,0%	1	4,2%	2	8,3%
<b>N/C</b>	1	4,0%	7	28,0%	3	12,5%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100,0%</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>	<b>24</b>	<b>129,2%</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** *Livro de Casamentos de Escravos (1771-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3.3 - Legitimidade e compadrio entre os escravos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão

Conforme vimos no início deste capítulo, boa parte dos escravos batizados na freguesia de Santo Antônio de Sá, tanto nas Matriz quanto nas capelas filiais, eram de inocentes,

sendo pequeno o número de adultos batizados. Seguindo a mesma tendência, foram poucos os adultos das propriedades de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão batizados na freguesia. Em ambas as posses, apenas dois cativos adultos foram batizados em Santo Antônio de Sá, correspondendo a 2% dos batismos de escravos de D. Maria e 2,2% dos escravos do Capitão Brás.

**Tabela 48 - Distribuição dos batismos de escravos de Dona Maria da Conceição Cruz e Capitão Brás Carneiro Leão de acordo com suas faixas de idade**

Engenho	D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%
<b>Faixa de Idade</b>				
<b>Crianças</b>	99	98,0%	89	97,8%
<b>Adultos</b>	2	2,0%	2	2,2%
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100,0%</b>	<b>91</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme demonstramos no início deste capítulo, os filhos de casais eram maioria nas grandes propriedades, e que correspondeu com as escravarias nas quais houve mais de 10 registros de batismos. Porém, havia um grande número de filhos de mães solteiras também presentes. Observando a tabela abaixo, percebemos que as diferenças nas escravarias de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão também eram grandes com relação ao número de filhos de uniões legítimas, isto é, casados.

Apesar do percentual de crianças filhos de casais ser maior em ambas as posses, percebemos que na escravaria do Capitão 84,3% dos inocentes eram filhos de casais enquanto na propriedade da Dona essa proporção cai para 55,6%. O que demonstra que, provavelmente, as propriedades escravas mais novas, possuíam percentuais de legitimidade maiores que as propriedades mais antigas. Considerando a alta proporção de africanos na propriedade do Capitão Brás Carneiro Leão, é possível que os africanos tendessem a sacramentar suas relações mais do que os crioulos. Tal hipótese é levantada também por João Fragoso, ao analisar os registros de batismos de escravos em Irajá, no final do século XVIII, constatou a presença

significativa de famílias conjugais majoritariamente africanas e argumenta que isso provavelmente se deve as africanas terem “mais pressa de reconstituírem seus laços de sociabilidade via parentesco”.<sup>232</sup> Alessandra da Silva da Silveira, analisando duas escravarias do Rio de Janeiro, localizadas em Irajá e Campo Grande, chega a conclusões semelhantes. Analisando o inventário de Ana Maria de Jesus, realizado em 1795, afirma que “homens e mulheres africanos tinham maiores chances de chegar ao casamento que os crioulos”.<sup>233</sup>

**Tabela 49 - Distribuição das crianças batizadas nas propriedades de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão, por filhos de casais e filhos de mães solteiras**

	D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%
<b>f. de casais</b>	55	55,6%	75	84,3%
<b>f. de mães solteiras</b>	44	44,4%	14	15,7%
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100,0%</b>	<b>89</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3.4 - Compadres e comadres dos escravos de D. Maria e do C. Brás

Diversos estudos têm demonstrado que o casamento escravo sancionado pela Igreja Católica variou conforme o tamanho das escravarias. De acordo com estes estudo, quanto maior fosse a posse de escravos, maiores as possibilidades dos escravos encontrarem um cônjuge nas mesmas escravarias, enquanto nas menores posses devido ao número restrito de cativos, poucos seriam os cativos a realizarem o matrimônio dentro destas pequenas posses<sup>234</sup>.

<sup>232</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2009. p.198.

<sup>233</sup> SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sacopema, Capoeiras e Nazareth: estudos sobre a formação de família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. Campinas, 1997. f.228. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.p.63.

<sup>234</sup> SLENES, Robert. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX. ” In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.; Robert Slenes e Stuart Schwartz, "A Família escrava em Lorena (1801)", *Estudos Econômicos*, 17(2), 1987; Alida C. Metcalf, “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”, *Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987.; LUNA, Francisco Vidal. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829, In: NADALIN, Sérgio et alii. (org). *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São

Por outro lado, Roberto Guedes demonstrou que em Porto Feliz (SP), entre 1798 e 1850, as grandes propriedades não foram responsáveis por uma queda do número de solteiros. Dito de outro modo, era de se esperar que nas pequenas posses de escravos houvesse um número maior de escravos solteiros na medida que eram nelas que se encontravam as menores porcentagens de escravos casados.<sup>235</sup>

Do mesmo modo, alguns historiadores têm afirmado que o tamanho da escravaria influenciaria na escolha por padrinhos. De acordo com Silvia Brugger, tomando por base a afirmação de Ana Lugão Rios, de que os padrinhos escravos predominavam nas escravarias maiores e os livres nas menores, ela argumenta que tal resultado seria indício de que “legitimidade e presença de padrinhos cativos eram variáveis que acompanhavam a dimensão das escravarias. Daí serem mais frequentes os padrinhos escravos entre os filhos legítimos, pois ambos estariam mais presentes nas freguesias.”<sup>236</sup>

José Roberto Góes, do mesmo modo argumenta que “nos maiores plantéis são mais altos os índices de compadrio endogâmico, são também mais altas as taxas de crianças legítimas – e o inverso acontecia nos menores plantéis”.<sup>237</sup>

A condição social dos padrinhos dos filhos dos escravos de D. Maria e do Capitão Brás variou bastante, apesar de ambos terem grandes escravarias (mais de 50 cativos). Os escravos de Dona Maria preferiam estabelecer alianças via compadrio com livres, representando 55,1% dos padrinhos do total de padrinhos, conforme podemos observar na tabela 50. Por outro lado, os escravos do Capitão Brás Carneiro Leão buscaram principalmente outros escravos para serem compadres de seus filhos, representando 79,5% dos padrinhos.

---

Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, , 1990; MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

<sup>235</sup> GUEDES, Roberto. op. cit. 2008. p.152.

<sup>236</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim, op. cit. p.10.

<sup>237</sup> GÓES, José Roberto, op. cit. p.123.

Os resultados para as madrinhas são semelhantes ao que verificamos para os padrinhos (ver tabela 50). Enquanto os escravos de Dona Maria da Conceição Cruz escolhiam as comadres de seus filhos majoritariamente entre os livres, representando 45,6% do total de madrinhas. Os escravos do Capitão Brás Carneiro Leão, preferiam as escravas como madrinhas, com 90% das madrinhas com esse estatuto.

Desse modo, apesar de grandes escravarias tenderem a escolher preferencialmente padrinhos de mesma condição social, podemos perceber que legitimidade e proporção de africanos nas escravarias também exerciam influência nas relações de compadrio estabelecidas pelos escravos.

**Tabela 50 - Condição social dos padrinhos de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão**

Condição Social	D. Maria				C. Brás			
	Padrinhos		Madrinhas		Padrinhos		Madrinhas	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
<b>Escravos</b>	30	30,60%	31	39,20%	70	79,50%	45	90,00%
<b>Livres</b>	54	55,10%	36	45,60%	14	15,90%	3	6,00%
<b>Forros</b>	12	12,20%	11	13,90%	1	1,10%	1	2,00%
<b>n/c</b>	2	2,00%	1	1,30%	3	3,40%	1	2,00%
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100,00%</b>	<b>79</b>	<b>100,00%</b>	<b>88</b>	<b>100,00%</b>	<b>50</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Podemos perceber, através da tabela 50, que em ambas as escravarias, ocorreu um aumento da participação das escravas como madrinhas com relação aos escravos. Isto é, os padrinhos escravos na posse de Dona Maria da Conceição representavam 30,6% do total, enquanto as madrinhas, também escravas, chegaram ao percentual de 39,2% do total das madrinhas. Do mesmo modo, na posse do Capitão, os escravos, que representavam 79,5% do total de padrinhos, chegaram a 90% do total de madrinhas.

Na posse de Dona Maria ocorreu um aumento na proporção de indivíduos de condição forra, apesar de, em termos absolutos, o número permanecer o mesmo (ver tabela 50).



Os padrinhos forros, representavam 12,2% enquanto as madrinhas forras chegaram a 13,9% do total de madrinhas.

Esse aumento na proporção de madrinhas escravas e forras nos faz pensar que as escravas preferiam escolher madrinhas de condição social próxima, ou não tão distante da delas. Isso é evidente quando comparamos as duas escravarias.

Os padrinhos e madrinhas escravas eram preferencialmente escolhidos dentro da mesma propriedade, em ambas as posses, apesar do grande número de escravos no qual não consta o nome do proprietário, como podemos perceber na tabela 51. Talvez tais padrinhos escravos sejam propriedades do mesmo senhor dos pais do batizando, porém, devido ao grande número de nomes diferentes, preferimos destaca-los e não considerá-los como escravos do mesmo senhor da criança levada a pia batismal.

Os padrinhos escravos que habitavam na propriedade de Dona Maria da Conceição Cruz eram 14, ou 46,7% do total de padrinhos, enquanto na posse do Capitão, representavam 68,6% do total. As madrinhas escravas do mesmo modo, representavam, respectivamente, 45,2% e 48,9%.

**Tabela 51 - Origem dos padrinhos e madrinhas escravas de Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão**

Origem	Padrinhos				Madrinhas			
	D. Maria		C. Brás		D. Maria		C. Brás	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
<b>mesmo dono</b>	14	46,7%	48	68,6%	14	45,2%	22	48,9%
<b>donos diferentes</b>	9	30,0%	4	5,7%	6	19,4%	3	6,7%
<b>n/c</b>	7	23,3%	18	25,7%	11	35,5%	20	44,4%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0%</b>	<b>70</b>	<b>100,0%</b>	<b>31</b>	<b>100,0%</b>	<b>45</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Livro de Batismos de Escravos (1763-1809), da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3.5 - Quando os padrinhos eram livres

Grande era o número de padrinhos livres nos batismos de escravos da Dona Maria da Conceição Cruz. Tal preferência indica estratégias diferentes escolhidas entre os escravos destas duas escravarias.

A escolha de padrinhos livres tem sido interpretada como sinal de mobilidade social dos escravos e por outro lado, ingerência senhorial na escolha dos padrinhos. Nesta parte iremos analisar quem eram os padrinhos livres dos filhos dos cativos de Dona Maria a começar com os padrinhos preferenciais.

Manoel Vaz de Carvalho apadrinhou quatro crianças cativas da propriedade de Dona Maria, todos os filhos de casais crioulos: João filho de João pardo com Ana parda, Jesuíno filho de Reginaldo crioulo e Juliana crioula, Jerônimo e Clemência filhos de Pedro crioulo com Veríssima crioula. Em três destas circunstâncias ele foi acompanhado pela sua mulher Maria Tereza de Jesus.<sup>238</sup>

Manoel Vaz só fora escolhido para ser padrinho dos filhos dos escravos de Dona Maria, pois não encontramos seu nome em nenhum outro registro de batismos, nem como padrinho, nem como proprietário de escravos. No entanto, encontramos o seu nome no mapa de 1797 como sendo um lavrador sem terras, casado, possuidor de dois escravos, um homem e uma mulher e produziu naquele ano, míseros 15 alqueires de farinha.

Mariano José foi outro padrinho livre que preferido dos escravos de Dona Maria. Ele apadrinhou três crianças cativas, sendo elas Felícia e Iluminato filhos de Miquelina crioula e Cipriana filha de Emereciana crioula escravos da dita Dona. Assim como Manoel Vaz, só

---

<sup>238</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

encontramos Mariano José como padrinho dos escravos de Dona Maria.<sup>239</sup> Ao lado dele, como madrinha, encontramos outros nomes, porém, assim como ele, para nenhuma delas conseguimos encontrar maiores informações: Ana Maria da Conceição, solteira, Francisca da “...” e Joaquina Rosa, também solteira.

Roberto Alexandre era outro dos padrinhos preferidos pelos cativos de Dona Maria. Apadrinhou duas crianças cativas: Elena e Bonício, ambos filhos de Francisco crioulo e Ignácia crioula. Roberto era solteiro, no mapa de 1797 consta também como lavrador sem terra, sem escravos e não produziu nenhum alimento naquele ano.

Acredito que, apesar do distanciamento dos outros padrinhos, ele seja vizinho do engenho de Dona Maria, pois o engenho da mesma dona fica na fronteira da freguesia de Santo Antônio de Sá com a freguesia da Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. O mapa de 1797 apesar de não estar dividido por freguesia, isto é, não constar o nome da freguesia na qual estão os domicílios, apresenta certo ordenamento dos domicílios quando verificamos, por exemplo, que os engenhos, seguem a seguinte ordem: Freguesia da Santíssima Trindade, Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Nossa Senhora do Desterro de Itamby. Abaixo do engenho de Dona Maria está o engenho dos seus parentes Francisco de Amorim Lima e sua irmã.

Roberto Alexandre foi acompanhado, no primeiro batismo, da madrinha Ignácia Maria do Nascimento, solteira. No mapa consta uma Ignácia Maria, que morava próximo de Roberto Alexandre, acreditamos que sejam a mesma pessoa. Ignácia Maria era mãe solteira de uma filha menor de 12 anos, possuía um casal de escravos adultos e um menino também cativo. Era lavradora sem terras, e no ano de 1797 apenas produziu 10 alqueires de farinha naquele

---

<sup>239</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

ano. Ignácia Maria também esteve presente como madrinha de Modesto, filho de Vitória, escrava da Dona Maria.

Encontramos outros lavradores pobres como padrinhos de escravos de Dona Maria. Por lavradores pobres considero indivíduos que não possuíam terras próprias e pouquíssimos escravos e portanto, contavam apenas com o seu próprio trabalho e de sua família para tocar as roças de alimentos.<sup>240</sup> Tais exemplos demonstram a proximidade dos escravos desta propriedade com pessoas livres e pobres. Não sabemos se elas eram foreiras ou arrendatárias de terras da Dona Maria ou do seu falecido esposo Domingos. O certo é que a produção alimentícia era baseada unicamente no plantio da mandioca, desse modo tinham que vender parte dessa mesma produção para obter outros gêneros alimentícios. Além disso, aqueles que tinham escravos, possuíam menos de quatro cativos.

Percebemos que na maioria dos casos os pais das crianças que tiveram padrinhos livres, eram crioulos, ou seja, nascidos no Brasil. O longo tempo de convivência destes escravos na sociedade colonial propiciou um amplo leque de escolha de padrinhos. Trabalhando por anos na mesma propriedade, tais escravos e livres pobres teriam convivido juntos e estabelecido laços entre si. Nesse sentido, acredito que esses padrinhos fossem escolhidos pelos próprios escravos.

Sobre a escolha ou não dos pais dos inocentes escravos para padrinhos e madrinhas não há consenso na historiografia.<sup>241</sup> Para alguns, os escravos detinham autonomia para escolher

---

<sup>240</sup> De acordo com Hebe Matos “dois pontos fundamentais para a compreensão dos significados da existência social de lavradores pobres” era o acesso a propriedade da terra e a escravos. Desse modo, ela define que o homem pobre de Capivary, em meados do século XIX, seria “eventualmente proprietária de pequenas extensões de terreno ou mesmo de alguns escravos”. (Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.pp.58-86)

<sup>241</sup> Para um debate em torno dessa questão ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

os padrinhos de seus filhos e nesse sentido, a escolha poderia visar tanto a construção de laços horizontais, isto é, com a comunidade escrava, como verticais, com o mundo dos livres, forros ou libertos, vislumbrando possíveis vantagens através desse tipo de compadrio.<sup>242</sup>

Outros autores afirmam existir uma intervenção senhorial nas escolhas dos padrinhos das crianças cativas.<sup>243</sup> Cacilda Machado, por exemplo, argumenta que “É preciso admitir ao menos algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus cativos.”<sup>244</sup> E Luís Farinnati do mesmo modo afirma que, “A presença senhorial certamente se fazia sentir, mesmo nos casos de escolhas mais autônomas, aparecendo como um limitante”.<sup>245</sup> Para Martha Daisson Hameister o próprio compadrio representaria uma forma de evitar revoltas escravas ao estabelecer laços entre cativos e parentela dos senhores de escravos.<sup>246</sup> João Fragoso por seu turno, argumenta que o compadrio engendraria políticas “dirigidas a formação de uma *casa*, costurada pelas relações vividas por senhores integrantes de uma mesma família, sendo isto seguida de perto por seus clientes e, aparentemente, ainda respectivos escravos”.<sup>247</sup>

Além de livres pobres havia pessoas de prestígio batizando os escravos de Dona Maria. Ao todo encontramos três padrinhos com títulos militares e religiosos, o Alferes e depois

---

<sup>242</sup> Conferir, entre outros: SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2; GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII.” In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988

<sup>243</sup> FARINATTI, Luís A. E. (2011), *Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)*. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH.2011; MACHADO, Cacilda (2008), *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri.2006; HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)*. Nova Iguaçu, 2006. f.474.Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2006; FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750).” In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>244</sup> MACHADO, Cacilda, op. cit. p.192.

<sup>245</sup> FARINATTI, Luís A.E., op. cit. p. 15.

<sup>246</sup> HAMEISTER, Martha Daisson, op. cit. p. 248.

<sup>247</sup> FRAGOSO, João, op. cit. 2007. p.108.

capitão Francisco Joaquim de Araújo, o Tenente Salvador Brito de Sá, e o Padre da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá José Pereira Bravo.

Francisco Joaquim de Araújo participou de apenas um batismo de escravo de Dona Maria, o inocente Honorato, filho da mãe solteira Micaela. No mapa de 1797 encontramos um capitão denominado Francisco Joaquim, provavelmente o mesmo capitão Francisco Joaquim de Araújo. Apesar do prestígio que o cargo militar lhe dava, no mapa ele é descrito como lavrador sem terra. Possuía, em 1797, 8 escravos, sendo quatro homens, duas mulheres e duas crianças do sexo masculino.

Sobre o tenente Salvador Brito de Sá possuímos poucas informações. Ele não foi encontrado no mapa de 1797, provavelmente tenha falecido antes desta data. A última vez que encontramos seu nome e no batismo de um dos escravos de José Freire Sardinha em 1782. O tenente serviu como padrinho de apenas um cativo de Dona Maria, o inocente Roque, filho de Ana parda, em 8 de maio de 1773, juntamente com sua esposa Antônia Maria de Jesus que serviu como madrinha de outro escravo de Dona Maria.

Salvador levou três casais de escravos para sacramentarem o matrimônio perante a Igreja, José crioulo com Bárbara crioula em 1760, Jeronimo crioulo e Joana do gentio em 1775, e Antônio e Josefa em 1778, todos de sua propriedade. Destes três apenas José e Bárbara tiveram filhos: Lariano e Mariana batizados em 1772 e 1774 respectivamente, todos com padrinhos livres. Nenhum dos seus cativos batizou escravos de outras propriedades.

De acordo com os poucos registros de falecimento de livres, Antônia Maria, esposa do tenente Salvador de Brito de Sá, faleceu em 7 de agosto de 1779, no seu testamento anexado ao registro consta que o casal não teve filhos e não possuía herdeiro algum. Não consta arrolado os bens de Antonia no testamento e, dentre as suas últimas vontades consta a doação de algumas roupas e brincos a irmãs e afilhados – todos livres.

O padre José Pereira Bravo, de acordo com Monsenhor Pizarro, fora o pároco da Igreja Matriz de Santo Antonio de Sá entre 1747 até o ano de 1781, ano em que faleceu. Foi padrinho de Bárbara, filha de Ana parda, escrava de Dona Maria da Conceição Cruz, no dia 8 de abril de 1776.<sup>248</sup> Foi a única vez em que ele serviu como padrinho de filhos de cativos. José Pereira Bravo levou um casal de cativos para celebrarem o matrimônio, Joaquim gentio e Ignácia crioula, as 10 horas da manhã do dia 22 de junho de 1760.<sup>249</sup> Não encontramos nenhum registro de batismos de escravos de sua posse.

Poucos foram os padrinhos livres dos escravos do Capitão Brás Carneiro Leão, ao todo, como vimos acima, 14 vezes que aparecem padrinhos livres no batismo de escravos e 2 madrinhas. Boaventura Barbosa e Jeronimo Pereira foram os únicos padrinhos repetidos, sendo o primeiro escolhido apenas para o batismo de duas crianças do casal Antônio e Catarina, Bernardo no dia 24 de outubro de 1784 e Anastácio no dia 14 de maio de 1786. Não encontramos o registro de casamento de ambos e, em nenhum momento foi mencionado a naturalidade ou procedência dos mesmos.

Não encontramos Boaventura Barbosa no mapa de 1797, no entanto, o encontramos servindo como padrinho de outro cativo, Geraldo, filho de Jerônimo, escravos de Maria Freire, no dia 8 de janeiro de 1784. Maria Freire consta no mapa de 1797, como lavradora sem-terra, viúva, sem nenhum cativo, morando juntamente com seu filho maior de 15 anos, e produzindo anualmente 20 alqueires de farinha.

---

<sup>248</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>249</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em ambos os batismos dos filhos de Antônio e Catarina, Boaventura foi acompanhado por madrinhas escravas, Tereza e Caetana. Não consta a informação dos proprietários das mesmas.

Antonio e Catarina foi o segundo casal de cativos do Capitão Brás Carneiro Leão a levar um filho para ser batizado na Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá,

Jerônimo Pereira apadrinhou outro filho de Antônio e Catarina, Vitória batizada em 13 de março de 1789. Não encontramos seu nome no mapa de 1797, nem mesmo em outros registros paroquiais de casamento e batismos de escravos. Seu nome fora acompanhado da madrinha Cecília, escrava, a qual não sabemos o nome do seu proprietário.<sup>250</sup>

Outro casal de escravos do Capitão Brás Carneiro Leão que tiveram padrinhos livres foi Domingos “de nação Monjolos com Ana crioula. Das suas duas filhas apenas um teve padrinho livre: Domingas, batizada em 29 de dezembro de 1804. Seu padrinho foi José Joaquim da Silva. Sobre ele não conseguimos nenhuma informação a respeito.<sup>251</sup>

Francisco mina e Eufrásia crioula também preferiam estabelecer relações de compadrio com pessoas livres, três dos seus filhos tiveram padrinhos livres no qual não sabemos nada a respeito, como Francisco Dias Moreira, Ignácio da Silveira e Pedro da Silva.

252

O único escravo que teve um padrinho livre com título de prestígio foi Antonio, filho de Ignés parda, batizado em 18 de maio de 1794.<sup>253</sup> Seu padrinho foi o tenente Valério

---

<sup>250</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>251</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>252</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.



Cardeira. No mapa de 1797 encontramos um tenente chamado Valério Cardeira de Oliveira, abaixo do nome de Bento Cardeira Penedo.<sup>254</sup> Em outros registros paroquiais encontramos Valério sendo denominado Tenente Valério Cardeira Penedo. Desse modo, acredito que o mesmo pertença a família Cardeira Penedo, família esta que abunda nos registros paroquiais.

Valério Cardeira e seu parente Bento Cardeira possuíam fábricas de farinhas. Valério era casado, possuía 3 filhos e ao todo vinte escravos, sendo quatro homens, dez mulheres adultas e seis crianças. Suas terras mediam 300 braças de testada com 300 braças de fundo. Produzia diversos gêneros agrícolas em suas terras, como o açúcar, feijão, arroz e o milho, além da própria farinha de mandioca.<sup>255</sup> Levou nove crianças escravas à pia batismal, todos filhos de mãe solteiras: Joaquina, Ana, Catarina e Francisca.<sup>256</sup>

Até o ano de 1809 parece que Ignés não teve nenhum outro filho. Não encontramos seu nome em nenhum outro registro de batismo nem mesmo como madrinha de alguma criança cativa. Também não encontramos o registro de batismo de Ignés. Valério não foi acompanhado de madrinha neste batismo.

Sendo a única escrava, da posse do Capitão Brás Carneiro Leão, que escolhera um padrinho livre de prestígio para seu filho, resta-nos interrogar o porquê desta escolha. Nenhum escravo de Valério apadrinhou os cativos de Brás. Desse modo, não temos nenhuma informação dos vínculos que uniram Valério e Ignés. Nem sabemos quais vínculos havia entre Brás e Valério, caso acreditássemos que os escravos só buscassem padrinhos entre a clientela do seu proprietário.

---

<sup>254</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>255</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>256</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Por hora, percebemos que quando livres foram escolhidos para apadrinharem os filhos de casais ou mães solteiras, na maioria das vezes, estes eram pobres e por outro lado, os pais das crianças eram majoritariamente crioulos, demonstrando um longo tempo de convívio na sociedade colonial o que possibilitou não só o conhecimento do funcionamento desta sociedade como também criar laços com pessoas de outras condições sociais.<sup>257</sup>

### 3.6 - Os padrinhos forros

Apesar do pequeno número de forros que estiveram envolvidos nas cerimônias de batismo de escravos da Dona Maria da Conceição Cruz e do Capitão Brás Carneiro Leão, acredito que sua análise permitirá perceber as características deste grupo de padrinhos.

Um dos padrinhos forros preferidos pelos escravos de Dona Maria foi Aniceto Felix da Costa. Ele foi padrinho de Hipolita filha de Úrsula, batizada no dia 26 de agosto de 1794<sup>258</sup>, e de Marcelino filhos de Francisco Angola e Úrsula crioula, batizado no dia 31 de dezembro de 1794.<sup>259</sup>

No mapa de 1797 não consta informação sobre a condição social e cor de Aniceto Felix da Costa. Neste documento somos informados que ele era casado, dono de uma taverna, porém não em terras próprias. Possuía um filho e 2 escravos: um homem adulto e uma criança.<sup>260</sup>

No segundo batismo Aniceto foi acompanhado de sua esposa, Genoveva Rosa. Não só entre os cativos de Dona Maria Aniceto foi solicitado para ser padrinho. Além destes

---

<sup>257</sup> SLENES, Robert W, op. cit., 1997, p. 271.

<sup>258</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>259</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>260</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

dois batismos ele participou de outros seis, sendo três dos escravos do senhor de engenho Ignácio Nascentes Pinto.<sup>261</sup>

Outro forro no qual conseguimos informações a respeito foi Francisco das Chagas, cabra forro, que apadrinhou o inocente Felix, filho de Francisco e de Ana, no dia 2 julho de 1787.<sup>262</sup> Assim como Aniceto, no mapa de 1797 não constam informações sobre a “cor” e a situação social de Francisco. Francisco também era um taverneiro, possuía quatro escravos, três homens adultos e uma criança. Tinha 2 cavalos e produziu naquele ano 48 alqueires de farinha e 22 alqueires de milho.

As semelhanças de Francisco com Felix não param por aí. Ele também serviu como padrinho de cativos de outros proprietários como José Fernandes Sabido, Antônio de Macedo Vasconcelos e Francisca Pereira das Neves.

Antônio Furtado, “pardo forro”, foi o único forro que apadrinhou um dos filhos dos dos escravos do Capitão Brás Carneiro Leão. Antônio batizou Francisco, filho de João e Maria da “guiné” escravos do Capitão no dia 25 de outubro de 1794.<sup>263</sup> Meses antes, João e Maria “ambos do gentio da guiné”, casaram-se na própria igreja matriz.<sup>264</sup>

Antônio Furtado consta no mapa de 1797, porém sem sua condição social e cor. De acordo com esta fonte Antônio seria lavrador, possuidor de uma propriedade de terras de 21 braças de testada e 2 léguas de fundo. Era casado, tinha uma filha e uma escrava adulta e no interior do seu domicílio habitava um agregado. A produção anual era de 40 alqueires de farinha, 10 alqueires de feijão, 20 alqueires de arroz e 4 alqueires de milho. A posse de terras e

---

<sup>261</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>262</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>263</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>264</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

a diversidade de sua produção agrícola colocava Antônio Furtado em condições melhores do que os lavradores sem-terra até aqui visto.

### **3.7 - Os padrinhos escravos preferidos**

Antes de iniciar este tópico acredito ser necessário salientar as dificuldades de identificar os padrinhos escravos, principalmente em se tratando de grandes propriedades escravistas onde se proliferam os nomes João, Maria, José, Ana, etc. Além disso, pouquíssimas vezes nos é informada a naturalidade ou procedência dos mesmos, sua condição de solteiro ou casado e a existência de algum parentesco com a Madrinha e/ou com os pais dos batizantes. Apesar dos grandes obstáculos consideramos que conseguimos identificar com certo grau de segurança alguns desses padrinhos e seus vínculos parentais.

Geraldo de “nação angola” e Isabel compareceram em duas cerimônias de batismos conjuntamente para apadrinhar os filhos de seus companheiros de cativeiro. O primeiro batismo foi de Reginaldo, filho de Brás de “nação mina”, e Joana, em 6 de junho de 1774, e o segundo de Agostinha, filha de Dorotea crioula, em 26 de agosto de 1796. Apesar de não termos encontrado o registro de casamento de ambos, encontramos o registro de batismo de Geraldo, no ano de 1764, escravo adulto.

Um escravo denominado João apadrinou quatro crianças cativas filhas de escravas de Dona Maria, em três delas ele aparece com a “cor” pardo, e em duas ele vem acompanhado da madrinha Maria de Oliveira. Nos registros de matrimônio de escravos de Domingos de Amorim e de Dona Maria encontramos apenas uma vez o nome João, e associado ao termo “pardo”, casado com Ana “parda” em 1778. Desse modo, pelo menos em três dos quatros registros é possível que se trate do mesmo João na medida em que se menciona a “cor” “pardo.

A primeira criança que João apadrinhou foi Eufemia, filha de Brás “mina” e Joana, em 8 de junho de 1771.<sup>265</sup> A segunda criança foi Boaventura, filho da mãe solteira Joaquina, em 6 de julho de 1771<sup>266</sup>. A terceira era filha do casal Manoel e Rita, se chamava Angélica, e recebeu o batismo em 14 de agosto de 1773.<sup>267</sup> Por último apadrinhou Rosaura, em 24 de março de 1775, filha de Tereza.<sup>268</sup> Em todas as quatro situações João se encontrava solteiro, pois só se casara em 1778, talvez seja por isso a ausência de sua esposa nos registros de batismos.

Em 1778, João pardo e Ana parda se casaram e no dia 24 de outubro do mesmo ano, tiveram um filho chamado Ignácio, no dia 24 de outubro, e em 1797 tiveram o segundo filho, que recebeu o nome do seu pai, João.<sup>269</sup> Em todas as duas situações João e Ana convidaram pessoas livres para apadrinharem seus filhos. Uma delas é o nosso conhecido Manoel Vaz de Carvalho.

Por fim, dentro da escravaria de Dona Maria da Conceição Cruz, caberia destacar a mãe solteira Eufrásia “parda”. Encontramos quatro registros de batismos de seus filhos, Josefa “parda” em 1781, Xisto em 1790, Bemvinda 1793 e Elena, em 1796. Todos os filhos de Eufrásia foram apadrinhados por livres. Diferentemente ocorreria com os seus netos. Isto porque, em 1 de agosto de 1806, Boaventura e Josefa levam seu filho Gentil para ser batizado. Naquela

---

<sup>265</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>266</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>267</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>268</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>269</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

ocasião serviram como padrinhos Xisto e Eufrásia. Justamente o irmão e a mãe de Josefa. Em 1806 Josefa teria em torno de vinte e cinco anos, e seu irmão, quinze anos.<sup>270</sup>

A procura por nomes diferentes nos fez ir atrás da origem de Boaventura. Encontramos uma única vez este nome nos registros de batismos de escravos de Dona Maria. Esse escravo de nome singular, que pode ter recebido este nome devido ao Convento de São Boaventura localizado na freguesia de Santo Antônio de Sá, fora batizado em 6 de julho de 1771 e era filho da mãe solteira Joaquina.<sup>271</sup> É possível que o Boaventura que levou seu filho Gentil para ser batizado em 1806 seja o mesmo que nasceu em 1771, nesse caso, no dia do batismo de seu filho, ele estaria perto dos seus 35 anos de idade.

Apesar de terem vivido anos a fio na sociedade colonial, Boaventura e Josefa, no primeiro filho do casal preferiram que os seus pais fossem padrinhos de seus filhos, ao invés de pessoas melhores posicionadas. Apesar disso, isto é, mesmo tendo real conhecimento das regras e normas da sociedade em que estavam inseridos, eles preferiram estabelecer relações de compadrio entre os membros da própria família, fortalecendo ainda mais os laços da família já unidos pelo matrimônio e consanguinidade.

Por fim, é necessário ainda salientar, que ao todo, eram três gerações nascidas no cativeiro. Não encontramos o registro de batismo de Eufrásia, possivelmente ela teria sido filha de uma das escravas de Antonio de Amorim Lima, pai de Domingos de Amorim, já que esta família a tempos vivia na freguesia de Santo Antônio de Sá.

Os escravos que serviram como padrinhos dos filhos dos escravos do Capitão Brás Carneiro Leão foram inúmeros e mesmo aqueles nomes que se repetiam, não temos certeza que são as mesmas pessoas. Por exemplo, dos 48 padrinhos escravos que temos certeza

---

<sup>270</sup> *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>271</sup>

de que pertenciam a Brás Carneiro Leão, 17 se chamavam João. Nos registros de casamento de escravos quatro de seus escravos são chamados João.

Pouquíssimas vezes se registrou alguma característica de João, encontramos João dito solteiro, de João “caçange” e João “Oleiro”, o que provavelmente signifique se tratar de pessoas diferentes. Esse último designativo nos indica que João fora um escravo com alguma capacidade profissional.

Outro nome que frequentemente aparece como padrinho é o de José. O nome José apareceu sete vezes como padrinho, em quatro ele é descrito como “crioulo” e em um registro como sendo de nação “Congo”. Três escravos denominados José receberam o matrimônio, sendo dois com duas escravas também denominadas Joana.

Sem falar que tanto João como José serviram como padrinhos de muitos filhos de escravos do Capitão. Não caberia repetir os outros Antônio e Pedros que se repetiram em inúmeros registros. O que ficou claro, na busca incessante de algum padrão de apadrinhamento de cativos, é que quase todos os escravos do Capitão apadrinharam filhos de outros escravos de sua propriedade.

Apesar dessa aparente confusão, acredito ser possível chegar a algumas tendências no compadrio escravo dos cativos do Capitão Brás. A primeira delas é a presença majoritária de padrinhos escravos. Como a maioria dos escravos eram africanos parece-me claro a necessidade de estabelecer laços com seus companheiros de infortúnio para conseguirem sobreviver ao cativeiro. Do mesmo modo que eles procuraram aliados através do compadrio, eles estabeleceram alianças também através do casamento, e isso repercutiu no grau de filhos legítimos dentro desta escravaria.

Contudo, para além da evidente tendência no compadrio escravo da escravaria do Capitão Brás Carneiro Leão podemos perceber que alguns deles estabeleceram laços de compadrio com pessoas de condições diferentes das suas, na maioria das vezes, essas escolhas por padrinhos livres ocorreram nos primeiros batismos dos escravos do capitão. Talvez, isso esteja relacionado ao pequeno número de escravos no início da instalação do engenho de Brás Carneiro Leão na região.

Padrinhos pobres foram maioria dos padrinhos livres da escravaria de Dona Maria da Conceição Cruz, maioria inclusive sobre os escravos. Porém tal tendência possa ser explicada pelo grau de convivência que os escravos desta propriedade tinham com a sociedade local e a grande proporção de crioulos nesta posse. Vivendo a anos na freguesia, frutos na maioria das vezes da segunda ou terceira geração de cativos nascidos no Brasil, mais intensos teria sido o convívio com outros indivíduos de condição social diferente.

Enfim com base na análise do perfil das escravarias destes dois senhores de engenho, e nas suas relações de compadrio, acredito ter sido possível perceber as diferentes estratégias escolhidas pelos mesmos e verificar a presença de algumas tendências, de acordo com o grau de antiguidade das mesmas na região.



## **Conclusão**

Ao longo desta dissertação buscamos compreender a sociedade escravista do distrito de Santo Antônio de Sá e as famílias escravas constituídas em fins do século XVIII e início do XIX. Acreditamos que a partir da variação da escala de observação ensejada em cada capítulo tenhamos conseguido realizar este objetivo.

As transformações políticas e econômicas ocorridas na segunda metade do século XVIII – como a política de fomento agrícola produzidas pelo Marques de Pombal e a importância do porto do Rio de Janeiro nas relações comerciais do Império Ultramarino Português – influenciaram no crescimento econômico e demográfico do distrito de Santo Antônio de Sá. Sem dúvida alguma, esse crescimento econômico permitiu que muitos lavradores se transformassem em escravistas e os já senhores de escravos aumentassem o número de escravos em suas propriedades.

O aumento do contingente escravo tem implicações diretas na constituição de famílias escravas e nas tendências das relações de compadrio como vimos no último capítulo. Apesar de verificadas tais tendências percebemos que era necessário diminuir lente para verificar que no plano micro, outras variantes poderiam influenciar nestas relações.

Acredito que tenha ficado claro que na escravaria constituída mais recentemente, do Capitão Brás Carneiro Leão, os escravos tenham buscado majoritariamente outros companheiros da senzala para serem compadres dos seus filhos e, inversamente, propriedade escravista mais antigas, como da Dona Maria da Conceição Cruz, com um alto grau de criouliização e devido o maior tempo de convívio na sociedade colonial, os escravos tenham procurado estabelecer laços de compadrio preferencialmente com o mundo de livres.

Contudo, apesar de verificadas tais tendências, reduzida ainda mais a lente de observação percebemos que no interior de cada uma destas escravarias foram múltiplos os laços de compadrio considerando-se apenas as condições sociais dos padrinhos e seus status.

Com os dados que dispomos foi muito difícil descobrir os padrinhos preferenciais, sejam livres, forros, libertos ou escravos. Não sabemos se os padrinhos escravos tivessem algum ofício especializado que lhes daria prestígio frente a comunidade escrava, provavelmente, mais do que uma pessoa que lhes garantisse melhores condições de sobreviver ao cativeiro, acredito que foram os laços de amizade que se traduziram nas relações de compadrio.

Talvez, isso também esclareça que, dos padrinhos livres que identificamos, a maioria seja constituída por pequenos lavradores, sem-terra e possuindo pouquíssimos escravos. Como eram pobres, não acredito que o convite para eles servirem como padrinhos dos escravos tenha sido orientada pela busca melhores condições de vida ou prestígio dentro nas senzalas. Na verdade, é difícil imaginar que, nas duras condições de existência nas senzalas os escravos apadrinhados por pessoas de status superior ao deles, estivessem procurando algum prestígio social frente aos demais escravos.

Acredito que encontrar a melhor forma de sobreviver ao cativeiro teria sido o objetivo principal dos escravizados, e isto inclui a formação de uma família nuclear (pais e filhos), ou extensa (através do compadrio), que poderia auxiliá-los na vida em cativeiro, seja através dos laços de amizade ou do acesso a bens materiais.

## FONTES

ARAÚJO, J. de S. A. P. (Monsenhor). *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil dedicadas a el Rei nosso senhor D. João VI*. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Livro de Visitas Pastorais, do ano de 1794*. Arquivo Metropolitano da Cúria do Rio de Janeiro.

Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil.

Carta do [vice-rei do Estado do Brasil] D. Fernando José do Portugal [e Castro], ao príncipe regente D. João, informando quais as vilas e distritos que pela população, estado da sua cultura e comércio necessitam de juízes letrados: remetendo ofício do ouvidor José Albano Fragoso e as informação das Câmaras com mapas da população das vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio da Laguna da comarca da Ilha de Santa Catarina, da vila de Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Angra dos Reis da Ilha Grande e Parati. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424.

CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, solicitando licença para poderem lançar tributo sobre a aguardente nessa vila, e a criação de novos ofícios. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.6, D.662.

CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, ao rei [D. João V], sobre o fornecimento de farinha que se faz às fortalezas e o socorro da infantaria, e queixando-se do preço de venda da farinha e a solicitação feita para corrigir desníveis de custo. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 14, D. 1582.

*Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).*

LAVRADIO, Marquês de. “Relação do Marques do Lavradio – parte II” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.76, 1946, pp.289-360.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 (1834-5).

*Livro de Batismos de Escravos (1756-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

*Livro de Casamentos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

*Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*. IHGB – 1, 3, 13.

Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 47, v.48, 1884.

OFÍCIO do [negociante do Rio de Janeiro], Brás Carneiro Leão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, justificando não ter aderido ao projeto de criação de um fundo para empréstimo aos lavradores; remetendo ofício que enviou ao [vice-rei do Estado do Brasil, conde Resende, D. José Luís de Castro].AHU\_ACL\_CU, Cx. 175, D. 12902.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, acerca da l para pagarem a contribuição que lhes foi imposta, referente ao resgate da cidade do Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 9, D. 990.

REQUERIMENTO do Tenente Antônio de Amorim Lima e de sua mulher Isabel Coelho de Souza, em que pede a demarcação de mil braças de terras que possuíam entre os rios Guapi-Mirim e Guapi-Assú, na comarca do Rio de Janeiro (1741). AHU\_Cx.48, doc. nº. 11363.

SOUZA, José Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALDEN, Dauril, The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, n. 2, 1963.

\_\_\_\_\_. "El Colonial tardío", In: BETHELL, Leslie (Org.) *História de América Latina*. Vol.3, Barcelona: Editorial Critica, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e Direito: Sesmarias e conflito de terras entre Índios e Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)*, Rio de Janeiro, 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. "Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século

XVIII” In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl-Heinz (orgs.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. A escravidão moderna no Atlântico sul português*. Belém: Editora Açai, volume 16, 2014.

AMANTINO, Marcia Sueli. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. Lisboa, 2016, 117f. Dissertação (Mestrado em História do Império Português), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver numa vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

\_\_\_\_\_. “As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836)”. *Anais de História de Alem-Mar*. 2015, Issue 16.

\_\_\_\_\_. “Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília/UNB, ANPUH, 2017.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e Estado Português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista: a capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)*. Niterói, 1997. f.215.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In T. Lask (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1804)*, Niterói, 2010. f. 215. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional. 2010b.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011a.

\_\_\_\_\_. “Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra”. In: Mariza Soares e Nielson Bezerra (orgs). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011b.

BOTELHO, Tarcísio R. “Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX”. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1997, v.3.

\_\_\_\_\_. “A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais”. *Anais de Historia de Alem-Mar* . 2015, Issue 16.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERFVE, T.M.N. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 1991, n.20.

\_\_\_\_\_. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850.” In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, realizado em Caxambu, MG, Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CABRAL, Diogo de Carvalho. "A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental." *Revista de História Regional*, v. 12, p. 133-162, 2007.

\_\_\_\_\_. “A economia madeireira no colonial tardio fluminense: uma primeira aproximação.” *História Econômica & História de Empresas*, v. X, p. 5-48, 2007.

\_\_\_\_\_. “Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio: o caso da bacia do Macacu”. *Heera (UFJF. Online)*, v. 1, p. 1-32, 2007.

\_\_\_\_\_. “Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820)”. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 28, p. 217-241, 2008.

\_\_\_\_\_. *Homens e árvores no ecúmeno colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.



\_\_\_\_\_ . “Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – Evidências empíricas para a região do Vale do Macacu”, *Ambiente & Sociedade*, vol. VII, n.º2, jul./dez., 2004.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Niterói, 2009. f.275. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade do Rio de Janeiro da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA, Iraci del Nero da. “Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, nº 28, 1988.

COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do Rio Macacú (1833-1875)*. Niterói, 2013. f.197. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CUNHA, Maísa Faleiros. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Campinas, 2005. f. 150. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: século XVII e XVIII*. Niterói, 2008. f.179. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís A. E. “Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)”. *XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.2011.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_ & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FORTE, J. M. M. *Vilas Fluminenses Desaparecidas - Santo Antônio de Sá*. Imprensa Municipal de Itaboraí. 1984.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial” *Locus, Revista de História*, n. 10, Juiz de Fora, UFJF, 2000a.

\_\_\_\_\_. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”, *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, 2000b.

\_\_\_\_\_ e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. “Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez., 2002.

\_\_\_\_\_. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Revista Tempo*, vol. 8, nº 15, julho – dezembro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Á Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

\_\_\_\_\_. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. “O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. ” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. “Efigênia, angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial.”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, 2009. f.359. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

FRIDMAN, Fania. “Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII” *Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. N.24, Set/out., 2008.

GÓES, José Roberto. *O cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Niterói, 1990. f.. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

GOMES, Flavio dos Santos. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez., 2012, p. 81-106.

\_\_\_\_\_. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

GUDEMAN, Stephen, e SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII.” In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

\_\_\_\_\_. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

GINZBURG, Carlo “Prefácio à edição italiana. In: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. “O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GUITIERREZ, Horácio. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, nº16.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)*. Nova Iguaçu, 2006. f.474. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2006.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa – século XVIII*. Belo Horizonte, 2009. f.391. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. *Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII*. Niterói, 1995. f.210. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

LARA, Silvia Hunold Lara. *Fragments Setecentistas* Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida por G. Levi a Juan José Marin. Revista de História, nº. 41, Enero-Junio del 2000. EUNA-EUCR. s/p. (Heredia –Costa Rica). Disponível em: [http://escuelahistoria.fcs.ucr.ac.cr/contenidos/mod-his/e-levi-cost.htm#\\_ftn1](http://escuelahistoria.fcs.ucr.ac.cr/contenidos/mod-his/e-levi-cost.htm#_ftn1), acesso em 10.03.2014

LINHARES, Maria Yeda de. “Introdução” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Historia quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

LUNA, Francisco Vidal. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829, In: NADALIN, Sérgio et alii. (org). *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.

\_\_\_\_\_ e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Luíza Maria. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitentee, Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. “O Evolver Demográfico e Econômico Nos Espaços Fluminenses (1780-1840)” In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 25, n.2, p. 235-270, 1995.

MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo; NETTO, Mário Danieli. “Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e. “A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820.” *Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano*, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr. 2015.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, 3ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MELO, Elizangela. *Os Santos óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. São Gonçalo, 2011. f.97. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

METCALF, Alida C. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”, *Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987.

MONTEIRO, Padre Jacomé. “Relação da Província do Brasil.” In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VIII, Rio de Janeiro, 1965

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

NEVES, Maria de F. “Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX.” In: *História e população*. São Paulo: Abep/Iussp/Celade, 1989.

\_\_\_\_\_. “A Família Escrava Brasileira no Século XIX” In: *Rev. Bras, Cresc. Des. Hum.*, São Paulo, IV(i), 1994.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. “A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII” In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10, 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo de trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PESAVENTO, Fábio. “O Colonial Tardio e a Economia do Rio de Janeiro na Segunda Metade dos Setecentos: 1750-90” *Estudos Econômicos* (São Paulo. Impresso), v. 42, 2012.

\_\_\_\_\_. “O mercado de crédito no Rio de Janeiro durante a recessão aurífera.” *Revista Ultramares*, v. 1, p. 73-93, 2014.

\_\_\_\_\_. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Niterói, 2009. f.226. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.



\_\_\_\_\_ e GIL, Thiago. "Por ser público e notório": notas sobre informação na economia da América Lusa (séculos XVIII e XIX)". *Locus (UFJF)*, v. 20, p. 13-33, 2014.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAZZERA, Márcio Blanco. "Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da freguesia de Viamão em meados do século XVIII" *In: 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2017. p.1.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. Niterói, 1990. f.130. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1990.

\_\_\_\_\_. "The politics of kinship. Compadrio among slaves in Nineteenth-Century Brazil" *en The History of Family. An International Quartely*, vol. 5, nº 3, 2000.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*. Campinas, 2004. f.143. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte, 2008. f.365. Tese (Doutorado em História) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Ana Paula de Souza. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. Nova Iguaçu, 2013. f.133. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

\_\_\_\_\_. “Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797.” In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global., 2016, Nova Iguaçu. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global.*, 2016.

ROSA JUNIOR, Ailton Fernandes da. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Nova Iguaçu, 2014. f.127. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

ROSENTAL, Paul-André. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microhistoria”*. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROWER, Basílio. *Páginas de história Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SAMARA, Eni de M. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*. *História*, São Paulo, v.12, 1993.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, 1650-1750*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

SCHWARTZ, Stuart, "Elite Politics and the growth of a peasantry in Late Colonial Brazil" in: RUSSEL-WOOD, A.R. *From Colony to Nation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. "Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil." *Latin American Research Review*. Minnesota, v. 31, n.1, p. 113-134, 116, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)*. Niterói, 1990. f.410. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.

SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sacopema, Capoeiras e Nazareth: estudos sobre a formação de família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. Campinas, 1997. f.228. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart. "A Família escrava em Lorena (1801)" In: *Estudos Economicos*, 17(2), 1987.

\_\_\_\_\_. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX." In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luís (org.) *História da Vida Privada, Vol II: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. RJ: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Marcio de Souza. “Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos dos Goytacazes (1698-1830)”. In: DEMETRIO, Denise; SANTIROCCHI, Italo; GUEDES, Roberto (Orgs.). (Org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola, séculos XVII-XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor – identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

\_\_\_\_\_. “O vinho e a farinha, "zonas de sombra" na economia atlântica no século XVII.” In: Fernando de Sousa. (Org.). *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESSE - Afrontamento, 2008.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. f.168. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. *ANAIS do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto (MG), 2002.

\_\_\_\_\_. *O Outro Lado da Família Brasileira*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. v. 1. 286p .

TOSTES, Ana Paula Cabral. “Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime” In: *XIV Encontro Regional da ANPHU-Rio Memória e Patrimônio*, 2010.

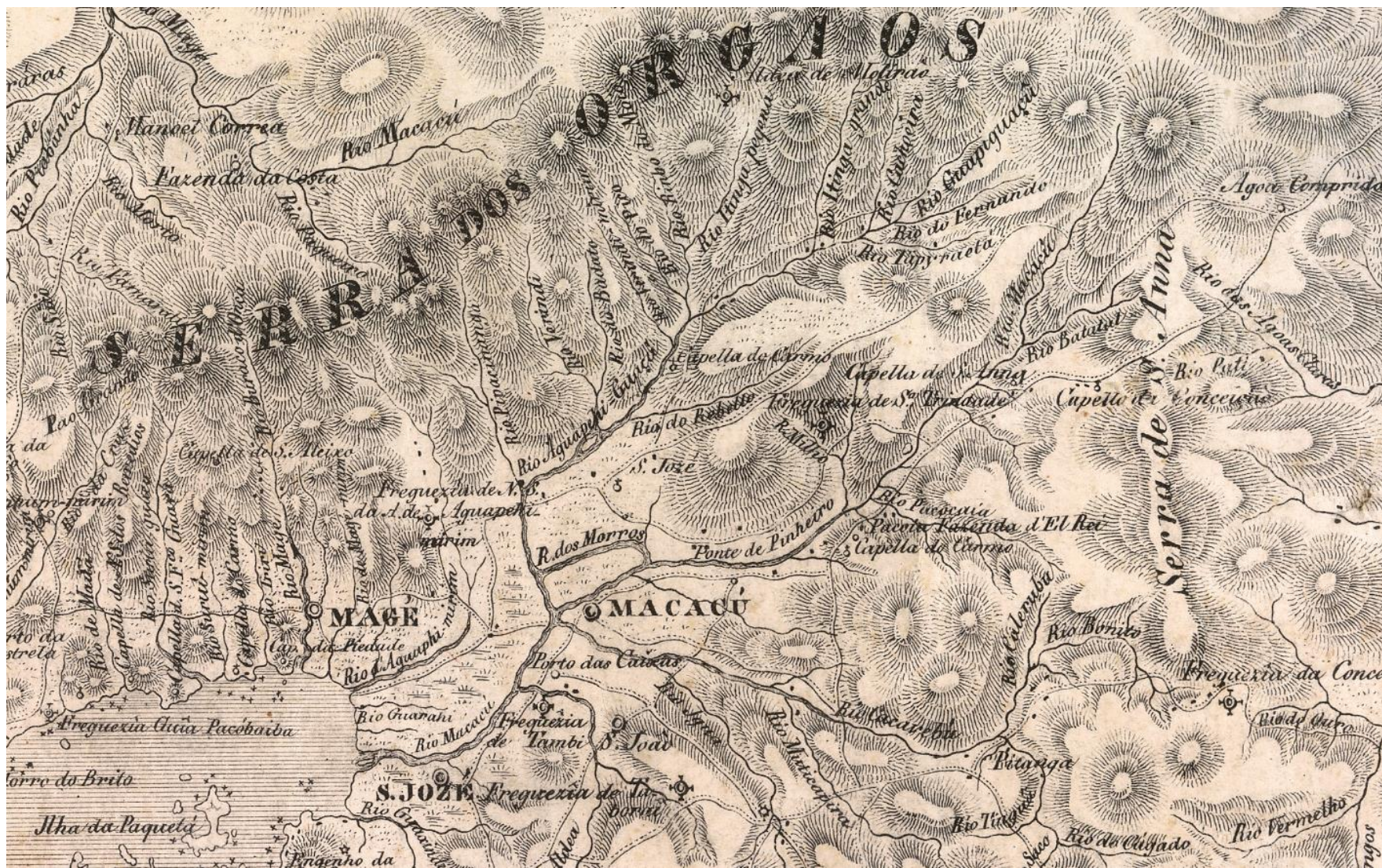
## **ANEXO 1 - Mapas**

Mapa 3 – Região da Vila de Santo Antônio de Sá em 1770



Fonte: ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janyeyro, capital dos estados do Brasil, 1770. Fundação da Biblioteca Nacional.

Mapa 4 – Região da Vila de Santo Antônio de Sá em 1830



Fonte: Planta da Província do Rio de Janeiro, 1830. Fundação Biblioteca Nacional.

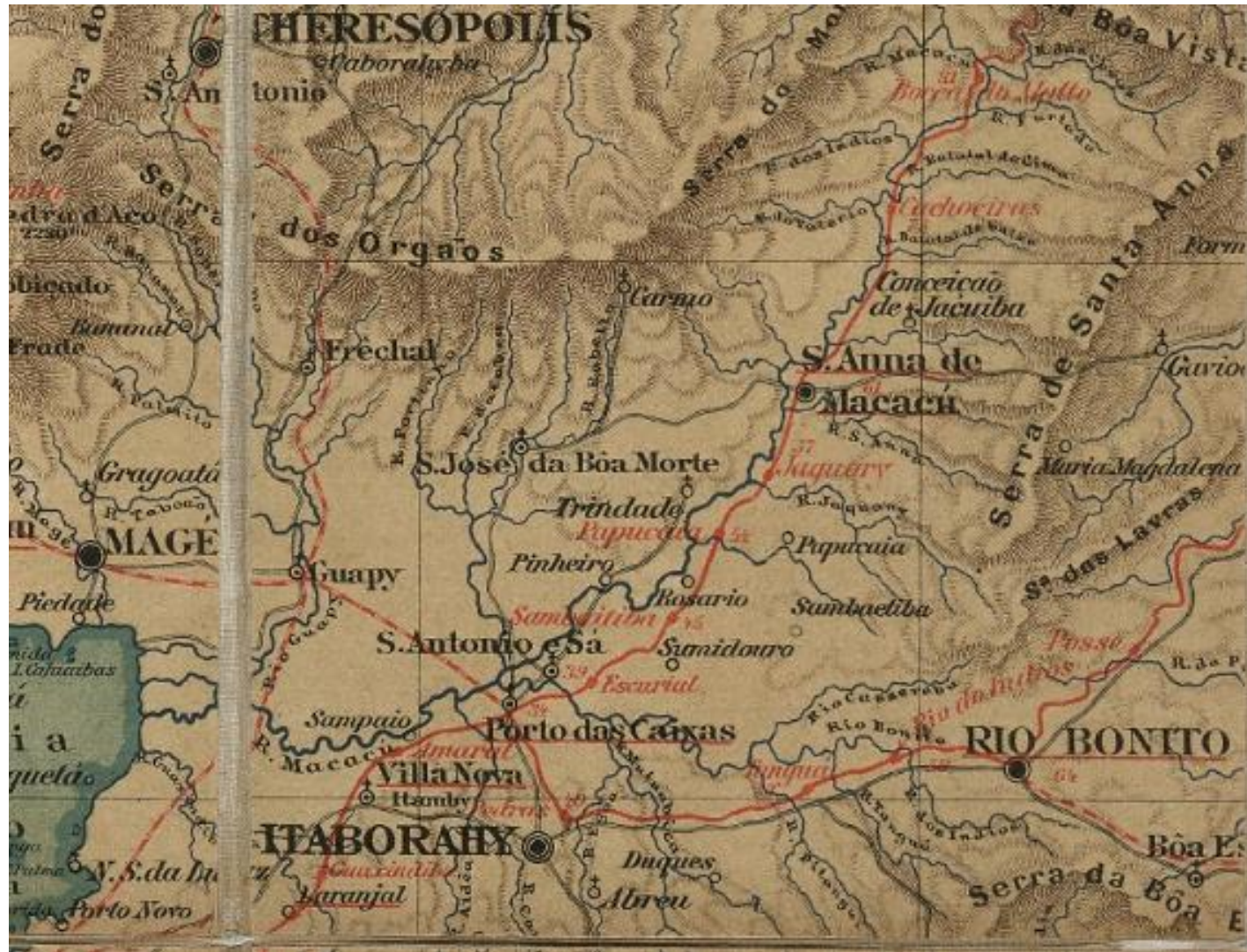


Mapa 5 – Municípios de Santo Antônio de Sá e de Itaboraí em 1839



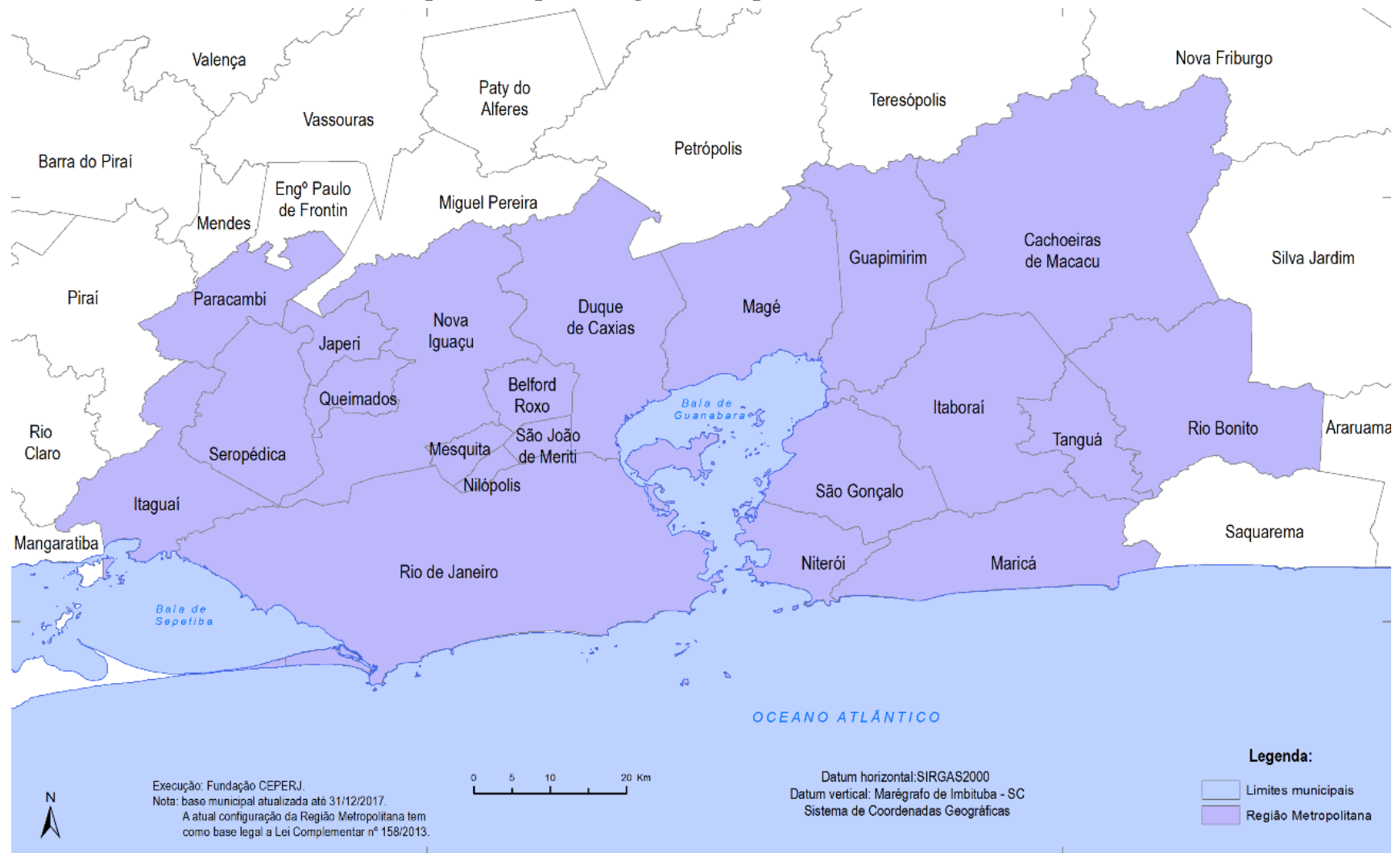
Fonte: NIERMEYER, Conrad. Jacob. Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, 1839. Fundação da Biblioteca Nacional.

Mapa 6 – Vila de Santa Ana de Macacu em 1892



Fonte: MASSOW, Hilário. Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & Cia., 1892. Fundação Biblioteca Nacional.

**Mapa 7 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2018**



Mapa 8 – Rede Hidrográfica da Bacia do Rio Macacu,



Fonte: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ). Disponível em [http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwff/mde0/~edisp/inea\\_014675.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwff/mde0/~edisp/inea_014675.pdf), acesso em 05.09.2018.

**ANEXO 2 – INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NOS CENSOS E MAPAS DO FINAL DO SÉCULO XVIII e INÍCIO DO XIX**

<b>Ano do censo</b>	<b>Número de Fogos</b>	<b>Número de Habitantes</b>	<b>Número de Livres</b>	<b>Número de Escravos</b>	<b>Sexo da População (L+E)</b>	<b>Faixa Etária (L+E)</b>	<b>Produção agrícola</b>
<b>1774 (A)</b>	X	X					
<b>1774 (B)</b>		X	X	X	X		
<b>1778</b>	X						X
<b>1789</b>	X	X	X	X	X		
<b>1795</b>	X	X	X	X			
<b>1797</b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>1804</b>		X	X	X			

L= livre; E= escravo.

**Fonte:** *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*; Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884; ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.161, D. 12071; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx.225, D. 15424.